

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO - GIT

Ana Paula Campos Fernandes

VERTENTES TERRITORIAIS DO RIO DOCE:

O rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio
Doce

Governador Valadares

2017

ANA PAULA CAMPOS FERNANDES

VERTENTES TERRITORIAIS DO RIO DOCE:

O rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio
Doce

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Falco Genovez

Governador Valadares

2017

F363

FERNANDES, Ana Paula Campos

Vertentes territoriais do Rio Doce: o rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce / Ana Paula Campos Fernandes. UNIVALE: Mestrado em Gestão Integrada do Território, 2017.

129 f.: il; color; fotograf.; 30 cm.

Dissertação Mestrado em Gestão Integrada do Território. UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Falco Genovez

1 Vertentes - Território. 2 Rio Doce. 3 Jornal. 4 Fundão - Barragem I. Título. Governador Valadares – MG. Título II. Profa. Dra. Patrícia Falco Genovez.

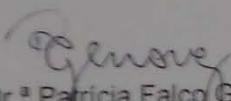
CDD 910.91693

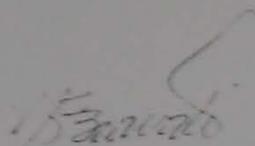
UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

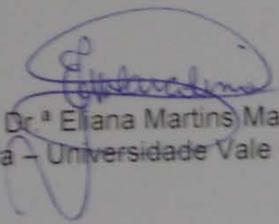
ANA PAULA CAMPOS FERNANDES

“Vertentes territoriais do rio Doce: o rompimento da Barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce”

Dissertação aprovada em 24 de março de 2017, pela banca examinadora com a seguinte composição:


Prof.^a Dr.^a Patrícia Falco Genovez
Orientadora - Universidade Vale do Rio Doce


Prof.^a Dr.^a Nádia Dolores Fernandes Blavati
Examinadora – Universidade Federal de São João Del Rey


Prof.^a Dr.^a Eliana Martins Marcolino
Examinadora – Universidade Vale do Rio Doce

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

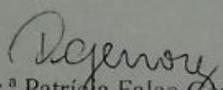
ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

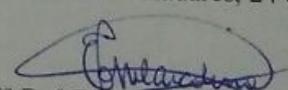
ANA PAULA CAMPOS FERNANDES

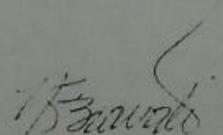
Matrícula Nº 73.533

Aos vinte quatro dias do mês de março de dois mil e dezessete (24/03/2017), às 15h (Quinze horas), na sala 13 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada "Vertentes territoriais do rio Doce: o rompimento da Barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce", Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura, elaborada pela aluna **Ana Paula Campos Fernandes**. A comissão julgadora foi composta pelas professoras Doutoras Patrícia Falco Genovez (Orientadora) – UNIVALE, Eliana Martins Marcolino - UNIVALE e Nádía Dolores Fernandes Biavati - UFSJ. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.^a Dr.^a Patrícia Falco Genovez após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestranda Ana Paula Campos Fernandes para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação APROVADA, fazendo as seguintes observações: A professora Nádía Biavati sugere a explicação da hipótese na introdução; a troca do termo Linguística por Estudos Linguísticos e o aprofundamento à abordagem dos significados no tratamento da obra de Fairclough. A professora Eliana Marcolino recomenda enfatizar uma crítica ao discurso da mídia em torno do tema abordado nas considerações finais. Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 24 de março de 2017.


Prof.^a Dr.^a Patrícia Falco Genovez
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Eliana Martins Marcolino
Examinadora


Prof.^a Dr.^a Nádía Dolores Fernandes Biavati
Examinadora

Campus I - Armando Vieira

Rua Juiz de Paz José de Lemos, 279 - Bairro Vila Bretas - CEP: 35030-260

Caixa Postal 295 - www.univale.br

Governador Valadares, Minas Gerais - Brasil

Telefone: 55+ (33) 3279-5200

Campus II - Antônio Rodrigues Coelho

Rua Israel Pinheiro, 2000 - Bairro Universitário - CEP: 35020-220

Caixa Postal 295 - www.univale.br

Governador Valadares, Minas Gerais - Brasil

Telefone: 55+ (33) 3279-5500

AGRADECIMENTOS

À minha professora orientadora Patrícia Genovez pela contribuição e análises críticas que engradeceram o meu trabalho. Agradeço imensamente por partilhar comigo o seu conhecimento, seja através das aulas ou pelos ensinamentos durante as orientações. Você faz parte da minha caminhada rumo à aprendizagem e ao conhecimento científico.

À minha família, em especial aos meus pais, agradeço a dedicação de vocês em minha formação pessoal e educacional. Este sucesso também é de vocês!

Ao meu marido Leonardo, a sua companhia demonstrou que não estou sozinha nesta caminhada. Obrigada por acreditar em mim e me apoiar nos momentos de dificuldade trazendo coragem para seguir em frente. Sobretudo, pela paciência e compreensão aos meus momentos de ausência.

Aos professores Franco Danni e Julianna Glória por aceitarem o convite de estarem na minha Banca de Qualificação. Obrigada pelas ricas dicas que contribuíram para o meu trabalho.

À querida Nádia Biavati que tive o prazer de conviver como professora e orientadora da monografia de graduação em Letras. Obrigada por me “apresentar” a Estudos Linguísticos de forma tão encantadora e por ter sido uma ótima professora e orientadora. Você me inspira!!! Obrigada pela disponibilidade para participar da banca de defesa.

À Eliana Marcolino, agradeço por ter aceitado o convite de estar na minha banca de defesa, com a certeza de trazer grandes contribuições.

Às bolsistas de iniciação científica Mirelly e Isabela e ao DISGI por terem dado apoio à parte técnica.

Aos alunos, professores e funcionários do GIT pela convivência e aprendizagem.

À UNIVALE e CAPES pelos auxílios financeiros concedidos oportunizando a minha formação.

A todos que participaram, diretamente ou indiretamente, desta caminhada.

Lira Itabirana

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade, 1984.

RESUMO

O rompimento da barragem de minério da Samarco ocorrido em 5 de novembro de 2015 foi um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil. O rio Doce, localizado entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi completamente poluído pelos rejeitos de minério provenientes da barragem de Fundão. Assim, os moradores do município de Governador Valadares/MG foram impactados diretamente, uma vez que este rio faz parte da identidade e da configuração da cidade, além de ser o único manancial que fornece água tratada para os moradores valadarenses. Neste sentido, propõe-se analisar de que forma o rio Doce foi considerado na cobertura jornalística do jornal local Diário do Rio Doce (DRD), no período de 5 de novembro de 2015 a 5 de novembro de 2016. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica dos Estudos Territoriais com vistas a perceber o rio Doce como um território integrado e multifacetado. Posteriormente, procurou-se discutir questões relacionadas ao estudo da linguagem, especialmente em relação à Análise de Discurso Crítica (ADC) de vertente anglo-americana proposta por Fairclough (2016). Esta abordagem considera os discursos como práticas sociais, de forma que o papel principal da análise discursiva manifesta-se através da transformação social. A ADC é, portanto, utilizada como teoria e metodologia com o intuito de mostrar como os discursos sobre o rio Doce apresentam aspectos multifacetados: jurídico-políticos, simbólico-culturais, econômico-materiais e naturais. Os resultados demonstram que o rio Doce se configura como um território integrado num *continuum* simbólico e funcional.

Palavras-chave: Rio Doce. Diário do Rio Doce. Vertentes Territoriais. Análise de Discurso Crítica

ABSTRACT

The rupture of the Samarco's mining dam, which occurred on November 5, 2015, was one of the biggest environmental disasters in Brazilian history. The river named Doce, located between the states of Minas Gerais and Espírito Santo, was completely polluted by the mining tailings from the Fundão dam. Thus, residents of Governador Valadares city in Minas Gerais (MG) were directly impacted, since this river is part of the city's identity and outline, besides being the only source to provide treated water to the residents of Valadares. In this sense, one proposes to analyze how the Doce river was displayed in the journalistic coverage of the local newspaper *Diário do Rio Doce* (DRD), from November 5, 2015 to November 5, 2016. Initially, a bibliography review of Territorial Studies was elaborated focusing on perceiving the Doce river as an integrated and multifaceted territory. Subsequently, one sought to discuss issues related to the study of language, especially in relation to the Critical Discourse Analysis (CDA) proposed by Fairclough (2016). This approach considers discourses as social practices, so that the main role of discursive analysis manifests itself through social transformation. The CDA is, therefore, used as a theory and methodology in order to show how the discourses about the Doce river present multifaceted aspects: legal-political, symbolic-cultural, economic-material and natural. The results demonstrate that the Doce river is configured as an integrated territory in a symbolic and functional *continuum*.

Keywords: Doce river. *Diário do Rio Doce*. Territorial aspects. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista Pico da Ibituruna e rio Doce antes e depois do rompimento.....	59
Figura 2 – Antes e depois do distrito de Bento Rodrigues/MG	83
Figura 3 – Edição nº 18.582, 07/11/2015, Capa do jornal.	84
Figura 4 – Edição nº 18.582, 07/11/2015, Cidades/Serviços, p. 2B.	85
Figura 5 – Edição nº 18.880, 05/11/2016, Capa do jornal.	99
Figura 6 – O texto informativo e as vertentes territoriais.....	106
Figura 7 - O texto opinativo e as vertentes territoriais.....	111
Gráfico 1 – Gêneros textuais que se relacionam com o rompimento da barragem de Fundão.	74
Gráfico 2 – Gêneros textuais a serem considerados no corpus deste trabalho.....	77
Gráfico 3 – Noticiabilidade do rompimento da barragem de Fundão no Diário do Rio Doce.....	78
Mapa 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce.....	52
Mapa 2 – Malha ferroviária EFVM	55
Mapa 3 – Mapa de Governador Valadares	57
Mapa 4 – Recursos minerais da Bacia do Rio Doce	60
Mapa 5 – Esgoto doméstico despejado na Bacia do Rio Doce	61
Mapa 6 – Unidade de Germano	82
Quadro 1 – Concepção tridimensional do discurso.	33
Quadro 2 - O tripé da obra de Fairclough (2003)	34
Quadro 3 – Critérios de Noticiabilidade	46
Quadro 4 - Classificação dos textos jornalísticos.....	72
Quadro 5 – Distinção entre categorias da Linguística e do Jornalismo.....	73
Quadro 6 – Gêneros textuais divididos por área.....	75

LISTA DE SIGLAS

ACGV	Associação Comercial de Governador Valadares
ADC	Análise de Discurso Crítica
ANA	Agência Nacional das Águas
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CBH-Doce	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DRD	Diário do Rio Doce
EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
ETA	Estação de tratamento de água
Fenam	Federação Nacional dos Médicos
Funed	Fundação Ezequiel Dias
Giaia	Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental
GV	Governador Valadares
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Iepha	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM Bio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IQA	Índice de qualidade das águas
LC	Linguística Crítica
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PF	Polícia Federal
PIRH Doce	Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce
Saae	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Sesp	Serviço Especial de Saúde Pública
SLC	Sistema Leste de Comunicação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, ESTUDOS TERRITORIAIS E MÍDIA IMPRESSA: TEORIAS E INTERDISCIPLINARIDADE	15
2.1 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO	20
2.2 ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC).....	25
2.3 O JORNALISMO E A MÍDIA IMPRESSA.....	38
2.3.1 A Teoria do Agendamento e os Critérios de Noticiabilidade.....	42
2.3.2 Jornalismo: O Quarto Poder?	48
3. GOVERNADOR VALADARES, O RIO DOCE E O DRD: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	52
4. O DISCURSO DO DRD SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO	69
4.1 OS GÊNEROS TEXTUAIS DA ESFERA JORNALÍSTICA	70
4.2 O RIO DOCE PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PERSPECTIVA DO DRD.....	80
4.3 AS VERTENTES TERRITORIAIS NA REPORTAGEM DO DRD: O RIO DOCE COMO UM CONTINUUM	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO(S).....	126

1. INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo são os discursos sobre o rio Doce presentes no jornal Diário do Rio Doce (DRD) após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. Este evento degradou drasticamente o rio Doce, principal afluente da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, que já apresentava um cenário de grave crise hídrica, ocorrido desde 2011. Além da poluição proveniente de esgotos domésticos despejados em seu curso d'água sem o tratamento devido.

As consequências deste desastre impossibilitaram o tratamento da água na cidade de Governador Valadares/MG em função dos altos índices de turbidez, deixando a população sem água encanada por vários dias. Ademais, alterou a paisagem natural do rio Doce em simbiose com o Pico da Ibituruna¹, sendo que este fator implica diretamente na identidade dos valadarenses.

A partir deste panorama, propõe-se responder a seguinte pergunta: de que forma o rio Doce, enquanto território integrado, envolve aspectos simbólicos e funcionais através discursos do jornal Diário do Rio Doce?

Assim, foi necessário situar a pesquisa numa perspectiva interdisciplinar relacionando os Estudos Territoriais (Quatro vertentes do território); Estudos Linguísticos (Análise de Discurso Crítica Faircloughiana); e Comunicação Social (Mídia Impressa Periodística: Diário do Rio Doce), bem como apresentar vários momentos da história do rio Doce evidenciando sua importância. Por fim, analisar as estratégias semânticas e ideológicas presentes nas matérias do DRD sobre o rio Doce a partir das quatro vertentes territoriais: jurídico-política, cultural, econômica e natural, considerando o discurso enquanto prática social.

O *continuum* simbólico e funcional desmembra-se nas quatro categorias territoriais propostas por Haesbaert (2004). Sendo que o simbólico é carregado de marcas do vivido, de sentimentos de pertencimento da população ao território numa

¹ O topônimo Ibituruna é originário da cultura dos índios Botocudos e significa “Terra Alta e Preta” ou “Montanha Negra” (SOARES, 1999). Há a variação de utilização do artigo “a” e “o” antecedendo “Ibituruna”. Embora o Iepha e IBGE utilizem o artigo masculino, neste trabalho optou-se pelo uso do artigo/preposição femininas “Pico da Ibituruna”, uma vez que remete aos substantivos femininos pedra, montanha, serra.

perspectiva identitária, dos valores de uso, ao passo que o funcional está mais vinculado ao valor econômico de troca. Portanto, o território é complexo e múltiplo. Neste sentido, o *continuum* simbólico e funcional deveria estar no mesmo patamar territorial, ou ainda, o simbólico prevalecendo em relação ao funcional.

A hipótese aqui defendida considera que o rio Doce se configura, nesta cobertura jornalística, como um território integrado num *continuum* simbólico e funcional. Este território integrado remete-se a diferentes categorias dos Estudos Linguísticos e do Jornalismo, que podem ser articuladas de formas variadas.

Entretanto, foi realizada uma interface analítica que nos permite articular as vertentes territoriais propostas por Rogério Haesbaert e os elementos da Análise de Discurso Crítica (ADC) preconizados pelo linguista Norman Fairclough. A ideia de vertentes foi incorporada ao título em função de um sentido duplo: tanto se refere ao declive do rio que verte para o Oceano Atlântico, quanto define as diferentes linhas e/ou pontos de vista que acabam por configurarem o rio Doce como um território integrado.

A metodologia utilizada apoia-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, que terá como fonte de pesquisa textos jornalísticos, livros e artigos científicos para corroborar com a hipótese de pesquisa proposta.

O *corpus* da pesquisa compreende as edições do DRD do dia 7 de novembro² de 2015 a 05 de novembro de 2016. O período escolhido compreende o primeiro ano do evento de rompimento da barragem de minério em Bento Rodrigues/MG, enfatizando a cobertura jornalística realizada e o modo como o rio Doce se configura num território integrado composto por diversas vertentes territoriais.

A relevância deste estudo passa pelo pressuposto de que o rompimento da barragem de Fundão foi considerado um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil, de forma que o rio Doce foi poluído por rejeitos de minério em toda sua calha, de Minas Gerais ao Espírito Santo, deixando vários municípios em estado de calamidade pública. O estudo busca contribuir com a sociedade civil, estudantes e diversos profissionais interessados nas práticas de compreensão da linguagem, tornando os sujeitos mais críticos quanto às ideologias divulgadas pela mídia, transformando, assim, a realidade da sociedade.

² As edições dos dias cinco e seis de novembro de 2015 não serão consideradas, uma vez que o fato é noticiado pela primeira vez no jornal DRD em 7 de novembro de 2015.

A pesquisa proposta neste trabalho é atual, e pode ser considerada relevante, pois, ainda não são encontrados no meio acadêmico, investigações sobre o rompimento da barragem de Fundão e a repercussão para a população valadareense, através da mídia impressa local.

No primeiro capítulo será feita uma discussão interdisciplinar entre três áreas do conhecimento, capaz de acessar o rio que emerge da cobertura jornalística do DRD. Foi feita uma análise bibliográfica, a fim de estudar o estado da arte dos Estudos Territoriais, Jornalismo e Estudos Linguísticos. Nesta etapa, foram consultados livros, periódicos de cunho científico dos últimos cinco anos, tais como artigos, dissertações e teses. Deste modo, cada área de conhecimento escolhida, se reúne a fim de responder ao objeto de pesquisa: de contribuir para a compreensão do rio Doce enquanto território integrado, visto que através de uma única disciplina não seria possível fazê-lo. Para responder ao objetivo proposto, este capítulo foi dividido em três partes, conforme indicado a seguir:

- Estudos Territoriais: *Continuum* simbólico e funcional, o qual vertentes territoriais integradoras propostas por Rogério Haesbaert;
- Estudos Linguísticos: Análise de Discurso Crítica (ADC), na linha anglo-americana preconizada por Norman Fairclough, com vistas a compreender o discurso enquanto prática social.
- Jornalismo, notadamente a mídia impressa, em que os critérios de noticiabilidade, propostos por Nelson Traquina, explicam como as matérias jornalísticas constroem os discursos sobre o rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão.

Posteriormente, no segundo capítulo, será apresentada, em aspectos gerais, um esboço histórico do rio Doce e sua influência na formação e desenvolvimento do município de Governador Valadares, bem como, o percurso de consolidação do Jornal Diário do Rio Doce (DRD) na localidade e como o caso Samarco é explicado pela cobertura jornalística.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará o resultado da análise discursiva e territorial dos textos jornalísticos.

2. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, ESTUDOS TERRITORIAIS E MÍDIA IMPRESSA: TEORIAS E INTERDISCIPLINARIDADE

O rompimento da barragem de Fundão foi um acontecimento de grande repercussão na mídia. Em meio a várias consequências deste evento destacamos o quanto os rejeitos de mineração poluíram o rio Doce, fato que influenciou a rotina em várias cidades ribeirinhas. Notadamente, Governador Valadares/MG foi um dos municípios atingidos visto que o rio Doce é um componente importante para os valadarenses, pois o fornecimento de água encanada bem como o ofício de pescadores e agricultores são provenientes deste manancial. Além disso, há um processo de identificação dos valadarenses com o rio, conforme será explicitado no item 3 desta dissertação.

Segundo os estudos de Haesbaert (2004) pelo título de “*Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*”, apresenta para a análise do discurso as vertentes territoriais jurídico-política, cultural, econômica e natural, desde uma perspectiva da linguística crítica. Estes fatores tornaram a abordagem do rio Doce, enquanto objeto de pesquisa, um tanto complexa. O rompimento da barragem apresenta-se com um evento potencial a ser noticiado nas mídias locais. Neste sentido, da cobertura jornalística do Diário do Rio Doce emerge um rio multifacetado, que pode ser vislumbrado a partir de diferentes vertentes territoriais pautadas na Análise de Discurso Crítica.

Dada a complexidade da cobertura jornalística, trataremos em nossa revisão bibliográfica de levantar e discutir aspectos teóricos que tangenciam a interdisciplinaridade subjacente a esta pesquisa. Portanto, a revisão será dividida a partir de três pilares para uma construção interdisciplinar: Estudos Territoriais, Estudos Linguísticos e Jornalismo³. E, é exatamente, nessa junção que vislumbraremos o rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão.

³ A Resolução nº1 de 27/09/2013 do MEC institui sobre a substituição da nomenclatura do curso de “Comunicação Social” por “Jornalismo”. Optou-se pelo uso do termo Jornalismo, embora a tabela de Áreas do Conhecimento disponibilizado pelo CNPq ainda mantenha a nomenclatura antiga. Esta escolha deu-se em função da possível ambiguidade ao uso do termo Comunicação Social, que pode referir-se ao Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

Sabe-se que uma revisão bibliográfica deve focar o assunto da pesquisa. Entretanto, o assunto caracteriza-se pelo ineditismo, uma vez que não foi possível encontrar trabalhos de pesquisa academicamente consistentes sobre a percepção midiática do rio Doce após rompimento da barragem de Fundão.

Buscou-se rastrear discussões acadêmicas referentes a desastres ambientais ocorridos a partir da extração minerária. Entretanto, mesmo com a temática mais ampla, envolvendo desastres ambientais relacionados à mineração, os trabalhos acadêmicos são poucos. Tal cenário deve-se ao fato do meio acadêmico se posicionar de maneira disciplinar (e muitas vezes monodisciplinar) frente à questão ambiental, deixando de articular o meio à sociedade. De qualquer forma, neste rastreamento encontramos as indicações de que é uma prática comum a análise do discurso midiático. Constatou-se que há muitos trabalhos com análise a periódicos de circulação nacional, tais como revista *Veja* e jornal *Folha de S. Paulo*, entre outros. Entretanto, não foram encontrados artigos que tratem da análise discursiva dos textos do jornal *Diário do Rio Doce*. A quantidade de trabalhos utilizando este periódico é restrita por se tratar de um jornal de circulação regional.

Os indexadores escolhidos para localizar os textos científicos foram o Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes por apresentarem uma abrangência de arquivos científicos publicados em diversas revistas e anais de eventos científicos.

Nos indexadores escolhidos foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Território”, “Estudos Territoriais”, “Haesbaert”, “Análise de Discurso Crítica”, “Jornalismo”, “Mídia Impressa”, “Diário do Rio Doce”. A fim de refinar a pesquisa, as seguintes combinações foram realizadas: “Análise do Discurso” + “Meio ambiente”, “Samarco” + “barragem”, “Análise do discurso” + “mídia impressa”, “Análise do discurso” + “Jornal”, “Discurso” + “Território”.

As buscas aos indexadores demonstraram alguns trabalhos acadêmicos sobre o rompimento da barragem de Fundão. Entretanto, há poucos trabalhos no que se refere às questões jurídicas, econômicas e naturais e culturais em um *continuum*, por se tratar de uma discussão ainda recente.

Além disso, não há discussões interdisciplinares triangulando este acontecimento aos discursos disseminados pela mídia local valadareense e os Estudos Territoriais e em nenhum deles há a abordagem direta sobre a percepção do rio Doce.

Portanto, os Estudos Territoriais aqui apresentados serão considerados a partir das quatro vertentes propostas por Haesbaert (2004), conforme mencionado anteriormente, que servirão como categorias de análise os discursos sobre o rio Doce presentes nas matérias do DRD.

Posteriormente, teoriza-se a Análise de Discurso Crítica (ADC), em sua vertente anglo-americana proposta por Norman Fairclough, que considera o discurso enquanto prática social. Assim, os discursos presentes no DRD serão considerados a partir de sua circulação em um contexto social, logo, contam com a difusão de ideologias com o intuito de reforçar as identidades sociais. Além disso, a ADC será utilizada como método de análise dos gêneros textuais jornalísticos presentes no DRD.

Finalmente, será realizada uma revisão a respeito do Jornalismo, sobretudo a mídia impressa, a partir dos pressupostos de Nelson Traquina, ao definir os Critérios de Noticiabilidade e a Teoria do Gate Keeper, que versam sobre as escolhas dos editoriais por veicular determinados assuntos, além de abordar a mídia enquanto o quarto poder. Este item será utilizado para apresentar uma perspectiva crítica sobre a fonte utilizada nesta dissertação

O diálogo interdisciplinar entre Estudos Territoriais, Jornalismo e Estudos Linguísticos se configura como pilares para corroborar nossa hipótese inicial: a configuração do rio Doce na cobertura jornalística do DRD, como um território integrado num *continuum* simbólico e funcional.

Para tal empreendimento, é necessário contar com várias áreas do conhecimento, pois os acontecimentos sociais complexos não devem ser analisados em uma única perspectiva disciplinar. Neste sentido, a interdisciplinaridade assume o papel de auxiliar na compreensão do Doce como um território integrado. A sociedade complexa a qual vivemos, exige um “desdobramento dos saberes científicos às exigências sociais, políticas e econômicas (...) enfatiza os impasses vividos pelas disciplinas científicas em suas impossibilidades de sozinhas enfrentarem problemáticas complexas.” (FAZENDA, 2015, p. 10)

Ao longo da revisão bibliográfica, será possível perceber os pontos possíveis de diálogo entre Estudos Linguísticos e Estudos Territoriais: as duas áreas do conhecimento defendem a existência dos indivíduos em uma perspectiva complexa, interdisciplinar, no qual vários fatores devem ser levados em consideração ao se observar determinado fato. Além desta visão integradora, a língua é considerada

como um dos elementos para o exercício do poder, pois a mídia se apropria de discursos dominantes e ideológicos, com vistas a influenciar seus leitores a respeito dos fatos, posicionamento defendido por linguístas e geógrafos. Conforme salienta Katuta (2009):

O que torna a linguagem um fenômeno altamente complexo é que ela, ao mesmo tempo em que é estrutura estruturada e estruturante, é também instrumento de poder, podendo auxiliar na dominação ou libertação das pessoas, dependendo do uso e acesso que a ela é dado, portanto, das relações das pessoas com a mesma. (...) Tomemos o caso da grande mídia impressa. Podemos afirmar que a mesma realiza um efetivo poder de dominação quando não é percebida como tal pelas pessoas que com ela entram em contato (KATUTA, 2009, p. 41).

Portanto, a ADC, ao considerar o discurso enquanto prática social tem um papel fundamental sobre a leitura dos territórios midiáticos, visando compreender as marcas que os textos deixam para compreendermos como se dão os discursos e as práticas discursivas nos gêneros textuais do DRD ao longo de um ano. Neste sentido, a Geografia integradora ao considerar o território em uma dinâmica unificada das vertentes jurídico-política, simbólico-cultural, econômico-material e natural, são chaves de leitura promissoras de um dado território, numa perspectiva processual e não fragmentada que permitirá ler as intencionalidades dos discursos em um continuum simbólico e funcional.

Os discursos, na perspectiva de Fairclough (2016), se diferenciam do texto (o qual não há interação com o público), pois tem a finalidade de relacionar autor e leitores através da interação social. Os discursos influenciam as opiniões das pessoas, pois o objetivo de um discurso passa pela transformação ou manutenção da ordem social. Continuando nessa perspectiva, um artigo de jornal é produzido a partir de rotinas que partem do elemento complexo e de natureza coletiva, onde os atores do discurso estão envolvidos em vários estágios de produção.

O jornal DRD noticia informações diariamente e está inserido no contexto de Governador Valadares, a maior cidade do Leste Mineiro. Assim, esta é uma das abordagens sobre este desastre ambiental, que por sua vez se difere do contexto da mídia nacional, ou seja, as reportagens do referido jornal, informam os acontecimentos na maioria das vezes sem uma retrospectiva do contexto global. Assim, os acontecimentos não são discutidos, apenas informados como fazem a

maioria dos jornais de circulação diária em cidades de médio porte. Os fatos são descritos como conteúdos de interesse regional, neste caso da população valadarense. A gama assuntos locais não é abordada numa perspectiva crítica, numa falta de tentativa de transformar o contexto social a partir da prática discursiva do que foi informado.

Sabe-se que os jornais veiculam suas matérias com foco no público-alvo, desta forma, o papel principal da mídia é de estudar estratégias para que os textos tenham o efeito desejado, seja de informar, persuadir ou propagar ideologias. Neste aspecto as áreas do conhecimento Jornalismo e Estudos Linguísticos podem trazer subsídios para a compreensão da prática dos discursos jornalísticos no contexto de produção, circulação e recepção dos textos. A esse respeito Fairclough (2016, p.111) pontua que, “a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discursos de acordo com os fatores sociais”.

Ao analisar as matérias veiculadas no DRD, sob a ótica da Análise de Discurso Crítica, espera-se que seja possível identificar quais são os discursos que configuram o rio Doce como um território integrado. Muitas vezes os jornais contribuem para propagar discursos desiguais, dando voz a quem o editorial achar adequado, comprovando o quanto há desigualdade na difusão de informações. A posição social dos atores pode influenciar no acesso à informação e até mesmo à falta de espaço para pronunciamentos nas mídias. Determinados grupos de minorias, muitas vezes, não são dignos de se pronunciarem nos veículos de informação, como é o caso dos índios, ribeirinhos, pessoas com situação econômica desfavorável. Estas pessoas são excluídas pelo simples fato de ocupar determinada classe social.

Em síntese, acreditamos que a contribuição dos estudos territoriais para esta pesquisa está em investigar como o rio Doce é retratado após rompimento da barragem de Fundão nos textos jornalísticos do Diário do Rio Doce. Em uma análise preliminar, percebemos que há fortes indícios que neste jornal o rio Doce é visto como território integrado, a partir de um *continuum* simbólico e funcional, enquanto território jurídico-político, simbólico/cultural, econômico/material e natural. Contamos, ainda, com o auxílio das Teorias da Comunicação, sobretudo, do Jornalismo e mídia impressa para compreendermos de que forma as matérias jornalísticas são construídas e escolhidas para serem veiculadas. Finalmente, contaremos com o

auxílio da Análise de Discurso Crítica (ADC) para analisarmos alguns discursos selecionados do DRD. Esta teoria permitirá identificar que embora o Jornalismo consolide uma teoria a fim de explicar os critérios de noticiabilidade para as notícias, elas sempre mantêm um caráter ideológico, permeado pela linguagem enquanto um elemento de poder que influencia na formação do senso comum da população.

2.1 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO

O conceito de território, abordado neste trabalho, versa sobre uma perspectiva integradora, a qual tem sido percebida com uma flexibilidade enquanto categoria de análise, dando suporte a várias áreas do conhecimento. Neste sentido, pretendemos, com o auxílio da Geografia Cultural, compreender como se dão as relações complexas em um território. Pensando na contribuição desta área para a compreensão das relações sociais e de identificação com o território, Haesbaert (2009) evidencia a amplitude do conceito, em uma ótica interdisciplinar:

Apesar de ser um conceito central para a geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com seu enfoque centrado em uma perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligadas à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca a sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (...); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2009, p. 37)

Assim, as diversas atividades realizadas no cotidiano, que estejam relacionadas ao homem e o meio ambiente, tais como: a disputa por terras, a hierarquia entre profissionais e as subdivisões dentro de uma empresa, as relocações de populações de cidades e povos tradicionais em função da construção

de barragens ou as relações que se estabelecem através das redes, certamente as discussões sobre território estarão presentes. Estas, entre outras situações, exigem análise de várias áreas do conhecimento para serem compreendidas adequadamente. Por este motivo, os conceitos de território são amplos, pois cada fenômeno pode ser analisado em uma concepção diferente, e cada disciplina poderá recortar o que se considerará dos estudos territoriais enquanto análise de um objeto de estudo (DANTAS e MORAIS, 2008).

Segundo Haesbaert (2004), não há um dado puro, pois a ideia de *continuum* traz uma relação complexa entre território funcional e território simbólico, pois ambas formas de analisar o contexto jornalístico há a presença de processos de dominação, como de apropriação na medida em que se vende uma ideologia ou esperança, bem como as questões de desigualdade. Assim, em um mesmo texto é possível encontrar as marcas textuais-discursivas do funcional e simbólico interagindo-se na veiculação da informação jornalística.

Embora as abordagens territoriais sejam realizadas desde o século XIX, nem sempre o território foi considerado numa perspectiva integradora. Sua interação com as questões culturais ocorreu de maneira diferente em cada escola geográfica se considerarmos a francesa, a anglo-saxã, a italiana e a alemã. De qualquer modo, um movimento paralelo iniciado ainda no século XIX, através dos estudos realizados pela Escola de Birmingham, trouxe, posteriormente às discussões sobre território elementos essenciais para sua renovação: a denominada 'Cultural Return'. O movimento de retorno do cultural a partir da década de 1960 implicou numa proposta interdisciplinar e ampla pensando a sociedade a partir de uma combinação envolvendo Teoria da Comunicação, Sociologia, Teoria Política, Crítica Literária, Antropologia e outras áreas correlatas. Esse movimento, associado ao movimento culturalista da Escola de Chicago e as discussões estéticas da Escola de Frankfurt reverberou, mesmo que tardiamente, nos Estudos Territoriais, especialmente, na Geografia Humanística e na abordagem cultural (ORTIZ, 2004).

A temática cultural retoma sua proposta no início do século XX, somente nas décadas de 1970 e 1980. Assim, passa a considerar com mais frequência os aspectos culturais, pertencentes ao território vivido, em função da renovação da Geografia Cultural (CORRÊA e ROSENDAHL, 2010). Deste modo, várias áreas do conhecimento, puderam se apropriar das noções de território, que passa a ser considerado, também, enquanto dominação simbólica/cultural, em que os atores têm

o privilégio de usufruir e dominá-lo a partir de uma relação de apropriação e identificação (HAESBAERT, 2004).

O vocábulo território é de origem latina, deriva-se de *territorium*, aproxima-se de *terra-territorium* e *térreo-territor*, apresentando significados de “pedaço de terra apropriada” (HAESBAERT, 2004). O dicionário Houaiss traz a seguinte definição: “1. Grande extensão de terra. 2. Área de um distrito, município, cidade, país. 3. Extensão geográfica do Estado sobre a qual ele exerce a sua soberania. [Etim. Lat. *territorium*: grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição]” (VILLAR, 2011, p. 907)

A partir destas concepções, confirma-se a amplitude dos significados sobre território. Entretanto, ele está relacionado, na maioria das vezes, enquanto dominação jurídico-política, econômica e de apropriação dos recursos naturais, sem considerar os laços afetivos dos sujeitos vinculados ao território. Percebe-se, a partir da definição trazida pelo próprio dicionário, que esta concepção de território vem desde a sua origem latina.

Alguns autores contemporâneos passam a considerar o território a partir de uma nova abordagem, considerando, mais fortemente, a apropriação simbólica. Desta forma, Rogério Haesbaert propõe o território como um *continuum*, pois está sempre vinculado à dominação material “vinculado ao valor de troca” e, concomitantemente à apropriação simbólica “carregado de marcas do vivido”, sendo considerado enquanto “múltiplo, diverso e complexo”.

Entretanto, com o capitalismo, o território tem sido considerado como “unifuncional”, transformando-se em mercadoria, diminuindo o seu valor simbólico (HAESBAERT, 2004). Neste sentido, destaca-se a importância da ADC ao olhar criticamente para os discursos globalizados veiculados pela mídia. É preciso ter um olhar subversivo, visando questionar e não apenas receber passivamente as informações midiáticas, somente agindo criticamente é que haverá transformação social.

Portanto, através de um *continuum*, o território é visto de forma integrada, articulada e conectada a partir das vertentes jurídico/política, simbólico/cultural, econômico/material e natural. O autor destaca que esta separação ocorre unicamente para fins de análise, pois “a dinâmica territorial, muitas vezes, conjuga várias dimensões”. Assim, Haesbaert expõe a definição das quatro categorias do território que formam o *continuum*:

- **Jurídico-política:** “a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.” (HAESBAERT, 2001, p. 1770)

- **Cultural:** “prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço” (HAESBAERT, 2001, p. 1770).

- **Econômica:** “bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2001, p. 1770).

- **Natural:** “mais antiga e pouco veiculada hoje, em que se utiliza uma noção de território com base nas relações sociedade-natureza, especialmente no que se refere ao controle e usufruto dos recursos naturais” (HAESBAERT, 2001, p. 1770).

Assim, as quatro vertentes territoriais são abordadas por Haesbaert (2001) numa concepção integradora. Outros autores, como Marcos Aurélio Saquet propõem uma perspectiva relacional do território, destacando a importância de uma nova abordagem geográfica “que seja histórica, crítica, relacional e multidimensional” (SAQUET, 2011, p. 6). O autor percebe o território:

Arranjando-se em tramas e relações sociais, que são (i)materiais, ou seja, econômicas, políticas, culturais e naturais ao mesmo tempo. No homem reside a síntese do social e do natural, como ser genérico, biológica e socialmente, e a síntese da objetividade e da subjetividade, do (i)material. Somos objetivos e subjetivos concomitantemente, ou seja, não somos e nem vivemos somente a matéria ou a idéia em movimento. (SAQUET, 2006, p. 81-82)

Para Saquet, a partir da concepção relacional, a abordagem geográfica poderá responder às demandas da modernidade, em que as mudanças são *rápidas, constantes e contínuas*, de forma que “o pensamento precisa estar em movimento para compreender os movimentos do território e do desenvolvimento.” (SAQUET, 2011, p. 6). Sendo assim, o território deve ser visto como “universalização da vida, pois é nele e a partir dele que todas as realizações humanas acontecem, isto é, onde a vida dos homens plenamente se realiza. É por isso que nada escapa ao território, tudo e todos estão nele” (SILVA, 2015, p. 56)

Assim, o território está presente em todas as dimensões da vida social, pois viver em sociedade significa interagir com o outro. Portanto, o território é “apropriado

e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (...) se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios” (SAQUET, 2002, p. 17-18)

Embora muitos estudos sobre território privilegiem a análise da vertente jurídico-política, a inclusão da vertente cultural tem muito a contribuir sobre a compreensão das territorialidades, isto é, do pertencimento dos sujeitos com o território. Já que a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” tornando-se “uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

No mesmo sentido, Saquet (2002) conceitua territorialidade como:

O desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidades e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado. Em outras palavras, o território é resultado do processo de produção *do* e *no* espaço. (SAQUET, 2002, p. 20)

Nesta concepção, o território é sempre relacional, concretiza-se a partir da interação entre os atores nas mais diversas esferas. Em consequência, territorialidade diz respeito também às relações sociais permeadas pelos fatores do cotidiano, em função delas serem dinâmicas as territorialidades também o são. Portanto, a participação e convívio em sociedade faz com que um espaço (vazio) seja transformado em território.

Desta maneira, a abordagem territorial adquire importância para a análise das relações sociais, tornando-se importante para auxiliar pesquisadores em sua análise do objeto de estudo. Por isso, neste trabalho, busca-se trabalhar com a proposta de *continuum*, entre o material e o simbólico, tratando as quatro vertentes territoriais como categorias essenciais para a compreensão do rio Doce enquanto território.

Assim, anunciamos a próxima seção que abordará os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica, considerando o discurso como prática social.

2.2 ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)

Nesta seção apresenta-se a revisão bibliográfica acerca da Análise de Discurso Crítica Faircloughiana. Para isto, propõe-se percorrer por alguns conceitos para se chegar aos pressupostos teóricos e metodológicos da ADC, área de estudo que se iniciou a partir da consolidação da linguística enquanto ciência.

A escolha por esta teoria justifica-se pelo fato de tentarmos analisar de que forma o rio Doce tem sido considerado nos discursos do DRD. Espera-se que o percurso escolhido pelo jornal demonstre uma tendência de abordagem em um *continuum*, que o rio Doce seja retratado numa perspectiva englobando, ao mesmo tempo, fatores econômicos, políticos, naturais e culturais.

A ADC será utilizada como percurso teórico e metodológico, a partir de categorias analíticas dos discursos propostas por Fairclough (2003). Como teoria, a ADC poderá nos ajudar compreender de que forma os discursos jornalísticos, ao serem veiculados socialmente podem influenciar na vida em sociedade, reforçando desigualdades entre atores sociais e instituições que estão no poder. Além de influenciar, Norman Fairclough (2016) acredita que a análise do discurso crítica pode colaborar para a transformação dos sujeitos repercutindo em mudanças concretas na sociedade, na tentativa de tornar os cidadãos mais críticos frente aos problemas ambientais, que com o passar do tempo acabam sendo esquecidos, antes mesmo que os culpados sejam punidos.

É importante destacar, que a versão do DRD é uma entre tantas possíveis perspectivas sobre o rio Doce pós-rompimento da barragem de Fundão. Esta não deve ser considerada como única e verdadeira. Pelo contrário, acredita-se que cada fato pode ser retratado em uma ótica diferente, e cada percepção é relevante.

Entretanto, uma das contribuições da ADC é de considerar qual é o impacto dos discursos midiáticos para a reprodução de desigualdades sociais e transformação social/cultural.

Assim, iniciamos conceituando o vocábulo 'linguística' definindo-o como "a ciência que estuda a linguagem humana, a estrutura das línguas, sua origem, desenvolvimento e evolução" (VILLAR, 2011, p. 589). Desta forma, a linguagem pode ser entendida como uma habilidade humana, uma vez que ela é utilizada como um instrumento de comunicação e de reprodução social ideológica. Segundo Mussalim (2003), ao analisar o discurso desde a perspectiva saussureana, as ideologias têm existência material. Neste ponto, cabe ressaltar que uma informação jornalística parte de algo presente no contexto real-material e no momento de reprodução ideológico-simbólica tendo a presença do materialismo histórico, que pressupõe a determinação do capital, ou do econômico sobre o real, na veiculação de uma ideologia dominante.

O estudo da língua/gem foi criado antes da invenção da escrita, mas a linguística foi considerada ciência apenas a partir do século XIX trazendo uma abordagem mais inovadora, diferenciando-se dos estudos da Gramática Tradicional (WEEDWOOD, 2002). Assim como acontece em outras áreas do conhecimento, o estudo da linguística apresenta distintas escolas teóricas que se diferenciam pela forma como entendem a língua/gem, tais como Estruturalismo, Gerativismo, Sociolinguística, Funcionalismo, Linguística Cognitiva, Linguística textual, entre outras teorias (WEEDWOOD, 2002).

Entretanto, o estudo da língua não é exclusivamente realizado por linguistas e esta relação de interface entre a linguística com outras ciências beneficia e influencia os estudos sobre língua/gem. A renovação da Geografia Cultural possibilitou uma aproximação desta área aos estudos da linguagem, pois esta nova vertente da geografia passa a considerar a vida social do homem em convívio com o seu meio, enfatizando a cultura como um elemento simbólico do "espaço vivido, da construção de alhures e das relações homem/natureza" (CLAVAL, 2011, p. 11). Aqui cabe ressaltar o elemento simbólico o qual está arraigado de ideologia, pois o ser humano está situado numa existência material, esta que não se separa do plano das ideias as reproduzindo na prática do discurso.

Esta nova "fase" da geografia tornou-se uma demanda da modernidade a que vivemos, uma vez que "os novos parâmetros mundiais emergiram fortificados pelo

poder da mídia, modificou culturas e identidades; criando e recriando maneiras de ver o mundo” (MOURA, 2008, p. 4). Em outras palavras, Gil Filho (2012) relata sobre a geografia cultural “Aspectos da cultura não-material, até então desprezada pelos geógrafos, assumem uma posição importante na explicação dos significados do mundo” (GIL FILHO, 2012, p. 55). Neste sentido, a linguagem e a geografia estão em todos os espaços, pois:

A linguagem é o modo primário da comunicação humana, constituidora da própria individualidade daqueles que a utilizam. Por essa razão, os geógrafos culturais (...) têm-se dedicado cada vez mais ao papel simbólico da linguagem em nossas relações com o mundo natural, a ponto de considerarem a paisagem cultural como um texto (COSGROVE, 1998, 105)

A linguagem é uma forma de materializar as percepções simbólicas a respeito do território. Entretanto, as mensagens não são materializadas, unicamente, por meio de palavras escritas, as imagens (textos não-verbais) podem ser textos à medida que transmitem uma mensagem a um interlocutor. A cultura simbólica passa a ser considerada pela geografia que, através de um diálogo interdisciplinar, considera o uso da linguagem como uma manifestação das territorialidades dos seres humanos em simbiose com o seu meio. As interações sociais são formas únicas de “conceber, de atuar e de transformar o espaço geográfico. Linguagens são criadas para cada tipo de espaço. Os conceitos ganham significados conhecidos por aqueles que dele fazem uso” (MOURA, 2008, p. 8).

Os estudos Culturais da Escola de Birmingham também influenciaram a forma com que os meios de comunicação em geral impactam na sociedade:

O ponto de vista dos estudos culturais, a cultura é vista como um fenómeno que atravessa toda a sociedade e que está na base dos processos de produção e reprodução sociais e culturais. (...) não se podem estudar nem os meios de comunicação nem os seus produtos em si mesmos, isolados do seu contexto histórico, social, económico, cultural, etc., pois tal facto significa encará-los como aquilo que não são: elementos à margem da estrutura de poder na sociedade. (SOUSA, 2006, p. 431)

Desta forma, os estudos culturais influenciaram distintas áreas do conhecimento, oportunizando uma análise crítica dos acontecimentos em uma lógica integradora, em que as relações sociais influenciam em todos os campos.

Entretanto, durante muito tempo, principalmente antes da virada linguística, os estudos linguísticos restringiam-se à análise meramente textual, seguindo ainda a

abordagem estruturalista. As sentenças fonológicas, morfológicas, sintáticas e, posteriormente, semânticas eram analisadas separando texto e contexto. Os formalistas russos foram os percussores da análise linguística como prática social (BRANDÃO, 2012) (VAN DIJK, 1996).

Além dos russos, a teoria de dialogismo proposta por Bakhtin, entre os anos de 1920 e 1929, influenciou a análise textual, que era restrita minimamente às unidades frasais, tornando-a mais abrangente ao se considerar as interferências do convívio em sociedade. O autor defende que a vida é dialógica por natureza, pois o ser humano vive em sociedade, e relacionar com o outro significa participar de um diálogo: “A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” (BAKHTIN, 2006, p. 135). Portanto, o dialogismo refere-se ao diálogo entre os interlocutores, bem como, o diálogo entre os textos (intertextualidade).

Destarte, as teorias linguísticas foram se aperfeiçoando, principalmente em função da virada linguística, influenciada pela virada cultural de Frankfurt, ocorrida ainda no século XX. Desta forma, as décadas de 1950 e 1960 são decisivas para a consolidação da Análise do Discurso enquanto disciplina. Brandão (2012, p. 14) chama a atenção para as diferenças entre as posturas teóricas de AD anglo-americana e europeia: por um lado, a vertente anglo-americana postulada por Harris contribuiu com “a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente às frases”. Por outro, Jakobson e Benveniste (vertente europeia) contribuíram ao desenvolverem seus estudos relativos à enunciação.

As teorias linguísticas fomentaram uma nova forma de análise de texto: considerando-o como prática social. Este pensamento influenciou os estudos em vários países, inclusive no Brasil. Entretanto, as escolas anglo-americana e europeia ocupam um patamar, com algumas diferenças, não somente geográficas, entre suas abordagens. Segundo Orlandi (2003, p. 7) a declinação europeia fixa-se principalmente na escrita seguindo uma tendência materialista “que desterritorializa a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia)”. Já a tradição americana apresenta uma tendência focada no oral, considerando o *discurso com um sujeito intencional*.

Embora ocorresse esta separação entre oral e escrito, os estudos sobre AD no Brasil não foram influenciados pela divisão “imaginária entre escrita e oral”

(ORLANDI, 2003, p. 7). Mesmo assim, as vertentes anglo-americana (corrente crítica) e europeia (corrente não-crítica) diferenciam-se em alguns quesitos, principalmente, em relação à conceituação de sujeito: “na concepção crítica o sujeito não é apenas um agente do processo, mas um sujeito que é construído e que constrói os processos discursivos com base em seu caráter de ator ideológico” (VIEIRA, 2002, p. 148).

Apesar de apresentarem diferenças, tanto as teorias críticas do discurso quanto as não-críticas abordam a produção, recepção e circulação de textos como produto da estrutura social. Mesmo com suas diferenças, não é a intenção deste trabalho privilegiar uma teoria em detrimento de outra, pois não existe uma teoria superior às demais, e sim percursos teóricos que respondam de forma mais adequada ao objeto de estudo. Conforme salienta Charaudeau (1996):

A Análise do Discurso tem sua própria diversidade; desde a sua origem, várias hipóteses e dados teóricos surgiram, sem que qualquer uma delas se possa pretender superior às demais. Pretender uma tal superioridade seria uma questão de poder e não de cientificidade. Se os modelos se tornam dominantes a ponto de ocultar os demais, é a ciência que perde. É preciso defender a diferença em nome da liberdade do pesquisador e da democracia científica. O que conta é que um campo disciplinar se abriu – denominado 'discurso' — e no qual há espaço para diferentes hipóteses. (CHARAUDEAU, 1996, p. 4)

Portanto, a abordagem teórica escolhida para este trabalho é a Análise de Discurso Crítica (ADC), norteadas pelos pressupostos de Norman Fairclough, que serviram de sustentação para estudos realizados no Brasil e em Portugal por autores como Magalhães (2001), Vieira e Resende (2016), Pedro (1997), entre outros autores. Assim, abordaremos a conceituação de ADC Faircloughiana.

A Análise de Discurso Crítica⁴ (ADC) tem suas origens na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Michael Halliday. Embora a LSF tenha se embasado na linguística instrumental, vincula-se à semiótica social uma vez que se preocupa com a análise textual e ao mesmo tempo considera que “os sistemas lingüísticos são abertos à vida social” (MAGALHÃES, 2004, p. 117).

⁴ Em relação ao uso de ADC e ACD, MAGALHÃES (2004, p. 119) esclarece “Desde a década de 1980, quando introduzi essa área de estudos no Brasil, adoto o termo ‘análise de discurso crítica’, embora reconheça que trabalhos posteriores, aqui e em Portugal, registrem a tradução ‘análise crítica do discurso’ (...) não penso que a manutenção do termo inicial seja um problema para o crescimento da área. Outro ponto a destacar é que considero a ADC como parte da análise de discurso textualmente orientada, ligada à perspectiva metodológica qualitativa interpretativa que defende uma posição explícita do/a analista em relação aos dados analisados”.

Na mesma direção, a Linguística Crítica (LC) também apresenta suas raízes na LSF, opondo-se à linguística estruturalista e gerativista, pois estas dissociam os conceitos de linguagem e sociedade. Assim, os linguistas críticos acreditam que “a linguagem é parte integral do processo social”, não podendo trabalhar com a noção de discurso sem considerar que a linguagem e a sociedade influenciam-se mutuamente. Outra contribuição para a LC é trazida por Foucault de que “a linguagem como prática social (discurso) tem efeitos constitutivos sobre a sociedade”. (MAGALHÃES, 2004, p. 119), portanto analisam-se as relações entre texto, poder e ideologia.

Neste sentido, a ADC surge como continuidade à LC, embora com algumas inovações. A versão crítica da análise de discurso, além de considerar os discursos em sua prática social, pretende investigar de que forma eles contribuem para a transformação social (FAIRCLOUGH, 2016). ADC é um método e uma teoria que analisa “textos, eventos discursivos e práticas sociais em um contexto sócio histórico”. Esta demanda surgiu do pós-modernismo⁵, em que grupos dominantes disseminam cada vez mais o aumento das desigualdades raciais, de gênero, de exclusão social, entre outras questões da vida moderna.

Para a compreensão do discurso como prática e transformação social é necessário, inicialmente, trazer as definições de Fairclough (2016) sobre o que ele conceitua como discurso:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95)

Vieira e Resende (2016) seguem Fairclough ao definirem discurso sendo uma “Linguagem como momento irreduzível da vida social” ou ainda “modo particular de representar parte do mundo” (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 19). Assim, o discurso

⁵ “A Pós-Modernidade foi efetivamente constatada, identificada e descrita, assim como batizada e nomeada, a partir de uma tomada de consciência das mudanças que vinham acontecendo e dos rumos tomados pela cultura, pela filosofia e pela sociologia contemporâneas” (BITTAR, 2009, p 39).

está intimamente ligado à interação de atores sociais. Por isso, a dinâmica tempo/espaço torna cada significação discursiva única.

Consideremos, aqui, a dinâmica tempo e espaço, como aquela defendida pelo geógrafo Haesbaert (2016, p. 7), “que rompe com a dicotomia que, durante muito tempo, separou espaço de tempo”, ou seja, espaço e tempo devem ser vistos como “categorias gêmeas”. Portanto, são elementos da construção social, sendo “vistos como ‘dimensões’ do social, não se reduzem a categorias analíticas, mas são vistos como constituintes das próprias práticas sociais (ou ‘percepções’, para os fenomenologistas)” (HAESBAERT, 2016, p. 8).

A questão espaço-temporal está relacionada ao interesse da mídia (seja esta impressa ou não), pois os assuntos são recortados do contexto desde os interesses ideológicos que estão permeando as vertentes culturais, políticas, econômicas e naturais. Não há uma busca pura por uma informação jornalística, mas sim produto da existência material e simbólico-ideológica da prática social do discurso, como anteriormente foi citado desde os pressupostos de Mussalim (2003); Claval (2011); Haesbaert (2004); Fairclough (2016).

Portanto, as relações espaço-temporais estão relacionadas, sempre, à imposição de limites e fronteiras “Se o limite trabalha obrigatoriamente com alguma ideia de fixação, a fronteira envolve, sobretudo, a concepção de movimento e transformação do espaço” (HAESBAERT, 2016, p. 11). Entretanto, nem sempre os limites estão relacionados à conotação negativa de “restrição, contenção”, como tem sido utilizada nas sociedades atuais, denominadas como “sociedades de controle”. Cada grupo social tem autonomia para delimitar seus limites:

A luta concreta implica que cada grupo [...] tenha a capacidade, a autonomia e a liberdade para abrir ou fechar (em outras palavras, bem ou mal delimitar) seu território quando assim o julgar necessário. Talvez pudéssemos afirmar que o território [...] autônomo seria aquele em que temos efetivo poder para abri-lo e/ou fechá-lo quando assim, livremente, decidirmos, sem que isso afete negativamente a vida daqueles que estão a seu redor. (HAESBAERT, 2014, p. 123 apud HAESBAERT, 2016, p. 18)

No momento de veiculação de uma notícia, neste caso do jornal DRD, o editorial da imprensa tenta controlar o que a população pensa a respeito do desastre ambiental do Doce, entretanto, os leitores (população valadarenses) têm os limites de delimitação daquilo que se objetiva a pensar sobre o assunto veiculado pelo jornal. Neste sentido, as relações sociais estão permeadas pela imposição do poder, não

somente pelas Instituições (mídia) que ora representa o Estado, de forma que os limites devem ser vistos como inerentes ao processo de construção social, este que não é feito somente pela mídia discursiva dos meios de comunicação, mas na construção coletiva da prática do discurso.

Portanto, o dinamismo das interações espaço-temporais é capaz de fazer com que discursos possam ser coerentes mesmo que um texto tenha sido escrito em tempos e espaços diferentes, que por sua vez articulam-se novos significados, fazendo com que as interpretações sejam únicas em cada momento enunciativo, territorializando as relações humanas através da linguagem. Desta forma texto e contexto formam uma unidade inseparável:

Na análise de discurso, *texto* e *contexto*, constituem o objeto de análise. O *texto* é o objeto empírico de análise do discurso e é entendido como o produto da atividade discursiva. Nesse sentido, não se refere apenas a material escrito, visto que é a construção sobre a qual se debruça o/a analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. (CHAVES, 2016, p. 492)

Portanto, o texto é o “produto da atividade discursiva”, ou ainda, pode ser definido como “toda e qualquer forma de comunicação fundada num sistema de signos, (...) uma unidade linguística de sentido e de forma, falada ou escrita, de extensão variável que lhe conferem a condição de ser compreendido” (OLIVEIRA, 2015, p. 193).

Em contrapartida, o contexto “é a situação histórico-social de um texto, que envolve instituições humanas e outros textos. É a moldura de um texto, ou o enquadramento situacional e circunstancial de ocorrência”. Assim, texto e contexto formam o discurso enquanto prática social. Para interpretar a mensagem é necessário texto e contexto, uma vez que “o sentido não se encontra no texto, mas se constrói a partir dele no curso da interação” (SILVA, 2002, p. 13).

Por consequência disso, o discurso está em constante transformação e adquirindo novos significados através do dinamismo das relações sociais e lutas de poder. Mas, somente há interação quando os interlocutores conseguem compreender a mensagem, pois as palavras articuladas fora de contextos não farão sentido em uma enunciação. Para que haja entendimento, se faz necessário escolher um gênero discursivo que se encaixe no contexto do diálogo. Os gêneros da esfera jurídica, por exemplo, são utilizados, em sua maioria, por advogados,

juízes e outros profissionais da área do Direito. Entretanto, o uso destes textos não está restrito aos operadores da lei, não descartando a possibilidade de que qualquer pessoa da sociedade tenha acesso a documentos jurídicos, como é o caso de uma análise documental a documentos jurídicos realizada em trabalho acadêmico (SILVA, 2002).

É importante ressaltar no exemplo supracitado que na circulação dos textos leva-se em consideração sua finalidade na situação comunicativa, de forma que os diversos textos podem ser utilizados em situações múltiplas. A partir da visão de mundo de cada indivíduo (a partir de suas ideologias) a leitura/interpretação textual será realizada diferente. Entretanto, há uma emergência em desconstruir os discursos, retirando os óculos da ingenuidade, para que possam ser reconstruídos através de novos sentidos articulados e determinados pelas práticas sociais e pelo contexto sóciohistórico.

Portanto, Fairclough atribui a noção de discurso a uma concepção tridimensional envolvendo texto, prática discursiva e prática social, conforme demonstrado na quadro a seguir:



Quadro 1 – Concepção tridimensional do discurso.

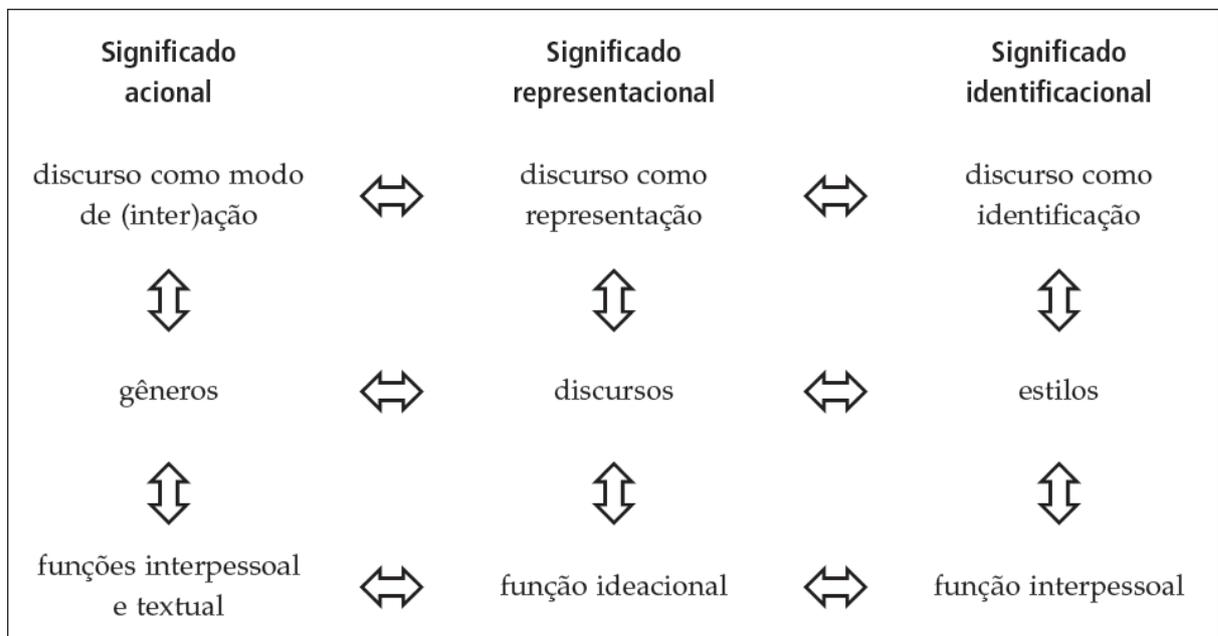
Fonte: Adaptado de Fairclough (2016, p. 105) e Resende e Ramalho (2004, p. 188)

As três formas estão ligadas: texto, prática discursiva e prática social. As práticas sociais e discursivas são materializadas através do texto (elemento não discursivo) fazendo com que cada interpretação seja única “o efeito do contexto de

situação sobre a interpretação textual (e produção textual) depende da leitura da situação. Por outro lado, o efeito do contexto sequencial depende do tipo de discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 117). Assim, as circunstâncias sociais influenciam na forma como as pessoas produzem e interpretam os textos, pois a prática discursiva é a mediação entre texto e prática social.

No mesmo sentido, Resende e Ramalho (2004) salientam a importância de compreender o uso da linguagem não como um texto meramente. É preciso compreendê-la como prática social, tornando-se um modo de agir socialmente e historicamente. À medida que o DRD veicula as notícias sobre o rio Doce pós-rompimento da barragem de Fundão os leitores estão situando o evento a partir da perspectiva do referido jornal. Há, portanto, uma relação social entre leitor e as matérias jornalísticas transmitindo um *sistema de conhecimento e crença*.

Assim, Fairclough (2003) baseia-se nas funções da LSF de Halliday, e dos conceitos de gêneros, discursos e estilos, o qual propõe uma abordagem de três tipos de significados para a prática social: o significado acional (aproxima-se das funções interpessoal e textual), o significado representacional (função ideacional) e o significado identificacional (função interpessoal), conforme quadro a seguir:



Quadro 2 - O tripé da obra de Fairclough (2003)

Fonte: OTTONI (2016, p. 31)

Portanto, as práticas sociais relacionam-se aos textos e eventos “como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser” (RESENDE e

RAMALHO, 2006, p. 60). Embora haja uma separação a fim de classificação didática, estas três instâncias ocorrem simultaneamente com o objetivo de compreender relações internas e externas do texto ao tornar-se prática social “Cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sociohistórico e cultural” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 62).

O significado acional está relacionado aos gêneros, os quais Fairclough (2003) considera como uma construção social, tonando-se *maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais*. Sendo assim, não são imutáveis, a própria prática social torna-os plásticos, sujeitos a alteração em sua estrutura.

Já o significado representacional associa-se aos discursos e é arraigado de ideologias. Os discursos são usados no sentido de representar o mundo e a forma com que os atores sociais se relacionam. Logo, os “discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação” (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 71).

Por fim, o identificacional relaciona-se aos estilos e às marcas identitárias nos discursos. O uso das identidades está relacionado à modernidade tardia preconizada por Chouliariaki e Fairclough (1999) a qual “se caracteriza como um período em que a mídia impressa, eletrônica e digital tem um papel central na formação da identidade” (OTTONI, 2016, p. 38). Assim, a identidade faz parte do modo como os discursos são construídos pelos atores sociais.

As três dimensões de significado (acional, representacional e identificacional) estão presentes no conjunto de reportagens selecionadas nesta pesquisa. Do ponto de vista acional, os atos de fala “tragédia”, “desastre”, foram evidenciados como uma forma de chamar a atenção do leitor para um acontecimento que modificou a forma de se lidar com a água na região do rio Doce. No entanto, o foco sobre a responsabilidade ambiental e cultural da destruição do Doce ficou nas entrelinhas do entendimento subjetivo dos leitores, pois a existência material e ideológica representará os fatos em parte o que realmente ocorreu.

Ao passo que no significado representacional os eventos foram relatados pelo DRD evidenciando-se como recurso natural, material e político, sendo que as implicações no modo cultural da população fora, apresentados discretamente. Por fim, houve mistura de estilos, quando se verifica a identificação, explicitando o vocabulário ora técnico, informativo, opinativo. Assim, “a representação do discurso

é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merece ser notícia” (Fairclough, 2016, p.140).

Ao se referir à prática social de sua teoria tridimensional do discurso, Fairclough (2016) acredita que ela está diretamente ligada à ideologia e que todos os discursos são ideológicos.

O termo ideologia foi criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1801 através do livro *Eléments d'Ideologie* (Elementos de Ideologia) com o intuito de criar “uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente”. A ideologia, portanto, foi criada como responsável por todas as nossas ideias que se relacionam ao “querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)” (CHAUÍ, 1980, p. 10).

Napoleão Bonaparte, em 1812, foi quem utilizou pela primeira vez a ideologia no sentido pejorativo. Em seu discurso atribuiu todas as mazelas da sociedade francesa à ideologia invertendo o significado inicialmente proposto, chamando-os de “ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história” (CHAUÍ, 1980, p. 11)

Neste sentido, as discussões sobre ideologia são bastante vastas. Autores como Karl Marx, Louis Althusser, Augusto Comte, Paul Ricœur trouxeram contribuições para uma discussão filosófico-científica sobre o tema, acarretando em conceitos ambíguos em relação à ideologia. Entretanto, Thompson (2011), a partir da teoria social e política, atribui à ideologia uma concepção neutra e outra crítica. A primeira é vista como “sistemas simbólicos, de pensamento e de crença”. Nesta concepção os fenômenos ideológicos são caracterizados “sem implicar que sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular. (...) É um aspecto da vida social (ou uma forma de investigação social)” (THOMPSON, 2011, p. 72). Portanto, nesta definição a ideologia não é, necessariamente, negativa.

A segunda concepção, no que se refere às teorias críticas da ideologia são aquelas que “possuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo. (...) é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos” (THOMPSON, 2011, p. 73).

Fairclough (2016) concorda com a teoria crítica proposta por Thompson (2011) ao dialogar no que concerne à compreensão das ideologias e o modo de como elas interpelam o sujeito. Por isso, acrescenta que as ideologias são:

Significado/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122)

No mesmo sentido, Magalhães (2004) reforça que as ideologias utilizam-se da linguagem visando a manutenção do poder “a linguagem contribui para ‘confirmar e consolidar’ as instituições que a ‘modelam’, sendo usada para ‘manipular’ os interlocutores e para ‘manter o poder’ das agências de estado e das organizações” (MAGALHAES, 2004, P. 119). Entretanto, as ideologias não estão presentes somente no texto, uma vez que não é possível lê-las no texto, elas estão presentes nas estruturas, como também, nos eventos discursivo-sociais, mediadas pelo contexto social.

A interpelação dos sujeitos na prática do discurso denota-se na medida em que a ideologia está embutida na forma de ver o mundo, em que “o sujeito está posicionado na ideologia de tal maneira que disfarça a ação e os efeitos desta e dá ao sujeito uma autonomia imaginária” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 125).

A ADC contribui à medida que influencia na forma como interpretamos as mensagens criticamente “sobre o papel da linguagem na organização e na manutenção da hegemonia de determinados grupos sociais em detrimento de outros” uma vez que o Brasil é um país “em que a população é com frequência alvo de manipulação por parte de grupos de poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 12). Embora não seja fácil, é extremamente importante exercer uma leitura crítica dos textos orais e escritos de circulação social, compreendendo quais as intencionalidades da veiculação ou não veiculação de determinadas mensagens.

Assim sendo, abordaremos no próximo tópico a forma como a linguagem é utilizada pelo jornalismo, sobretudo, a mídia impressa.

2.3 O JORNALISMO E A MÍDIA IMPRESSA

Desde a sua existência os seres humanos são seres sociais e utilizam a comunicação como forma de interagir em sociedade. Na Pré-História, quando a principal forma de comunicação realizava-se através da linguagem oral, quando ainda não havia sido criada a escrita, o indivíduo já sentia a necessidade de expressar-se de forma gráfica para que a transmissão cultural não se perdesse com o tempo. Os símbolos desenhados nas paredes de cavernas são exemplos da importância de registro da linguagem escrita como uma necessidade para os indivíduos e é através dela que a comunicação pode se perpetuar vencendo as barreiras de tempo e espaço. (SOUSA, 2006)

Estima-se que a escrita tenha sido inventada em torno de 3.500 anos antes de Cristo, pelos sumérios. Naquela época a grafia era completamente diferente, entretanto ela deu origem ao alfabeto que utilizamos atualmente. Esta demanda surgiu para que houvesse registros de transações comerciais, bem como a regulação da vida social:

A escrita contribuiu, assim, para a harmonização e regulação da vida política, administrativa, religiosa e jurídica, cumprindo uma função social e culturalmente agregadora. Tornou também possível a expansão das civilizações e o aparecimento dos primeiros impérios. Ao permitir que as instruções, os regulamentos e os relatos pudessem chegar a todo lado, sem variação de forma e conteúdo, a escrita permitiu igualmente a tentacularização do poder central (SOUSA, 2006, p. 131)

A criação de uma linguagem escrita tornou-se uma necessidade para transmitir histórias de forma segura e sem alterações de conteúdo, pois através da difusão de histórias orais, acontecia o que se chama popularmente de “telefone sem fio”, em que as histórias alteravam à medida que eram narradas oralmente: “Foi a escrita que permitiu ao homem transmitir rigorosamente informações de geração em geração sem se sujeitar à infidelidade dos processos de transmissão oral” (SOUSA, 2006, p. 130). Entretanto, a escrita não garante que a transmissão de conteúdo realize-se sem alteração de informações.

Nesta ocasião, aproximadamente 69 a.C., remontam-se à origem dos jornais impressos: os gregos publicavam documentos chamados *Efemérides* com o objetivo

de disseminar “os relatos dos principais acontecimentos que afectavam a vida das suas cidades-estado” (SOUSA, 2006, p. 133-134). As atas também influenciaram na criação dos jornais impressos atuais. Baseados nos gregos, os romanos publicavam, periodicamente, atas para tornar público “relatos fidedignos” sobre eventos, informações e acontecimentos recentes a mando de Júlio César, 50 a.C, através das *Actas Diurnas*. “Com o passar dos anos, as *Actas* sofreram uma evolução, passando a incluir notícias sobre os actos públicos do imperador, as vitórias militares, factos da vida civil, etc.” (SOUSA, 2006, p. 134).

Entretanto, a linguagem escrita, até meados do século XV, era reproduzida através de pergaminhos manuscritos. A criação da tipografia de Gutemberg e a substituição do papiro pelo papel transformam radicalmente a cultura escrita. Embora a modernização tenha ocorrido possibilitando uma difusão maior dos escritos, democratizando a leitura a difusão de informação em massa, esta modernização era vista com muita desconfiança pelos escritores: “persistia uma forte suspeita diante do impresso, que supostamente romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores e corromperia a correção dos textos, colocando-os em mãos mecânicas e nas práticas do comércio” (CHARTIER, 1999, p. 9).

A democratização das informações trazidas pelo avanço tecnológico também não agradou aos governantes, uma vez que “o clima político e religioso, quer na Europa quer na China, era avesso à circulação de informação e à alfabetização dos cidadãos, devido à prossecução de estratégias de dominação sócio-política e religiosa” (SOUSA, 2006, p. 137). Assim, a cultura escrita sempre foi um problema para a manutenção do poder, na antiguidade havia “a censura e a interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas”, desta forma, os livros “ruins” eram queimados em fogueiras pelos poderes opressores para erradicar as ideias contidas nos livros (CHARTIER, 1999, p. 23). Portanto, o uso da língua e a disseminação de informações são elementos importantes pela luta do poder, e a mídia impressa não está fora desta lógica.

Neste sentido, a tipografia gutemberguiana possibilitou a criação do jornal impresso através das prensas: Alguns historiadores defendem que o primeiro jornal impresso foi o “*Noviny Poradné Celého Mesice Zari Léta 1597 (Jornal Completo do Mês Inteiro de Setembro de 1597)*” criado em Praga, na República Checa. Outros estudiosos argumentam a favor do semanário “*Nieuwe Tijdinghen*” criado em 1605 em Antuérpia, na Bélgica. Não entraremos nesta discussão, mas esta informação se

faz importante, pois a partir desta época a difusão de informações através da imprensa estendeu-se para todo o mundo, tornando-se cada vez mais um suporte⁶ presente no cotidiano dos seres humanos ao longo do mundo (SOUSA, 2006, p. 146).

O jornal que conhecemos hoje não é o mesmo desde a sua criação. Com o passar dos tempos, os jornais foram se adequando à modernidade e às demandas da sociedade. A Revolução Industrial modificou o jornalismo no século XIX, enquanto na era gutemberguiana (séc. XV) realizava a impressão de 50 páginas por hora, as invenções de Koenig em 1814 e Marinoni em 1871, permitiu a impressão de 1.100 e 95.000 páginas por hora, respectivamente. Outro avanço significativo relaciona-se à melhoria na reprodução de imagens através da fotogravura (1851) e heliogravura (1905), e posteriormente a invenção da máquina fotográfica. Estas inovações permitiram que a mídia impressa concorresse dignamente com a televisão, e tivesse, também, um status de “ser as ‘lentes’ da sociedade” (TRAQUINA, 2005a, p. 38)

Nos tempos remotos, a lentidão da produção e a forma como as pessoas tinham acesso aos textos permitiam que as notícias demorassem a chegar. Na antiguidade eles eram publicados em “rolos, uma longa faixa de papiro ou de pergaminho, que o leitor segurava com as duas mãos para poder desenrolá-la.” (CHARTIER, 1999, p. 24). Nesta época, o acesso aos textos escritos era bastante restrito, atualmente, estamos em uma era que podemos ter acesso à informação através de veículos de comunicação distintos. O jornal DRD, por exemplo, pode ser acessado por internautas de qualquer parte do mundo através do site⁷ do jornal.

Acredita-se que o livre acesso e a rapidez à informação, principalmente através da internet, possam contribuir para que os sujeitos não sejam mais persuadidos a acreditarem em tudo que leem. Entretanto, Chartier (1999) chama a atenção para os perigos do excesso de textos a que estamos submetidos: “A proliferação textual pode se tornar obstáculo ao conhecimento. Para dominá-la, são necessários instrumentos capazes de triar, classificar, hierarquizar” (CHARTIER,

⁶ Neste trabalho, a conceituação de “suporte” é usada em Marcuschi (2008, p. 174-175) “Um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. Portanto, o jornal impresso pode ser considerado um suporte, em que os gêneros textuais notícia, reportagem etc, materializam-se e são comercializados através do suporte jornal impresso.

⁷ O site do jornal pode ser acessado através do link www.drd.com.br, entretanto, algumas áreas do site são restritas aos assinantes do jornal impresso.

1999, p. 99). Portanto, é preciso desmistificar a teoria de que o jornal tem sempre credibilidade na divulgação de informações:

O jornal é um veículo formador de opinião. Os jornais se adequam ao público a que se destinam e, portanto, há um número grande de jornais voltados para diferentes classes. Uma forte característica do jornal é a agilidade, já que provoca reações rápidas nos leitores. A credibilidade no meio Jornal é alta porque, sendo um veículo de informação, possibilita ao leitor analisar os fatos e, de quebra, ver os anúncios nele veiculados (CESAR, 2015, p. 49).

No mesmo sentido, Tahara (2004) atenta para três pontos positivos do jornal: o primeiro de passar credibilidade aos leitores “devido ao papel social que desempenha, é o meio de maior credibilidade, dando confiança à mensagem”. O segundo fator diz respeito à seletividade “sua audiência é constituída basicamente por públicos pertencentes aos grupos sociais A e B, os formadores de opinião”. Finalmente, tem como vantagem rapidez na veiculação de mensagem: “pode-se autorizar hoje e ter anúncio veiculado na manhã seguinte”⁸ (TAHARA, 2004, p. 19).

As concepções de Tahara (2004) e Cesar (2015) acerca do jornal, provavelmente contribuem para reforçar desigualdades sociais entre classes sociais, bem como, reforçar discursos ideológicos, uma vez que as informações são selecionadas. Além disso, percebe-se que os textos informativos e publicitários ocupam o mesmo suporte, trazendo a impressão de que os anunciantes pagos escolham um jornal que comungue da mesma ideologia, reforçando o quanto as informações podem ser manipuladas e tendenciosas em favor de um anunciante. Outra questão diz respeito a considerar-se os grupos sociais A e B como formadoras de opinião, reforçando que os discursos jornalísticos realmente produzem desigualdades. Neste sentido, a ADC se faz importante para tornar cidadãos críticos frente ao excesso de informações para que haja uma transformação social.

Assim, anuncia-se o próximo tópico em que serão tratados sobre os critérios utilizados pela mídia para selecionar os temas/assuntos que são dignos de noticiabilidade, de acordo com Traquina (2005). Assim, os critérios de noticiabilidade servirão para compreendermos de que forma o rompimento da barragem de Fundão foi definido como notícia para os veículos de comunicação, notadamente o DRD.

⁸ Se pensarmos nos jornais eletrônicos veiculados pela internet, a divulgação pode ser instantânea, sem necessidade de aguardar o dia seguinte.

2.3.1 A Teoria do Agendamento e os Critérios de Noticiabilidade

Na rotina diária nos deparamos com vários acontecimentos que nem sempre são noticiados pelas mídias, enquanto há outros escolhidos para destaque, que muitas vezes, a nosso ver, não mereceriam notoriedade. Diversas correntes de pesquisadores procuram esclarecer os critérios de escolha dos acontecimentos a serem veiculados através dos meios de comunicação.

Neste sentido, para entendermos qual é a lógica dos veículos de comunicação para noticiar ou não determinados fatos, é necessário trabalharmos, inicialmente, com a definição de notícia, que segundo o dicionário Houaiss é definida como “1. Informação a respeito de algo. 2. Relato de fatos veiculados em jornais, revistas, etc [Etim. Lat. Notitia: notoriedade, fama]” (VILLAR, 2011, p. 670). Assim, a notícia é um gênero textual descritivo e/ou informativo, sendo um relato⁹ de determinado fato. Entretanto, nem todos os assuntos são dignos de serem noticiados, há uma lógica que determina os critérios de noticiabilidade, ou seja, os valores-notícia.

Traquina (2005b) discorre sobre o que é notícia “o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade” (TRAQUINA, 2005b, p. 95). Assim, a agenda jornalística ocupa-se da ruptura da “normalidade” como critério fundamental para que determinado acontecimento consiga destaque nos noticiários. Desta forma, os valores-notícia são um componente norteador da cultura jornalística ao selecionar determinados acontecimentos como dignos de noticiabilidade, pois eles “servem de ‘óculos’ para ver o mundo e para o construir” (idem, p. 94). No mesmo sentido, Van Dijk (1990) explica que nem todos os acontecimentos podem ser qualificados como eventos noticiosos. Os eventos cotidianos e normais podem ser noticiados, entretanto não são eventos noticiosos em potencial.

Os valores-notícia estão relacionados ao modelo de Agenda Setting (em português ‘Definição da Agenda’), desenvolvido nos Estados Unidos em 1960 e difundida no Brasil a partir de 1995. Este conceito foi criado com o intuito de explicar a capacidade dos meios de comunicação de massa para influenciar os temas

⁹ Há controvérsias sobre a definição de notícia como relato, Stuart Hall acredita que “a notícia não é um relato, mas uma construção” (HALL (1984, p. 4) apud TRAQUINA (2005b, p. 17)).

discutidos pelo público. Martino (2014) define o conceito de agenda como “um grupo definido de temas discutidos em lugar e tempo específicos” (MARTINO, 2014, p. 207). Portanto, a “agenda da mídia” são os assuntos veiculados através dos meios de comunicação, por outro lado, a “agenda pública” refere-se aos temas pertinentes durante as relações sociais. Entretanto, o conceito de Agenda Setting argumenta que quanto mais os veículos de comunicação enfatizarem determinados temas, há uma probabilidade maior na discussão destes mesmos assuntos na sociedade. Portanto, há uma dinâmica na agenda da mídia, que por sua vez, influencia a dinâmica da agenda pública, conforme salienta Martino (2014):

Os temas da mídia não ocupam os lugares mais importantes da agenda de ninguém, mas, como estão presentes nas posições intermediárias de um grupo considerável de indivíduos, ganham em força por conta dessa presença numérica. Os temas discutidos por um número alto de pessoas torna-se o principal tema da agenda pública (MARTINO, 2014, p. 208).

Segundo Traquina (2005b) os valores-notícia que definem as agendas da mídia não são aleatórios, nem mesmo há uma hierarquia que definam quais são as principais pautas das agendas das mídias: “não há regras que indiquem critérios tem prioridade sobre os outros, mas os critérios de noticiabilidade existem” (TRAQUINA, 2005b, p. 96). O autor acrescenta, ainda:

Os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta as políticas editoriais. As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional. (TRAQUINA, 2005b, p. 95)

Portanto, os critérios de noticiabilidade estão relacionados à vida em sociedade e os temas que definem as agendas são os mais diversos, tais como: atualidade, tempo, espaço, interesse pessoal e/ou político, entre outros aspectos. Vários autores investigam quais são os critérios utilizados pela imprensa para determinar o que é uma notícia digna de ser publicada. Neste sentido, Nelson Traquina demonstra que o interesse público e os fatores internos das redações, ligadas a outros fatores, determinam a agenda da mídia:

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas do fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais na noite (TRAQUINA, 2005b, p. 25).

Assim, existe uma “autonomia relativa” aos jornalistas na elaboração das matérias jornalísticas, uma vez que o jornalista está condicionado aos vários fatores internos e externos à redação e cada veículo de comunicação pode ter uma percepção diferente sobre os assuntos noticiosos. O rompimento da barragem de Fundão foi noticiado de formas diferentes se compararmos o jornal Diário do Rio Doce, de circulação regional, às demais mídias nacionais.

Embora o rompimento da barragem de Fundão tenha sido amplamente noticiado, houve uma diminuição na noticiabilidade deste assunto ao longo dos meses de forma que outros acontecimentos passaram a ter prioridade, nas mídias regionais e nacionais. Nos periódicos de circulação nacional o rompimento da barragem de Fundão foi, aos poucos, sendo substituído pelo atentado do Estado Islâmico em Paris, ocorrido em 14 de novembro de 2015, nove dias após o rompimento da barragem. As principais mídias nacionais são provenientes dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais estabelecem relações comerciais muito mais próximas com Paris, do que com a cidade de Mariana/MG e os demais municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

Ao contrário das mídias nacionais, na mídia regional, em especial no periódico Diário do Rio Doce, não houve menção ao atentado em Paris, uma vez que a cidade de Governador Valadares não tenha tanta proximidade com a cidade francesa. O rompimento da barragem de Fundão permaneceu sendo noticiado pelo DRD, entretanto a operação “Mar de Lama”¹⁰ da Polícia Federal, ocorrida no dia 11 de abril de 2016, tornou-se uma nova agenda da mídia valadarense, diminuindo consideravelmente as matérias sobre o rompimento da barragem. A investigação “Mar de Lama” tornou-se um evento em potencial de noticiabilidade no DRD, uma vez que os envolvidos na investigação são agentes públicos da prefeitura de Governador Valadares e empresários suspeitos de desviar mais de R\$1 bilhão de

¹⁰ Mar de Lama foi uma investigação realizada pela Polícia Federal na cidade de Governador Valadares/MG, com o intuito de apurar atos de corrupção realizados por vereadores, detentores de cargos públicos e empresários que desviavam verbas públicas desde 2009.

reais de dinheiro público. Logo nos meses seguintes, aconteceu a campanha das eleições municipais, que novamente tornou-se o foco das notícias do DRD. Entretanto, a substituição dos assuntos nas agendas das mídias nacional e local ocorreu de forma assíncrona.

Estas especificidades ao selecionar determinados assuntos/temas são pesquisadas por Traquina (2005b, p. 79). O autor define onze critérios de noticiabilidade, quais sejam: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração e escândalo:

1. **Morte:** o negativismo do mundo jornalístico tem um valor fundamental para a “comunidade interpretativa”. Portanto, a morte é um assunto de interesse do público.
2. **Notoriedade:** relaciona-se ao ator principal do fato, sendo este considerado uma celebridade, alguém que tenha uma importância hierárquica na sociedade, uma posição de influência social e econômica.
3. **Proximidade:** Apresenta proximidade em termos geográficos e culturais do público-leitor.
4. **Relevância:** “A capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, o país, a nação”
5. **Novidade:** Este é um valor-notícia que os jornalistas sempre estão em busca: do furo de reportagem, uma vez que os assuntos já noticiados devem ser retomados apenas se houver um novo elemento. O público-leitor interessa-se pela primeira ou última vez de determinado fato.
6. **Tempo:** Neste critério, o tempo relaciona-se a três critérios: atualidade, relevância e repercussão. A notícia pode transformar-se em um gancho para noticiar algum assunto semelhante. As datas são marcadores de tempo para lembrar fatos que foram importantes no passado. Alguns assuntos podem dilatar o tempo de noticiabilidade.
7. **Notabilidade:** é a “qualidade de ser visível, tangível”, neste sentido as mídias preocupam-se mais em noticiar “acontecimentos e não problemáticas”. A notabilidade pode estar relacionada à importância e a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento. Há outros quatro marcadores de notabilidade: o insólito, por serem situações inusitadas; a inversão, como por exemplo, o fato de

um ser humano morder um cão, e não o contrário; a falha e o excesso/escassez.

8. **Inesperado**: “aquilo que *inrompe* e que surpreende a expectativa”, são os considerados megaeventos.

9. **Conflito** ou **controvérsia**: Refere-se às violências físicas e/ou simbólicas, aos desvios da norma, ruptura da ordem social.

10. **Infração**: no sentido de violar, transgredir as normas, o crime é um exemplo deste valor-notícia. Geralmente, os crimes são noticiados brevemente por serem situações rotineiras, entretanto, se estiver relacionado à violência, terá um destaque maior.

11. **Escândalo**: Desordem, tumulto. Pode ser potencializado ao ser noticiado caso envolva pessoas de notoriedade.

Quadro 3 – Critérios de Noticiabilidade

Fonte: Traquina (2005b, p. 77-85)

Embora Nelson Traquina não se refira especificamente sobre questões ambientais e a mídia, o rompimento da barragem de Fundão, na perspectiva do DRD, enquadra-se, concomitantemente, em várias das categorias acima citadas. O evento tornou-se um evento noticioso em potencial para o DRD principalmente em função da categoria “proximidade”. O rompimento da barragem de Fundão foi noticiado pelo DRD apenas no dia 7 de novembro de 2015, quando descobriu-se que a lama iria passar por GV através do rio Doce. O fator “relevância” também merece destaque, uma vez que este acontecimento trouxe consequências graves para os moradores valadarenses e que se estenderam por vários dias. Acredita-se que seja esse um dos motivos pelos quais este assunto permaneceu como pauta durante vários meses.

Entretanto o valor-notícia deste desastre ambiental foi diminuindo com o passar dos meses (conforme será detalhado no item 4.1 Os Gêneros textuais da esfera jornalística). Sousa (2008, p. 77) salienta que “se um assunto desaparece dos discursos públicos, isso não significa que a situação melhorou”. Neste sentido, é pertinente observarmos que há ainda uma série de soluções a serem tomadas pela Samarco para reparar os danos sofridos aos valadarenses. Embora a captação de água tenha sido retomada pelo Saae, a ingestão de metais pesados ainda é uma realidade, fato que poderá trazer danos à saúde: “mal de Alzheimer e mal de Parkinson, osteoporose, alterações neurocomportamentais, incluindo a

encefalopatia, esclerose lateral amiotrófica e demência dialítica”, conforme denúncia do MP na edição do dia 13 de agosto de 2016 do DRD. A Samarco propôs uma possível solução para o problema de captação de água em Valadares, uma captação alternativa de água dos rios Suaçuí Grande e Pequeno, ação que deverá demorar três anos para ser concluída.

A diminuição da noticiabilidade do rompimento da barragem de Fundão talvez esteja relacionada à demanda dos jornais em vender notícias, pois “as questões ambientais podem ser importantes, mas no jogo das notícias, são apenas mais um interesse em competição” (SOUSA, 2008, p. 77)

Entretanto, o fato de os jornais noticiarem questões relacionadas ao meio ambiente, não deveriam ser apenas para atender a uma demanda econômica para vender jornais. José Marques de Melo acredita no papel dos meios de comunicação em transformação da sociedade. Desde a Conferência Eco-92¹¹, as questões ambientais começaram a ser enfatizadas com mais força, portanto as agendas midiáticas deveriam estar aptas a promover:

Uma "mudança de comportamento" de modo a gerar soluções capazes de "proteger o meio ambiente e concomitantemente, promover o crescimento econômico" (...) “Não existe aqui uma escolha: ecologia ou economia”. Preconizando "formas de desenvolvimento auto-sustentável", imaginava-se a possibilidade de lograr "o crescimento econômico com a preservação da natureza". (MELO, 2008, p. 12)

Embora Melo (2008) acredite no poder da mídia para a transformação social defende que não é necessário “responsabilizá-la genericamente pela mazelas da sociedade”, mas sim produzir um “inventário crítico das suas potencialidades preventivas” a fim de que as coberturas jornalísticas sejam um meio efetivo para a criticidade de seu público leitor. Há que se considerar, também, que na maioria das vezes, as questões ambientais vêm à tona pelos meios jornalísticos para cobrirem grandes catástrofes. Em meio a vários estudos realizados por cientistas que preveem grandes problemas ambientais no futuro, entretanto, estes estudos acabam não sendo noticiados.

Por fim, os critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2005b) estão relacionados à forma de “fazer notícia”, que demanda dos jornalistas estarem

¹¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — 1992 (Eco-92) ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Teve como objetivo discutir sobre os problemas e progressos ambientais, bem como, a elaboração de documentos oficiais para legislação ambiental.

imersos a uma rotina diária em busca das respostas para o lead noticioso: “Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê? Como?”. Associada a esta rotina, está o ineditismo tão procurado pelas redações. Estes são fatores que, muitas vezes, não abrem espaço para uma discussão sobre as problemáticas. Ao percebermos o percurso adotado pelo DRD no tópico “4.2 O rio Doce pós-rompimento da barragem de Fundão na perspectiva do DRD” nos faz compreender que esta dinâmica foi adotada pelo DRD. Este evento foi noticiado de acordo com os critérios de noticiabilidade acima estabelecidos por Nelson Traquina. Entretanto, a todo momento os acontecimentos estavam sendo postos nas páginas do jornal, sem que este, na maioria das matérias, sinalizasse para a discussão das problemáticas provenientes do rompimento da barragem.

A partir desta perspectiva, anuncia-se o próximo tópico sobre o papel da mídia em influenciar o pensamento do público-leitor, visando uma transformação social através de uma leitura crítica aos textos jornalísticos.

2.3.2 Jornalismo: O Quarto Poder?

O jornalismo¹² é pensado enquanto o quarto poder, juntamente com os poderes executivo, legislativo, judiciário, sendo o jornalismo o quarto elemento. Entretanto, Traquina (2001) relaciona o jornalismo ao quarto poder no sentido de “guardar os cidadãos dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes” (TRAQUINA, 2001, p. 187). Ou seja, é atribuição do jornalismo vigiar os poderes que constituem o Estado de direito. O autor atribui, ainda, uma segunda função, de ser “um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão de suas preocupações, da sua ira” (idem, p. 190).

¹² Acredita-se que a mídia como um todo exerça a função de ser o quarto poder, não somente o Jornalismo materializado pela mídia impressa. Entretanto, o foco será dado ao jornalismo impresso em função de ser este o objeto de estudo do trabalho em questão.

Entretanto, pesquisas científicas nas comunidades acadêmicas e o ativismo dos agentes sociais demonstraram que o quarto poder não cumpre, efetivamente, a sua posição de estar ao lado da sociedade civil. Conforme visto no tópico anterior, a agenda midiática influencia na maneira de pensar dos cidadãos: “os media não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar” (TRAQUINA, 2005b, p. 16).

Nelson Traquina segue Bourdieu defendendo que os jornalistas utilizam-se de óculos para lerem a realidade, eles permitem enxergar certas estruturas e tornar outras tantas como invisíveis, este óculos não interferem somente na maneira de ver, como também na forma de agir e falar. De forma que os profissionais da área de comunicação passam a ser “uma parte seletiva da realidade” (TRAQUINA, 2005a, p. 30).

Os jornais impressos “constituem-se em campos de tensão e de lutas sociais por velhas e novas territorialidades, afinal são elas que viabilizam determinadas atividades econômicas e modos de produção” (KATUTA, 2009, p. 55). Dessa maneira, o discurso jornalístico não é neutro em relação à produção da identidade e opinião humana, de forma que as notícias perpassam por campos ideológicos em que a mídia impressa pode ser concebida como “um dos sistemas simbólicos mais eficientes no processo de dominação social, realizando um importante poder simbólico junto aos letrados que a ela têm acesso” (KATUTA, 2009, p. 40).

O rio Doce é um espaço vivido enquanto simbólico, desde as memórias e sentimentos em relação ao mesmo, por isso, há uma ideia de território que ultrapassa os limites do espaço-tempo, como o Doce está em constante relação com o continuum simbólico, permeado de ideologias, representações, práticas discursos identitários. Por isso, a mídia DRD, apropria-se desses discursos e assume mesmo que parcialmente a interlocução entre a população e o fato acontecido.

No mesmo sentido, Pinto (2011, p. 47) defende que “a comunicação de massa emerge, então, como um território simbólico, ou seja, produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”, e o mundo globalizado permite que as informações rompam a barreira de tempo e espaço.

Em sentido oposto, Haesbaert e Limonad (2007, p. 40) consideram o termo globalização controverso, pois, principalmente a partir do discurso jornalístico, foi definido como a “disseminação em escala planetária de processos gerais

concernentes às relações de trabalho, difusão de informações e uniformização cultural”.

Assim, globalização está relacionada à homogeneização. Entretanto, Haesbaert e Limonad (2007) acreditam que os discursos globalizados não chegam a todos os lugares, a ponto de homogeneizar “igualmente todos os segmentos sócio-espaciais”, uma vez que os pontos de homogeneização são escolhidos seletivamente em escala-mundial, sendo “em muitos casos, obrigada a adaptar-se e/ou a reelaborar processos político-econômicos e culturais ao nível local” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 40). Os autores discutem, ainda, sobre os termos globalização e fragmentação, pois à medida que a globalização avança aumentam as “exclusões sócio-espaciais”. Neste sentido, o jornalismo no mundo globalizado contribui para o aumento das desigualdades sociais.

As críticas ao jornalismo perpassam não apenas pelo descompromisso social, como também pela tendência capitalista de considerar o lucro acima de tudo:

O jornalismo transformou-se num negócio com um número crescente de proprietários que começaram a publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação. (...) As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas da publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: o jornalismo que privilegia os fatos e não a opinião” (TRAQUINA, 2005a, p. 36).

Assim, o capitalismo chegou à mídia impressa trazendo a despolitização dos jornais, que deixaram de depender economicamente do governo. Por outro lado, esta situação gerou uma dependência das empresas privadas que pagam por publicidade nos jornais, fazendo com que “o jornalismo seja um negócio e as notícias uma mercadoria que tem alimentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas” (idem, p. 27).

Todos estes fatores contribuíram para a quebra do paradigma de que a mídia defende os cidadãos das mazelas dos poderes do Estado e das grandes empresas, diminuindo o compromisso social com o público. Assim, Traquina (2001; 2005) nos faz um convite para refletir sobre a seguinte pergunta: “Quem vigia o quarto poder?”. Além de repensarmos o papel do jornalismo, sendo “um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes na luta política e social?” (TRAQUINA, 2005a, p. 25).

As respostas a estas perguntas estão relacionadas ao papel dos leitores a realizarem uma leitura crítica dos textos midiáticos. Traquina (2005a) acredita no papel dos agentes sociais de utilizarem o campo jornalístico como recurso para oferecerem vozes alternativas. E aponta para os cidadãos o compromisso de vigiarem o quarto poder por meio da “compreensão dos assuntos cívicos e de avaliação crítica das notícias”, sendo este um ato de cidadania. (TRAQUINA, 2001, p. 198)

Neste sentido, a ADC tem muito a contribuir para auxiliar os indivíduos a partir de uma leitura crítica dos textos midiáticos. Não se faz mudança social trazendo pensamentos prontos sem uma discussão a respeito das informações recebidas. É necessário refletir sobre este modelo manipulador da mídia em conduzir o pensamento de seu público-alvo, o pensamento crítico pode contribuir para a transformação social.

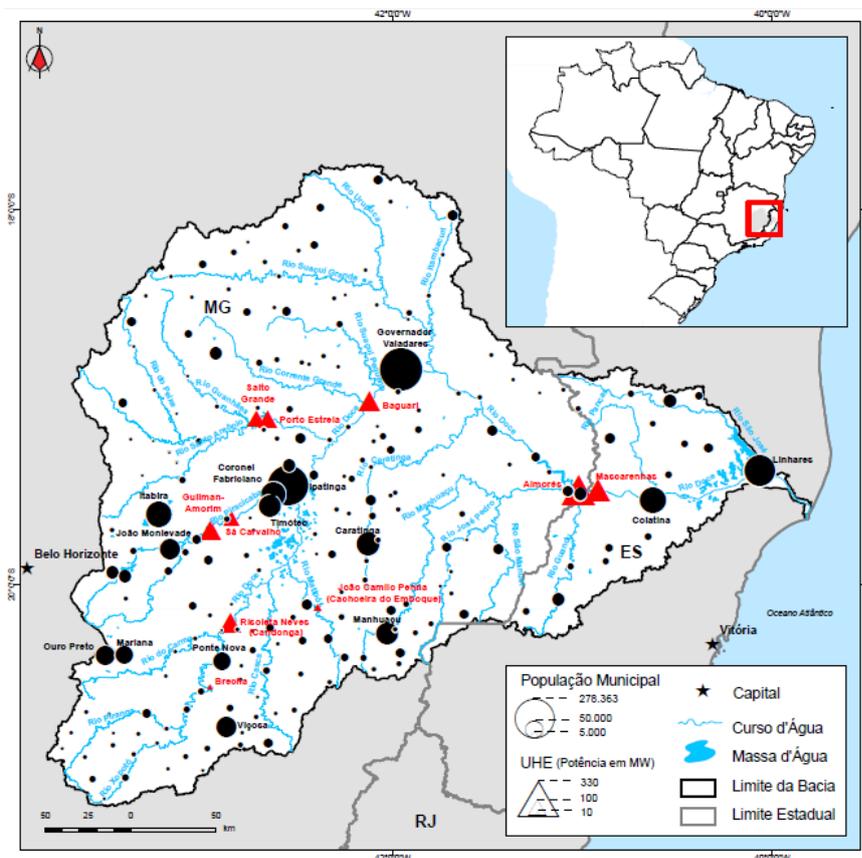
Portanto, o diálogo interdisciplinar proposto neste trabalho tem o intuito de analisar o rio Doce considerando os discursos jornalísticos do DRD. Os estudos da linguagem são o cerne principal, uma vez que, os deslocamentos cotidianos através do espaço são formas de ampliar o horizonte geográfico e adquirir conhecimento através do meio em que vivemos, sendo o uso dos signos e das linguagens uma forma de apropriação simbólica do mundo (KATUTA, 2009, p. 39).

Por sua vez, os meios de comunicação mediam “nossas relações com os lugares, os objetos e pessoas”, pois as relações do homem com o meio se realizam, em grande parte, através dos meios de comunicação por serem “componentes fundamentais em nosso processo de conhecimento do mundo, portanto, têm papel relevante em nossas ações” (KATUTA, 2009, p. 40).

Finalmente, a imagem do rio Doce após o evento de rompimento da barragem de Fundão é materializada pelo uso da linguagem através das matérias jornalísticas do DRD. Assim, começaremos a seguir, tomar pistas da configuração do território valadarense fundamentado às margens do rio Doce.

3. GOVERNADOR VALADARES, O RIO DOCE E O DRD: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

O Brasil é um dos países com maior quantidade de água doce do mundo, e Minas Gerais se destaca por ter, em seu território, muitas nascentes dos principais rios brasileiros. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é a maior da região sudeste do país, e o Doce é maior rio desta bacia. Segundo informações técnicas disponíveis no site do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), a bacia possui 86.715 quilômetros quadrados, suas águas passam por 228 municípios, 202 mineiros e 26 capixabas, sendo que 86% estão no leste do território mineiro, e os outros 14% localizam-se no norte do Espírito Santo, conforme demonstrado no Mapa 1. A população estimada em seu entorno é de 3,5 milhões de habitantes. As principais atividades econômicas referem-se à agropecuária, agricultura, agroindústria, indústrias de celulose, laticínios, mineração e geração de energia elétrica (CBH-DOCE, 2014).



Mapa 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Fonte: ANA (2016, p. 7)

O relevo ao longo da Bacia do Rio Doce é bastante acidentado, uma vez que o estado de Minas Gerais está localizado em uma parte do território brasileiro denominado como um “mar de morros”. Esta declividade fez com que a ocupação territorial da bacia estivesse condicionada aos cursos d’água, pois, são as partes de terra mais uniformes. Entretanto, por se tratar de ocupações muito próximas aos rios, estas populações estão sempre suscetíveis a inundações (ANA, 2016, p. 7).

O rio Doce, em função de sua extensão, compõe o principal curso d’água de sua bacia, totalizando 879 quilômetros. Suas nascentes estão localizadas em Minas Gerais, nas Serras da Mantiqueira e do Espinhaço. (CBH-DOCE, 2014). É um rio de domínio da união, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 20, inciso “III – lagos, rios, quaisquer cursos de água ou lagos no território federal ou que banha um ou mais estados, servindo com fronteira com outro país” (BRASIL, 1988)

Os primeiros registros sobre os contatos da população “civilizada” com o rio Doce aconteceram pouco depois da colonização do Brasil pelos portugueses, no dia 13 de Dezembro de 1501. Embora o rio exista há milhões de anos, ele foi considerado ‘descoberto’ quando os navegantes portugueses passavam pela costa do Atlântico, no Espírito Santo, em busca de reconhecimento do território nacional à procura de riquezas, perceberam uma coloração diferente na água do mar. Assim, ao adentrarem nesta região descobriram o seu potencial econômico através da extração de minério, ouro, diamantes e exploração da Mata Atlântica. No entanto, antes desta data sabe-se que os índios já povoavam a região e nomearam o rio Doce de Watu (CAMPOS, 2002).

Desde a colonização do Brasil, o estado de Minas Gerais foi considerado uma região rica para extração de minério, ouro e diamantes, mas o processo de povoamento em torno do rio Doce aconteceu lentamente. A região de Governador Valadares, no leste de Minas Gerais, foi povoada entre os anos de 1808 a 1931, quando através de uma Carta Régia foi declarada “Guerra ofensiva aos Botocudos” que habitavam o “Sertão do Rio Doce”. Assim, foi estabelecida a 1ª Divisão Militar do Rio Doce, na localidade de Baguari (distrito do município), e um segundo quartel da 6ª Divisão Militar, levantada em Figueira (primeiro nome de Governador Valadares) juntamente com a abertura de um porto de canoas, denominado Porto Dom Manoel. Os quartéis visavam exterminar os botocudos: “os habitantes indígenas foram

considerados inimigos e os soldados receberam ordens de persegui-los e eliminar a qualquer custo” (ESPINDOLA, 1999, p. 14).

As forças armadas serviriam também para auxiliar na ocupação da região visando evitar desordens e extorsões ocorridas no Sertão do Rio Doce¹³, uma vez que a extração minerária entrou em crise e o vice-rei “recomendou distribuir terras a todos que quisessem ir para aqueles sertões, mandando dar aos pobres ajuda em mantimento, para que pudessem se estabelecer” (ESPINDOLA, 2005, p. 306).

A Carta Régia emitida, em 1808, pelo príncipe em exercício ordenava, também, aos governadores de Minas Gerais e do Espírito Santo a abrirem as embarcações no Doce, visando melhorar o comércio, já que algumas cidades estavam “até então impedidas de prosperar por não terem acesso aos portos de mar” (ESPINDOLA, 2007, p. 54). Assim, o quartel serviria para proteger e controlar as extrações de riquezas porque, muitas vezes, as embarcações sofriam represálias pelos índios que habitavam esta região (COELHO, 2011; ESPINDOLA, 2012).

Antes, esta localidade era de circulação proibida pela população brasileira, pois a coroa portuguesa temia uma invasão dos estrangeiros através do rio Doce e o roubo das riquezas extraídas pelos colonizadores. Além disso, havia uma exuberante Mata Atlântica margeando o rio, dificultando a navegação marítima (ESPINDOLA, 2012).

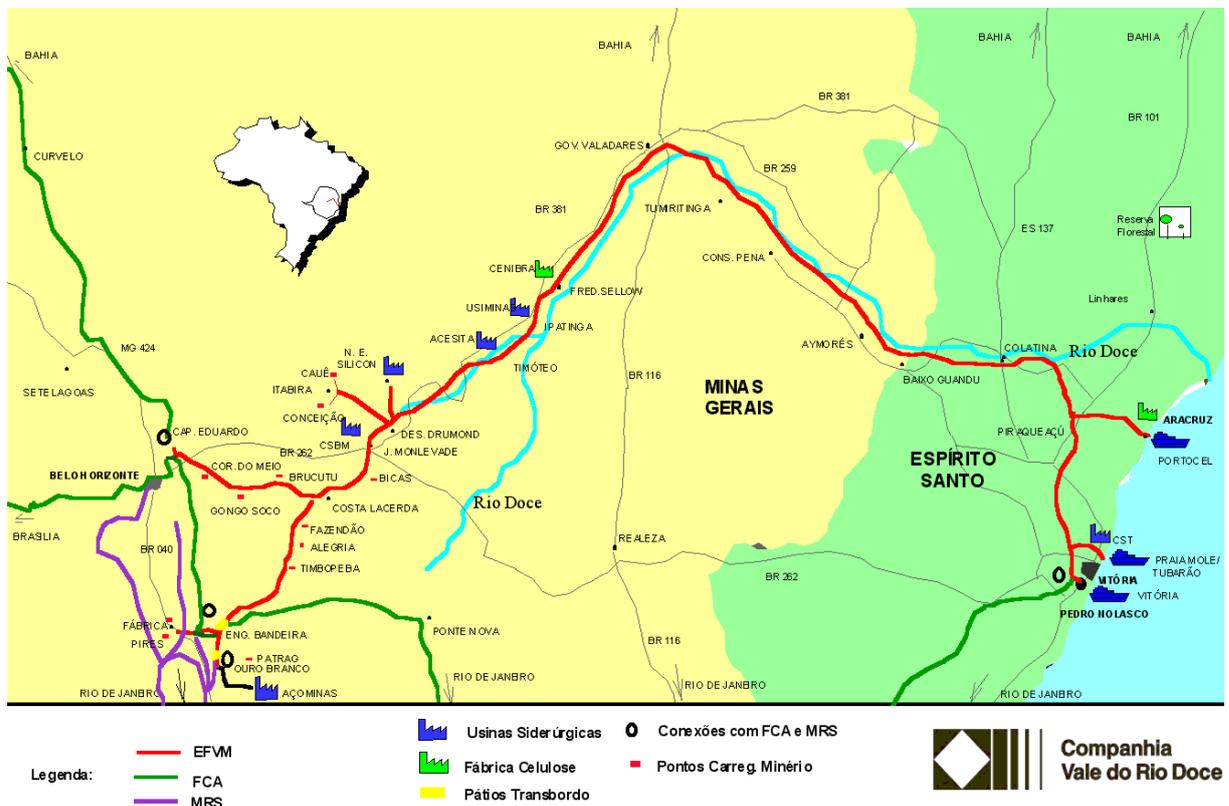
Embora a navegabilidade tenha sido liberada no Doce, ela restringiu-se basicamente a embarcações militares dada a dificuldade de navegação em função de suas corredeiras. Assim, “a navegação foi essencialmente uma atividade de natureza militar” com o objetivo de controlar os cursos d’água tornando-se pontos estratégicos dentro do território (ESPINDOLA, 2005, p. 415).

Com a segunda Revolução Industrial e seus reflexos na industrialização brasileira, iniciou-se um processo de expansão pela busca de riquezas, notadamente pelos europeus, uma vez que o modelo econômico mundial passou a ser capitalista e a natureza passou a ser explorada enquanto recurso (ESPINDOLA, 2012). Em consequência desta modernização, o rio Doce passou por processos de degradação das florestas de sua margem, em alguns trechos do Leste de Minas Gerais.

¹³ “Chamam-se sertões nesta capitania (Minas Gerais) as terras que ficam pelo seu interior desviadas das povoações de Minas, e onde não existe mineração” (COUTO, 1904 apud ESPINDOLA, 2005)

Ao final do século XIX e início do século XX, a navegação no rio Doce torna-se mais acessível em função da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). A mata exuberante que margeava o rio começou a ser explorada, tornando-se oportunidade de ganhos econômicos. Estes fatores contribuíram para que esta região deixasse de ser intocada por “homens brancos” e começou a ser povoada, trazendo sérias consequências para o Doce (COELHO, 2011).

O mapa a seguir demonstra, nas linhas em vermelho e azul, o percurso da EFVM e do rio Doce, respectivamente. Os itinerários coincidem em função do estado de Minas Gerais ser montanhoso, consequentemente, a construção da malha ferroviária às margens do rio foi favorecida por haver menos irregularidades.



Mapa 2 – Malha ferroviária EFVM

Fonte: Cavalcanti (2011) apud Companhia Vale do Rio Doce¹⁴ (2003).

Assim, a construção da EFVM, inaugurada em 15 de agosto de 1910, com o objetivo de interligar o centro-oeste ao sudeste do país, faz parte do desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce, facilitando o transporte de cargas e passageiros “contribuindo para a formação de um pequeno e movimentado

¹⁴ Em 2008 a empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) passa a ser Vale S.A., mantendo a mesma razão social.

comércio, lento no início, acelerando-se na década de 20 e 30, para atingir o auge entre as décadas de 1940-1960” (ESPINDOLA, 1999, p. 17).

A construção das estradas que ligavam a Figueira (atual Governador Valadares) à cidade de Peçanha e Itambacuri foi importante para o progresso econômico, proveniente da pecuária, na década de 1930. Em 1940 a população da cidade era de 5.734 habitantes. Já na década de 1950, houve uma intensificação no crescimento populacional alcançando a marca de 20.357 habitantes, dez anos depois a população aumentou para 70.494. (ESPINDOLA, 1999)

Neste cenário, intensifica-se o processo de povoamento de Governador Valadares, situado às margens do rio Doce. O município pertence à Macro Região Metropolitana de Belo Horizonte e à Mesorregião do Vale do Rio Doce. Está localizada a 324km de distância da capital mineira Belo Horizonte, conta com o entroncamento de duas importantes rodovias a BR 381 e BR 116, como também, uma estação ferroviária, como demonstrado na Figura 1. Atualmente, conta com aproximadamente 280 mil habitantes, conforme dados do IBGE.

Governador Valadares foi emancipada em 1938. Antes, era um povoado chamado de Santo Antônio da Figueira e, posteriormente Figueira. O município se configura em função de fatores econômicos, bem como, a partir do rio Doce que “após um processo de organização espacial, se torna a principal referência de territorialização e demarcação territorial. Será a partir do rio que a cidade e os bairros terão a sua configuração inicial” (FERREIRA FILHO, 2011, p. 63).

O processo de povoamento a partir de cursos d’água não é uma característica exclusiva de Valadares. Até o século XIX, no Brasil, o processo de povoamento das cidades às margens de rios e mares era uma prática comum, uma vez que a população ribeirinha poderia usufruir de muitos benefícios, pois os “elementos hídricos podiam contribuir para a delimitação e defesa desses núcleos, e os rios tinham como finalidade utilitária servir para o abastecimento d’água e a circulação de pessoas, produtos e matéria-prima” (MELO, 2009, p. 2).

Diante desta perspectiva, o Mapa 3 tem o intuito de ilustrar o povoamento de Valadares às margens do rio Doce, bem como as rodovias que cortam a cidade:



Mapa 3 – Mapa de Governador Valadares
 Fonte: Google Mapas (2016)

Além de a cidade ser configurada às margens do rio Doce (conforme Mapa 3), é importante salientar que a paisagem de Valadares é formada com o rio Doce em contraste com o Pico da Ibituruna, conforme salienta Dona Rosa, 90 anos, moradora do bairro São Tarcísio: “Eu gosto muito da vista do bairro, gosto da paisagem ainda mais que moro quase dentro do rio Doce, da pra ver a Ibituruna” (FERREIRA FILHO, 2011, p. 168). Este relato compõe uma pesquisa de mestrado realizada por José Bispo Ferreira Filho, com o intuito de perceber a configuração do bairro São Tarcísio, em Governador Valadares. Em seu trabalho, o autor conclui que:

As narrativas revelam um profundo encantamento com a paisagem natural em referências ao rio e à visão frontal da Ibituruna (...) o rio aparece como a principal marca do bairro. Já a Ibituruna, mais distante, aparece como um cenário avistado, que não se tem um contato concreto e imediato, mas, que compõe, juntamente com o rio, um cartão postal para quem mora no bairro. (FERREIRA FILHO, 2011, p.175).

Embora o corpus da pesquisa de Ferreira Filho (2011) se restrinja aos moradores do bairro São Tarcísio, é perceptível entre os moradores da cidade que não apenas os ribeirinhos possuem esta ligação com o rio Doce e o Pico da Ibituruna. O sentimento identitário com estes dois componentes estende-se aos demais moradores de Valadares.

Neste sentido, a construção da ideia de território se faz também pelo viés cultural. No caso do desastre do Rio Doce, este afetou todas as vertentes que já foram citadas em Haesbaert (2001). No que diz especificamente sobre a cultura,

surge o sentimento identitário. Assim, “a identidade aparece como uma construção cultural [...] caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo [...] mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo” (CLAVAL, 1999, p.15).

O Pico da Ibituruna é um ponto de referência a quem chega a Governador Valadares em função da sua altitude: possui 1.123 metros do nível do mar e 990 metros do nível do rio Doce. Em função das térmicas valadarenses criadas através de bolsões de ar quente são consideradas as melhores do mundo para a prática de esportes radicais, tais como asas-deltas e parapilgers. Assim Valadares ficou conhecida como a Capital Mundial do Voo Livre. As montanhas da Ibituruna propiciam, também, aos aventureiros a prática de caminhadas e passeios de bicicletas por suas trilhas e oferece aos turistas, hospedagem e alimentação em pousadas e restaurantes. (IEPHA, 2009)

Por sua vez, o rio Doce também apresenta uma oportunidade de prática esportiva. Na década de 1990 valadarenses utilizavam as suas águas para surfar, conforme noticiado no programa Globo Esporte, da emissora Globo (informação verbal)¹⁵:

Minas não tem mar, mas tem o rio Doce. Minas não têm as ondas do mar, mas tem as marolas do rio. No refluxo da água, os surfistas se protegem das pedras e desafiam a força da correnteza. Eles surfam numa das corredeiras mais perigosas do rio Doce: a corredeira do Morro do Urubu. Os primeiros movimentos mostram que surfar em água doce não é uma tarefa muito fácil. Depois da queda, eles têm que nadar rápido porque se não descem com a corredeira. A marola tem um metro, é o suficiente para que o surfista fique nela o tempo que quiser. Eles arriscam até manobras radicais (...) as pedras ameaçam a aventura e a correnteza exige atenção redobrada (...) Eles garantem que a emoção é a mesma que surfar no mar. (Informação Verbal)¹⁷

Duas décadas mais tarde, em 2014, Governador Valadares sediou a “Copa Brasil de Canoagem de Descida” nas águas do rio Doce. O evento contou com participantes de vários estados do Brasil e o foi avaliado como positivo: “Foi um grande duelo entre mineiros, cariocas, capixabas, goianos, mato-grossenses e

¹⁵ Transcrição da reportagem jornalística televisiva veiculada no programa Globo Esporte da Rede Globo. Vídeo disponível em: <http://globoesporte.globo.com/bau-do-esporte/videos/v/bau-do-ee-em-1991-surfistas-de-governador-valadares-compensam-falta-do-mar-na-agua-doce/2214478/> Acesso: 8 de novembro de 2016.

catarinenses. O dia chuvoso, o vento intenso e o baixo volume do rio Doce nesta época contribuíram para que o grau de dificuldade aumentasse” (LIMA, 2014).

Neste sentido, o rompimento da barragem de Fundão traz consequências para os moradores valadarenses não apenas no sentido econômico. A poluição altera a paisagem do rio Doce, conforme demonstrado nas fotografias (Figura 1) do cartão postal da cidade: rio Doce e Ibituruna.



Figura 1 – Vista Pico da Ibituruna e rio Doce antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão.

Fonte: Estado de Minas (2015); UOL (2015)

Entretanto, desde o século XIX, o rio já apresentava uma cor escura e barrenta, conforme demonstrado nos relatos de memorialistas que vieram ao Brasil: “A água da parte superior do rio é extremamente turva, de uma suja e amarellada cor, e, desde que não seja convenientemente filtrada, é totalmente imprópria para beber” (STEAINS, 1888, p. 218). Assim, o aspecto sujo do rio poderia ser observado mesmo quando não havia uma população intensa às suas margens, bem como, a Mata Atlântica ainda estava presente. Com o passar dos anos, vários fatores contribuíram para a poluição do rio, de forma que as suas águas adquiriram outro tipo de sujeira, diferente daquela promovida pela própria natureza no século XIX.

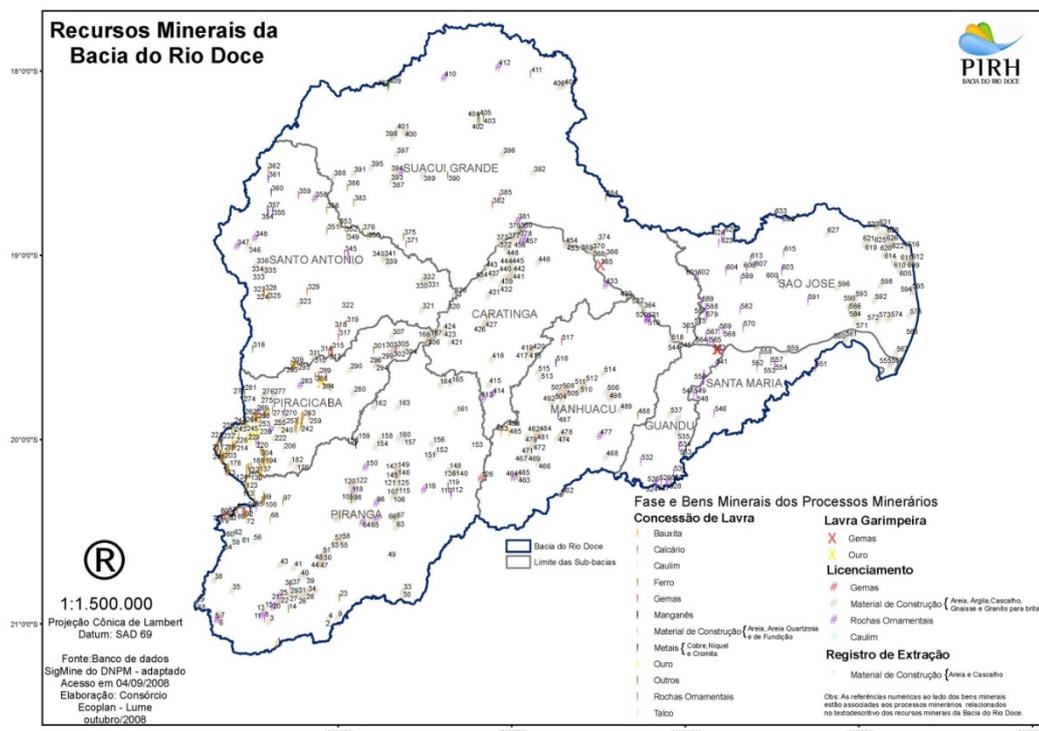
A colonização do estado de Minas Gerais está relacionada, principalmente, ao ciclo do ouro iniciado na segunda metade do século XVIII. A extração dos recursos minerais gerou uma degradação acelerada da natureza exuberante da Mata Atlântica, dos rios e riachos ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Mapa 4). Conforme Marcondes (2005) salienta:

O ouro, por sua vez, era encontrado no sopé das montanhas, na argila e no leito de riachos. As riquezas minerais estavam escondidas na floresta nativa, sendo necessário queimá-la para a exploração. Em seguida, os rios eram desviados em direção das encostas para lavar o solo e se encontrar os metais preciosos. As montanhas eram desbarrancadas, misturadas à

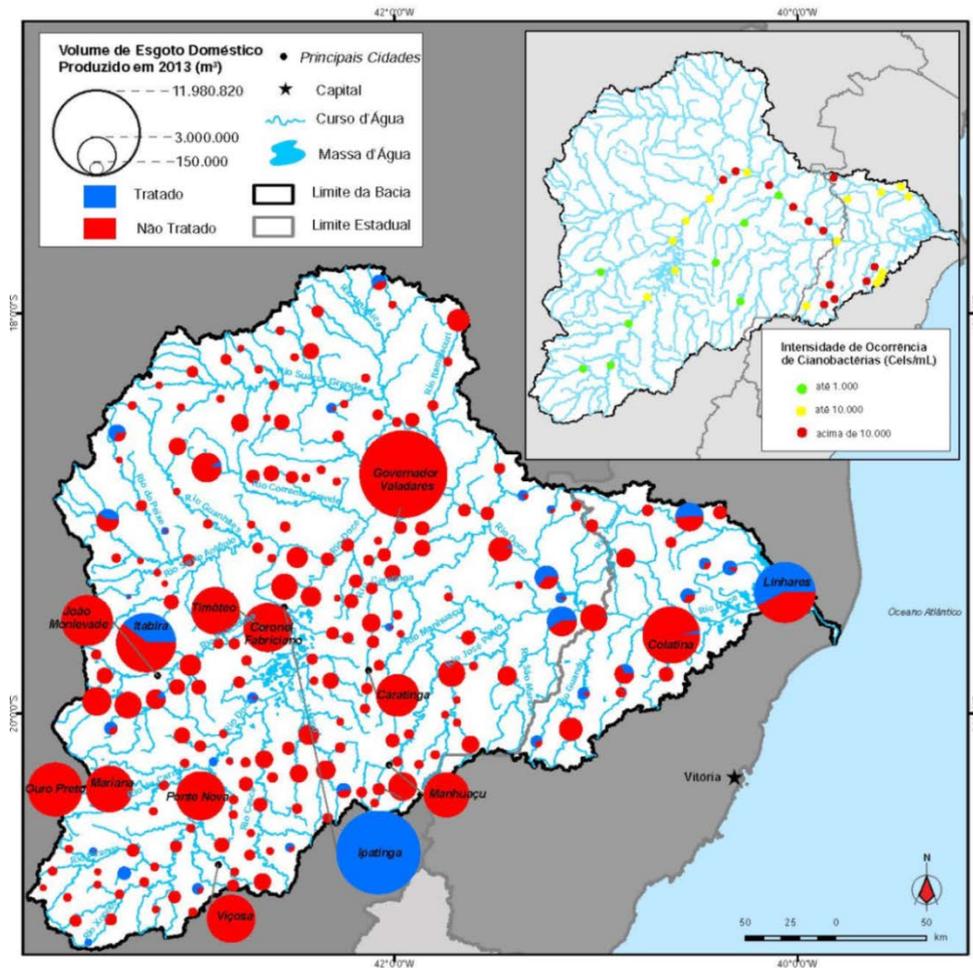
água, formando uma lama que destruiu rios e espécies aquáticas. (MARCONDES, 2005, p. 56)

A extração minerária contribuiu para a industrialização e povoamento da região leste transformando-a em um importante centro econômico. Como consequência, houve o aumento da quantidade de esgoto doméstico sem tratamento despejado no rio devido ao crescimento populacional ao longo da bacia do rio Doce. Indústrias atraídas para esta região eliminando seus resíduos tóxicos no rio Doce sem tratamento adequado; atividades agropecuárias causando desmatamento e improdutividade do solo, além de contaminação em função do uso indiscriminado de agrotóxicos em plantações (COELHO, 2011).

Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA) a quantidade de esgoto tratado até o ano de 2013 era insignificante, conforme Mapa 5. A maioria das cidades da Bacia do Rio Doce não tratava os resíduos poluentes, algumas tratam parcialmente, sendo que Ipatinga é o único município a tratar completamente seus resíduos, enquanto em Governador Valadares não há tratamento nem mesmo parcial.



Mapa 4 – Recursos minerais da Bacia do Rio Doce
Fonte: PIRH Doce (2010)



Mapa 5 – Esgoto doméstico despejado na Bacia do Rio Doce

Fonte: ANA (2016, p. 12)

No mesmo sentido, Coelho (2011) justifica que a poluição da Bacia do Rio Doce está relacionada à forma como o desenvolvimento é realizado no Brasil, através da atração de grandes empresas e poluição proveniente das grandes cidades. Por isso, “a situação da bacia é preocupante, porque além de ser visível o quadro de degradação ambiental, é baixo o desenvolvimento social. Em 2000, seu IDH médio era de 0,695, menor que o IDH do país - de 0,766” (COELHO, 2011, p. 181).

Este cenário crítico ganhou novos elementos. Na segunda década do século XXI, houve um período de seca histórica que repercutiu na diminuição drástica de água no rio Doce, alcançando a pior estiagem dos últimos 70 anos. De acordo com alguns meteorologistas, o fenômeno do El Niño juntamente com a estiagem de chuvas, desmatamento das margens e o aumento da população ao longo da Bacia do Rio Doce, contribuíram para o período de seca rigorosa.

Em outubro de 2015, um mês antes do rompimento da barragem de Fundão, o rio Doce atingiu o nível mínimo de água já registrado, chegando a cinquenta centímetros negativos na régua de medição do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Governador Valadares/MG, sendo necessário realizar revezamento na distribuição de água nos bairros da cidade. A seca no rio Doce tornou-se tão grave, que deixou de desaguar no oceano Atlântico na cidade de Regência/ES (SOUZA, 2015) (RIBEIRO, 2015).

Completando esse cenário de degradação, no dia cinco de novembro de 2015, uma das barragens de contenção de minério no distrito de Bento Rodrigues/MG se rompeu atingindo o rio Doce em todo seu curso d'água com rejeitos de mineração, ameaçando a fauna e flora em sua calha. Governador Valadares/MG foi um dos municípios impactados com este desastre, tanto no que diz respeito a fatores econômicos quanto culturais, já que o rio configura a paisagem da cidade além de ter a captação de água unicamente deste rio.

Em janeiro de 2016, por causa do excesso de chuvas houve enchente em alguns pontos da cidade. Segundo informações do jornal Diário do Rio Doce, do dia 23 de janeiro de 2016, o alerta vermelho para enchentes na cidade entra em vigor quando o rio atinge os 2,70m. O rio Doce atingiu seu nível máximo em 3,23 metros, alagando ruas e casas dos ribeirinhos com água misturada à lama de rejeitos de mineração.

Embora tenha havido rumores sobre a enchente em Governador Valadares estar relacionada ao rompimento da barragem de Fundão, em função da lama ter sedimentado ao fundo do rio, não se pode relacionar estes dois acontecimentos por falta de estudos científicos que comprovem. O município já passou por problemas com enchentes outras vezes, há registros no jornal Diário do Rio Doce de alagamentos e escoamentos lentos das águas da chuva entre os anos de 1959, 1960 e 1962. Estas ocorrências de cheia no rio Doce foram atribuídas à precária infraestrutura urbana, ocorrida pela expansão do município de Governador Valadares. O termo “enchente” apareceu pela primeira vez 1964. Entretanto, em 1979 o rio Doce chegou à marca 5,01 metros, sendo esta a primeira vez que este fenômeno causou sérios danos à cidade, seguidos pelos anos de 1985 com 4,01 metros e 1997 com 4,77 metros (GENOVEZ, VILARINO e SUBERPI, 2012).

O ano de 2016 foi marcado por um novo recorde de seca no rio Doce: “Em menos de uma semana, o nível do rio Doce baixou 17 centímetros. Na semana

passada, ele apresentava 38 centímetros negativos, em função do longo período de estiagem. Ontem o nível bateu recorde, com 55 centímetros negativos.” (DRD, Cidades/Política, p. 8, 15/09/2016). Portanto, houve uma diminuição de cinco centímetros se comparado a outubro de 2015, data que antecede o rompimento da barragem de Fundão.

Apesar de ainda não existirem trabalhos que relacionem a intensificação da seca e enchentes no rio Doce ao desastre ambiental, é perceptível que houve uma alteração brusca na paisagem, conforme demonstrado no relato de Lu Marini, piloto e ambientalista que sobrevoou o rio Doce:

Passando Governador Valadares, a cor lamenta não está tão aparente. Apesar de você não ter uma visão clara do problema, a gente percebe desde a formação dos bancos de areia, da sedimentação, que o problema está ali. Eu conversei com mergulhadores, eles disseram que há lama no fundo da foz do Rio Doce. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 1)

Apresentado o contexto histórico de Governador Valadares e do rio Doce, a seguir, será apresentada informações sobre o contexto a que o Diário do Rio Doce foi instaurado em Governador Valadares.

A década de 1930 foi importante para a industrialização do Brasil, migrando-se do modelo de sociedade agrária para a base urbano-industrial. Este processo beneficiou, primordialmente, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. De forma que Minas Gerais tivesse uma modernização tardia em relação aos estados mencionados. Mesmo assim, teve como foco principal a industrialização por meio da mineração e metalurgia, pois, Minas era um estado rico em “água, minério e matas”, sendo estas condições adequadas para fundição de ferro. No estado havia também a produção de feijão, milho, arroz, fumo, algodão e café onde “as condições de solo e clima permitissem” (ESPINDOLA, AQUINO, *et al.*, 2010).

A década de 1940 foi decisiva para o aumento da população de Governador Valadares. O rápido crescimento se deu por vários fatores, entre eles, destacam-se a circulação de caminhões e jipes em função da implantação do transporte através de rodovias (notadamente, a Rio Bahia) e a estrada de ferro Vitória a Minas. Estas infraestruturas foram implantadas, na região de Governador Valadares, durante as quatro primeiras décadas do século XX. Assim, esta região, deixou de ser um lugar isolado:

Nos locais onde eram abertos postos de gasolina e mecânicas, ao longo da Rio-Bahia, surgiam povoados, que rapidamente evoluíram para vilas e cidades, como antes ocorrera onde se localizaram as estações da estrada de ferro. (...) Como as estradas eram de terra, elas obrigavam os viajantes a pernoitarem *[em função das longas distâncias a serem percorridas]*. (...) As chuvas interditavam as estradas por longo tempo e obrigavam os veículos a ficarem por dias parados em postos de gasolinas ou pequenos povoados. Dessa forma, condutores e passageiros constituíam um mercado que favorecia o desenvolvimento dos núcleos urbanos (ESPINDOLA, AQUINO, *et al.*, 2010, p. 22).

Estes fatores tornaram-se um atrativo para a migração de pessoas de outras cidades/regiões. Por outro lado, a extração de recursos naturais, tais como ferro e mica trouxeram para o Vale do Rio Doce “grandes investimentos de capital” que fomentaram na migração internacional:

Havia uma comissão japonesa, adquirindo mica, que era um material precioso para confecção de avião. E algum tempo depois, veio uma comissão americana muito mais poderosa, com o mesmo objetivo, e trazendo uma quantidade enorme de máquinas. (ESPINDOLA, AQUINO, *et al.*, 2010, p. 21)

Estes fatores contribuíram para o crescimento demográfico, acima da média, em Governador Valadares. Espindola (1999, p. 25) elenca três fatores para este “fenômeno de nucleação demográfica pouco comum”, em função de Valadares tornar-se:

1. Polo de distribuição de produtos de extração regional (mica, pedras semipreciosas, madeira, couro, cereais);
2. Notável centro de pecuária, sendo um dos maiores rebanhos do estado;
3. Importante cerne comercial, atuando na distribuição de produtos nacionais e importados.

Entretanto, o desenvolvimento da cidade acabou por não trazer apenas prosperidade, como também, problemas de saúde pública (malária, esquistossomose, leishmaniose, hanseníase), escasso abastecimento de água, falta de saneamento e eletricidade. As questões de saúde pública se intensificaram na década de 1940 em função da falta de assistência médica no Vale do Rio Doce, uma vez que a quantidade de médicos era escassa e eles eram enviados à região somente quando havia alguma epidemia de doenças. As orientações de higiene eram precárias, “tal quadro só mudou quando a região passou a ser objeto de

programas de saúde empreendidos pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)” (ABREU, 2010, p. 113), pois até então a população não possuía orientações básicas sobre higiene pessoal.

O aumento dos empresários locais fomentou o surgimento de uma Associação Comercial, criada em 1939, um ano após a emancipação de GV. Então, “o ritmo de crescimento da economia local, ele [o empresário Justino Carlos] sentiu que era oportuna a criação de uma entidade aos moldes das associações comerciais existentes no estado” (ESPINDOLA, 1999, p. 40). Entretanto, a falta de apoio político e de participação dos comerciantes tornaram a associação instável, o que acabou “provocando períodos de fechamento da entidade” (idem, p. 42).

Em meados da década de 1950, Valadares contava com muitos estabelecimentos comerciais, totalizando 1813. Mas, somente em 1954 é que a Associação Comercial consolidou-se sendo transformada em um “fórum de debate dos problemas comunitários e regionais, atraindo para suas dependências políticos de destaque, empresários de Minas Gerais e do país e, ao mesmo tempo, constituiu-se num poderoso instrumento de ação e realizações” (ESPINDOLA, 1999, p. 46).

As décadas de 1950 e 1960 foram o auge da participação política da Associação Comercial de Governador Valadares (ACGV), uma vez que “ela se fez representante do município, independente da sintonia que mantinha com o poder público ou mesmo sob sua indiferença” (ESPINDOLA, 1999, p. 50). Esta participação acentuada da ACGV contava sempre com o apoio da imprensa.

Neste contexto, vinte anos após a emancipação de Valadares, em 1958, surgiu a necessidade de um veículo de informação que circulasse na cidade. A partir desta demanda, criou-se a mídia impressa denominada “Diário do Rio Doce”, jornal local, que passou a veicular notícias da cidade diariamente. O próprio nome deste jornal reforça a importância do rio Doce para Governador Valadares.

O DRD, então, inicia a sua circulação em 30 de março de 1958, com o objetivo de defender os ideais da elite econômica (de direita) da época, tendo como o primeiro editor chefe o jornalista Mauro Santayana. Nesta época estavam em circulação três jornais: DRD, O Combate e a Tribuna Fiel. Atualmente, apenas o DRD possui circulação, uma vez que, a disputa por publicidade e os altos custos de produção do jornal levaram o DRD a comprar a Tribuna Fiel. Já O Combate teria sido extinto durante a Revolução de 1964, em que “o diretor do jornal foi banido da

sociedade local sem que aparecessem outros com os mesmos pensamentos ideológicos” (TEIXEIRA, 2016, p. 90).

O jornal DRD comemorou em 2016 cinquenta e oito anos de história. Este veículo de comunicação possui o registro de muitos acontecimentos em Governador Valadares, pois conta com pouco mais de 18.800 edições e circulação de terça a domingo. O DRD já passou por vários dirigentes, e atualmente, faz parte do grupo de comunicação Sistema Leste de Comunicação (SLC) juntamente com a rádio Imparsom FM e as emissoras TV Leste e TV Rio Doce. (COELHO e PINTO, 2016)

Alguns autores divergem quanto ao objetivo de criação do Diário. Espíndola (1999, p. 52) relata que o referido jornal foi proposto por Júlio Soares¹⁶ e teria como objetivo de “ser porta-voz das lideranças locais e serviria para cobrir os trabalhos da entidade [ACGV] na promoção do desenvolvimento de Governador Valadares”.

Por outro lado, Teixeira (2016, p. 87) argumenta que o DRD foi criado com o objetivo de “defender seus fundadores de acusações emanadas de um semanário local, declaradamente esquerdista, de agitação, seguindo toda a ideologia de seu fundador, editor e redator chefe”. O jornal a qual Teixeira (2016) se refere é O Combate, idealizado pelo jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira. O autor salienta ainda, que o DRD não foi criado por interesse da Associação Comercial, mas para defender o grupo da Telefônica¹⁷, que sofria acusações de que “O grupo dominante – os 10 da telefônica¹⁸ – estariam tirando proveito pessoal em cima do empreendimento” (TEIXEIRA, 2016, p. 87).

Pinto (2011) salienta que havia um embate ideológico entre os dois jornais: O Combate era de esquerda e se “transformara em local de encontro de políticos, trabalhadores rurais e sindicalistas da região”, enquanto o DRD “seguiu como o único jornal diário da cidade e permaneceu com sua linha editorial ligada ao empresariado local” (PINTO, 2011, p. 54-55). No mesmo sentido Felipe-Silva, Espíndola e Genovez (2010, p. 6) salientam que O Combate:

¹⁶ Segundo Teixeira (2016, p. 88) Júlio Soares foi importante para a aceleração de implantação do DRD em Valadares. Ele era médico e cunhado de Juscelino Kubitschek, sendo uma “pessoa influente no governo e com ramificações e amizades na região”.

¹⁷ “A Companhia Telefônica de Governador Valadares (CTGV) foi uma empresa criada através de uma S/A para se implantar na cidade o serviço de telefonia” (TEIXEIRA, 2016, p. 87).

¹⁸ Os 10 da Telefônica a que Teixeira (2016) relata são: Hermírio Gomes da Silva, Paulo Byrro, Laércio Byrro, Osvaldo Alcântara, Geraldo Viana, Januário Faria, Dr. Armando Vieira, Sebastião Guimarães, José Veloso, José Antônio Pinheiro. Estes nomes, com exceção de Januário Faria, foram integrantes da Associação Comercial de Governador Valadares (ESPINDOLA, 1999).

Enquanto meio de comunicação massivo da época, na função de publicizar a vida social, política e econômica da cidade, pode, em alguma medida, ter se configurado efetivamente como uma contra-força. Dizemos isso na perspectiva de que o semanário incomodava e atrapalhava os interesses de alguns segmentos sociais, políticos e econômicos da cidade, na medida em que divulgava os fatos violentos e abusivos que aconteciam contra os grupos minoritários, bem como nem função da exposição da foto dos mandantes desses crimes (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA e GENOVEZ, 2010, p. 6).

Uma outra versão divulgada no site do jornal destaca que ele foi criado com o intuito de “fazer com que o desenvolvimento e o progresso chegassem até o município, através do comprometimento com a verdade, a imparcialidade e a defesa dos direitos humanos” (DUNGA, 2016). E ainda hoje, o editorial do jornal, na pessoa de seu editor-chefe Fred Seixas, enfatiza o caráter de divulgação imparcial de informações, com vistas a agradar o público leitor:

O foco do jornal hoje é atender ao clamor de toda a sociedade, ampliando o direito de comunicação de todos. Estamos com as portas abertas para receber toda a população e assim conseguir melhorar, por meio da discussão pública, o que Valadares ainda necessita desenvolver. Cremos que a imprensa pode ter um grande papel social e vemos isso ser colocado em prática no dia a dia do jornal, que além de informar acabou se tornando um grande acervo da história da cidade. (DUNGA, 2016)

Embora o editorial do jornal preocupe-se em demonstrar que em suas páginas há a publicação de matérias com visão imparcial dos fatos, acredita-se, conforme será explicitado na revisão bibliográfica, que todos os discursos, incluindo os jornalísticos, são carregados de ideologias que envolvem interesses do próprio jornal.

Nesta perspectiva, Edison Gualberto (diretor do Sistema Leste de Comunicação – SLC) em entrevista publicada no DRD em comemoração aos 58 anos do jornal, enfatiza “Governador Valadares respira os ares do DIÁRIO, tudo pode acontecer, mas se o DRD não publicou, muitos vão falar que não aconteceu” (DUNGA, 2016). Assim percebe-se a preocupação das mídias em passar credibilidade e confiabilidade ao público-leitor.

O jornal Diário do Rio Doce é um veículo de comunicação com notável infiltração na sociedade valadarense, com capacidade de expressar e configurar a opinião pública. Este fato nos leva a considerar que o jornal possa indicar uma dada

percepção do rio Doce, revelando suas diferentes perspectivas enquanto um território, ao mesmo tempo, integrado e multifacetado.

De acordo com a análise da prática do discurso em Fairclough (2016), pode-se inferir que os textos como produto dos eventos sociais causam efeitos sobre seus leitores, pelo fato de que trazem mudanças, essas por sua vez estão presentes nas crenças, atitudes, valores das pessoas. O efeito que os gêneros textuais da esfera jornalística exercem sobre o cotidiano de um público é notável na moldagem da sua própria identidade.

Nesse ponto, a abordagem do DRD ao longo de um ano teve impacto na vida de seus leitores, uma vez que os textos serviram para o relato, mesmo que fragmentado da realidade acerca do desastre ambiental. Para certos leitores ao ter lido os textos das edições do referido veículo de comunicação, a informação veiculada não trouxe dúvida sobre a veracidade do relato (a maioria da população valadarense que diariamente lê o jornal), para outros que eventualmente fazem uma análise crítica do conteúdo houve certos questionamentos como estes presentes nesse estudo de prática de discurso e sua territorialidade. Sendo assim, houve a prática discursiva, na medida em que o texto foi lido e apropriado pelos leitores, seja de forma passiva ou crítica.

Neste sentido, serão analisados os textos jornalísticos com vistas a perceber como o DRD apresentou o rio Doce pós-rompimento da barragem de Fundão procurando demonstrar que este percurso envolva as vertentes territoriais. É importante salientar que a versão dos fatos na perspectiva do DRD não será considerada como a verdade absoluta, pois existem várias versões sobre um mesmo fato. Entretanto, o recorte deste trabalho não permite que outros discursos sejam analisados, uma vez que se escolheu a perspectiva do DRD.

A seguir, será feita a apresentação das principais matérias veiculadas no DRD entre os dias 7 de novembro de 2015 a 5 de novembro de 2016.

4. O DISCURSO DO DRD SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Nesta seção será realizado o estudo documental das matérias presentes no Jornal Diário do Rio Doce, que relataram o rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão. O corte é transversal e compreende os exemplares do jornal DRD do dia 7 de novembro de 2015 a 5 de novembro de 2016, exemplar número 18.562 a 18.880, totalizando 318 edições. Entretanto, ao realizar a leitura dos jornais selecionados, percebeu-se que no período escolhido, em 186 edições do jornal não houve nenhuma menção ao rompimento da barragem de Fundão. Portanto, o corpus compreende 132 edições.

A consulta aos exemplares foi acessada online, por meio do site do Jornal Diário do Rio Doce, que tem um acervo das edições disponível para acesso e download aos assinantes do jornal impresso. Justifica-se o uso do primeiro exemplar a partir do dia 7 de novembro de 2015, pois, embora o evento de rompimento da barragem tenha ocorrido no dia 5 de novembro, a primeira matéria relacionada a este evento ocorreu dois dias depois. O DRD foi escolhido em função de ser o jornal impresso de maior circulação na cidade de Governador Valadares, com publicação diária, com exceção das segundas-feiras e dias posteriores a feriados.

A análise do corpus será feita através de uma abordagem qualitativa, visando aplicar as teorias demonstradas na revisão bibliográfica (Capítulo 2). Propõe-se, inicialmente, no tópico “4.1 Os gêneros textuais da esfera jornalística”, demonstrar que os critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2005b) aplicam-se às matérias sobre o rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, veiculadas no DRD.

Posteriormente, o tópico “4.2 O rio Doce pós-rompimento da barragem de Fundão na perspectiva do DRD” tem como objetivo apresentar o panorama geral, realizado pelo DRD, sobre o rio Doce e o rompimento da barragem de Fundão. Nesta seção, foi possível realizar a análise discursiva às matérias jornalísticas citadas, além de indicar as abordagens territoriais ao longo da cobertura jornalística.

No percurso realizado nos itens 4.1 e 4.2 utilizou-se todo o corpus delimitado neste trabalho, quais sejam as 132 edições do jornal Diário do Rio Doce. Entretanto,

o conteúdo dos textos foi observado em um nível macro. Para uma análise mais detalhada, foi escolhido um texto informativo (reportagem) da edição do dia 12 de novembro de 2015. Com o propósito de responder ao objetivo geral desta pesquisa analisar de que forma o rio Doce tem sido considerado nos discursos do DRD.

O método de análise de dados é a Análise de Discurso Crítica proposta por Norman Fairclough. Deste autor foi utilizada a obra “Analysing discourse: textual analysis for social research” (FAIRCLOUGH, 2003), na qual Vieira e Resende (2016), reinterpretaram por meio de um quadro analítico-metodológico (ver anexo 1). No entanto, para a discussão conceitual da ADC, a obra selecionada foi “*Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica*” (FAIRCLOUGH, 2003).

A amostragem será não probabilística, esta se caracteriza pela seleção dos elementos da população onde a amostra depende menos em parte do julgamento do investigador no campo (MATTAR, 2005). Dentre os tipos de abordagens não probabilísticas, selecionou-se o tipo Intencional em que o pesquisador determina quais serão os textos selecionados para análise, por “julgar tais elementos bem representativos da população” e não há uma obrigação em selecionar a amostra a partir de “critérios estatísticos de proporcionalidade e representatividade em relação ao universo pesquisado” (OLIVEIRA, ALMEIDA e BARBOSA, 2012, p. 19-20). Esta abordagem parece ser a mais adequada para este estudo, pois o corpus apresenta uma grande quantidade de textos, tornando-se inviável a análise minuciosa de todas as matérias em profundidade.

Assim, a seguir, trataremos dos gêneros textuais da esfera jornalística encontrados no DRD para apresentar o rio Doce pós-rompimento da barragem de Fundão.

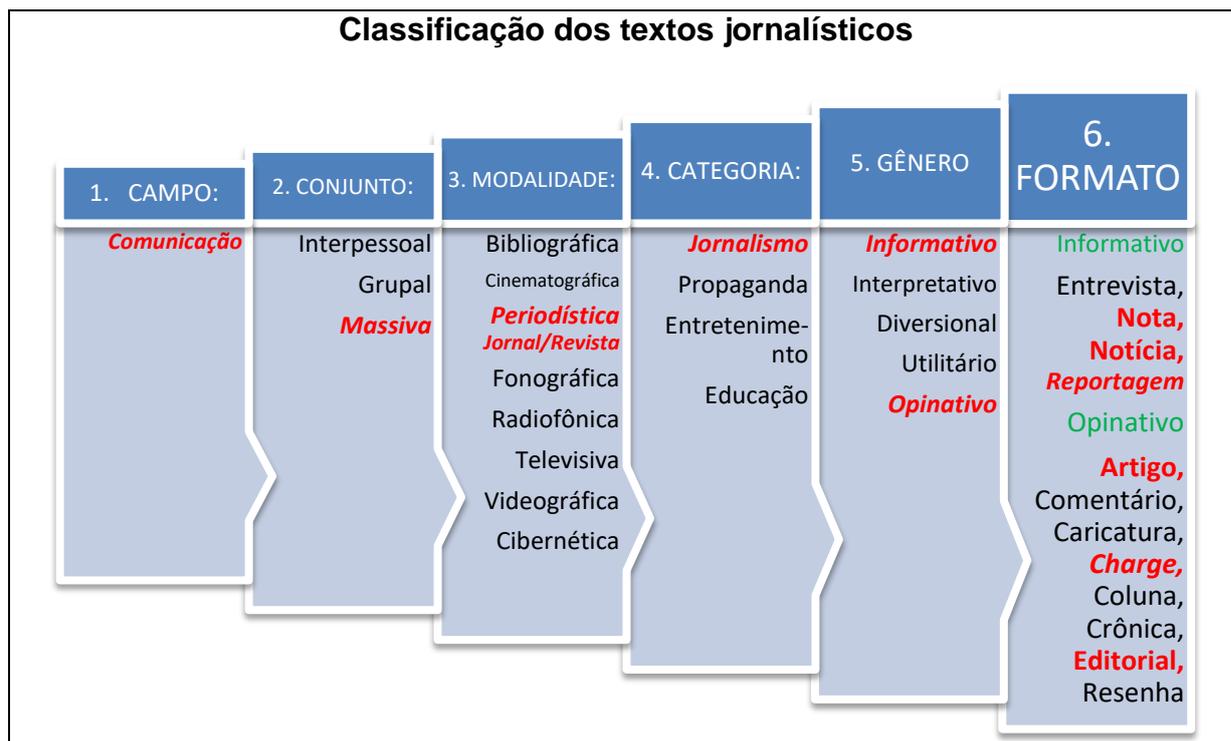
4.1 OS GÊNEROS TEXTUAIS DA ESFERA JORNALÍSTICA

A comunicação é “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos

de vários tipos” (THOMPSON, 1995, p. 44). A teoria de funções da linguagem é regida por regras e passível de análise, assim: "um emissor envia a mensagem a um receptor, usando do código para efetuar-la; esta, por sua vez, refere-se a um contexto. A passagem da emissão para a recepção faz-se através do suporte físico que é o canal” (CHALHUB, 2001, p. 5). Destarte, a produção textual leva em consideração a finalidade do discurso: de emocionar, expressar sentimentos, informar, convencer, entre outras.

Neste trabalho limitam-se o estudo dos gêneros textuais da esfera jornalística, que, em sua maioria, utilizam-se da função Referencial/Denotativa para a construção dos gêneros textuais. Nesta função da linguagem, a ênfase é dada à mensagem a ser transmitida ao locutário (receptor). Embora a função principal do texto jornalístico seja de informar, as escolhas dos assuntos veiculados levam em consideração o índice de interesse que fará com que o público leitor adquira determinado jornal, pois a mídia impressa sobrevive da venda de informações.

Desta forma, as funções da linguagem são materializadas através dos gêneros textuais. Segundo a Teoria de Comunicação Massiva proposta pelo jornalista José Marques de Melo (1998, p. 3) os gêneros são caracterizados como “um instrumento de diálogo entre produtor e receptor, permitindo relacionar formas e conteúdos. Possui caráter mutável e se distinguem por seu fim comunicativo e por sua forma de exposição”. Embora os gêneros sofram alterações a partir da dinâmica das relações sociais, é extremamente importante categorizá-los a fim de “unificar, uniformizar a informação, em determinados formatos” (MELO, DIAS, *et al.*, 1998, p. 3). Por isso, será reproduzida uma tabela proposta por Melo, a respeito dos textos jornalísticos para melhor compreensão das categorias propostas pelo autor, que propõe uma divisão dos textos jornalísticos baseados no CAMPO, CONJUNTO, MODALIDADE, CATEGORIA, GÊNERO e FORMATO, conforme detalhado a seguir:



Quadro 4 - Classificação dos textos jornalísticos

Fonte: (MELO, DIAS, *et al.*, 1998, p. 4-5)

Conforme explicitado, no Quadro 3, os textos são classificados a partir de categorias que os aproximam pelas suas características em comum, seja pela composição visual, a escolha por um tipo de linguagem (verbal ou não-verbal, informal ou formal), ou a partir do seu objetivo: de persuadir, informar ou emocionar, etc. Toda esta categorização é importante para melhor contextualizar a prática discursiva (interpretação, circulação e consumo dos textos), de modo especial aqui abordado a partir da análise de textos jornalísticos veiculados pelo DRD no relato sobre o rompimento da barragem de Fundão, o qual gerou impactos no Doce.

No Quadro 3 foi possível indicar quais serão os textos jornalísticos escolhidos para análise desta seção, quais sejam os textos informativos e opinativos. Escolheu-se o jornal Diário do Rio Doce que é considerado um campo da Comunicação Massiva e Periodística do Jornalismo. Assim, teoriza-se a seguir o que são considerados textos opinativos e informativos:

Jornalismo informativo é aquele que tem predominantemente por objeto a informação da atualidade; seu fim principal é dar conta do que acontece. (...) [Enquanto no] jornalismo de opinião, a recompilação de dados informativos é subsidiária, o principal é que o jornalista toma posição a partir

desses dados e trata de convencer o leitor de que esta tomada de partido é a mais adequada ou correta (MELO, DIAS, *et al.*, 1998, p. 8)

É importante ressaltar que o autor José Marques de Melo utiliza-se do termo gênero para se referir ao que na Linguística assemelha-se ao Tipo Textual, e o que é chamado de Formato para Melo, categoriza-se como Gênero, conforme quadro 4:

LINGUÍSTICA Baseado em MARCUSCHI (2002)	JORNALISMO Baseado em MELO (1998)
GÊNERO TEXTUAL	FORMATO
Telefonema, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras...	Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, charge, carta, crônica.
TIPO TEXTUAL	GÊNERO
Narração, argumentação, descrição, injunção, exposição.	Informativo, interpretativo, opinativo, diversional, utilitário.

Quadro 5 – Distinção entre categorias da Linguística e do Jornalismo.

Fonte: (MARCUSCHI, 2002, p. 23) (MELO, DIAS, *et al.*, 1998, p. 4-5)

Entretanto, os dois autores, tanto o jornalista José Marques de Melo quanto o linguista Luiz Antônio Marcuschi, conceituam formato e gênero a partir da circulação dos textos em sua prática social. Por se tratar de um trabalho cujo referencial metodológico vincula-se aos Estudos Linguísticos, optou-se pelo termo “Gênero Textual” para se referir aos textos delimitados para análise, quais sejam: artigo, charge, editorial, nota, notícia e reportagem.

Os gêneros textuais são a materialização das mensagens veiculadas ao público-alvo e “contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). Ao categorizar os textos através dos gêneros leva-se em consideração uma estrutura mais ou menos fixa, pois os gêneros sofrem alterações justamente por fazerem parte do dinamismo das interações sociais. Eles

se alteram a todo o momento, tornando-se altamente “maleáveis, dinâmicos e plásticos” (MARCUSCHI, 2002, p. 19).

Assim, categorizam-se os gêneros textuais encontrados no percurso realizado pelo DRD para noticiar questões relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão, notadamente, foram selecionados os textos que se referiam ao rio Doce.

No gráfico 1 estão listados livremente os gêneros¹⁹ encontrados no DRD que abordaram o rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão. Posteriormente, no gráfico 2, serão quantificados os gêneros a serem utilizados, divididos entre informativos e opinativos, conforme categorias propostas por Melo *et al* (1998):

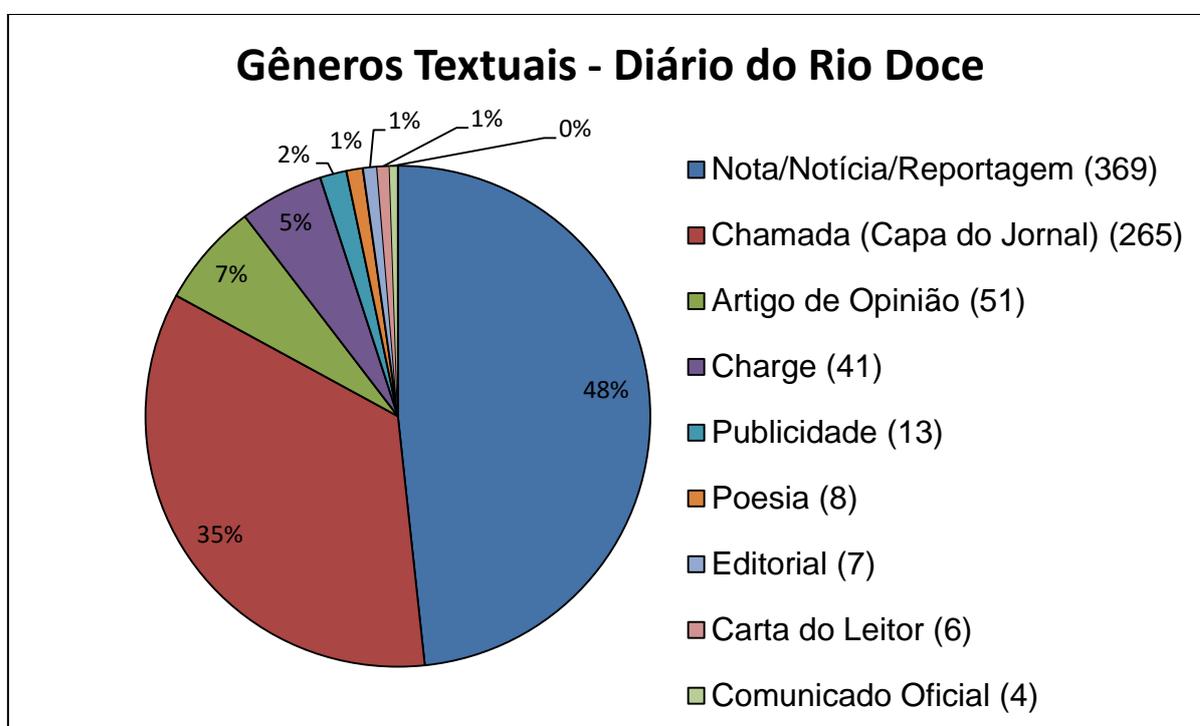


Gráfico 1 – Gêneros textuais que se relacionam com o rompimento da barragem de Fundão.

Fonte: A autora (2016)

De acordo com os dados do gráfico 1 é possível perceber que os gêneros textuais presentes no Diário do Rio Doce, com a abordagem sobre o desastre de rompimento da barragem de Fundão, foram: Nota/Notícia/Reportagem²⁰ (369 ou 48%), Chamada (Capa do Jornal) (265 ou 35%), Artigo de Opinião (51 ou 7%),

¹⁹ Conforme especificado anteriormente, há uma divergência na conceituação de gênero para o jornalismo e linguística. Neste trabalho, os gêneros serão considerados a partir da concepção de Marcuschi (2002).

²⁰ O gênero textual entrevista é informativo, entretanto, não foi considerado na análise. Embora os textos jornalísticos tenham uma interposição de gêneros, como é o caso da reportagem, que pode ter fragmentos de uma entrevista, não foram encontrados no corpus o gênero entrevista desvinculada aos outros gêneros.

Charge (41 ou 5%), além dos gêneros que apresentaram menos de 2% cada, quais são: Publicidade (13 ou 2%), Poesia (8 ou 1%), Editorial (7 ou 1%), Carta do Leitor (6 ou 1%) Comunicado Oficial (4 ou menos de 1%).

O percurso metodológico de análise discursiva (ver Anexo A) contemplará as categorias analíticas faircloughianas reinterpretadas na proposta de Vieira e Resende (2016), onde estarão presentes nas edições do DRD, não como uma ordem sistemática, mas nos variados discursos que exigem o uso de tais recursos linguísticos.

A divisão de gênero proposta no Gráfico 1 reflete a pluralidade de práticas discursivas presentes no jornal DRD, estas que se interrelacionam a partir da temática abordada no período pesquisado. Estes gêneros influenciam de certo modo a visão que os leitores terão sobre o fato noticiado, corroborando para o crivo analítico de Fairclough (2016) no qual a prática discursiva molda a forma das pessoas em relação a um determinado objeto em questão, porque todo discurso é ideológico.

Percebe-se que o rompimento da barragem de Fundão foi retratado em diversos gêneros textuais presentes no DRD. Dentre estes gêneros, é possível categorizá-los para fins de delimitação do *corpus* de análise. Conforme será detalhado no quadro a seguir:

Gêneros textuais divididos por área conforme classificação proposta por José Marques Melo (MELO, DIAS, <i>et al.</i> , 1998)			
Classificação	Gêneros textuais	Quantidade	%
Jornalismo Informativo	Nota, notícia e reportagem	369	48%
Jornalismo utilitário	Chamada	265	35%
Jornalismo Opinitivo	Editorial, artigo, carta, charge.	105	13%
Propaganda Institucional	Publicidade	13	2%
Entretenimento de ficção	Poesia	8	1,5%
Jornalismo Utilitário	Comunicado Oficial	4	0,5%
TOTAL		764	100%

Quadro 6 – Gêneros textuais divididos por área.

Fonte: A autora (2016)

Conforme explicitado no quadro 5, o corpus de análise deste trabalho apresenta uma grande quantidade de textos, totalizando 764. Em primeiro lugar, predomina-se, quase a metade deles (48%) de textos informativos, que possui o principal objetivo de apresentar os fatos, sem focar nas problemáticas. Entretanto, mesmo o texto informativo é passível de divulgação de ideologias.

Como delimitação do *corpus*, escolheram-se gêneros textuais da esfera informativa e opinativa por acreditar que este trará uma contribuição relevante para a análise discursiva destes textos. Os leitores se colocam na ação social à medida que se apropriam dos gêneros discursivos existentes nas edições do DRD ao longo do ano. O jornal considera as demandas acerca do rompimento da barragem de Fundão e irá mediar a forma com que seus leitores interpretam os acontecimentos.

Os gêneros discursivos serão considerados neste trabalho à medida que colaboram para o controle social e o exercício do poder, sendo necessários para comunicação verbal, como forma de construção de significados (BAKHTIN e VOLOCHINOV, 2006). No mesmo sentido Fairclough (2010, p. 226) salienta que os gêneros são necessários para a interlocução humana, pois “correspondem a diferentes modos de agir, de produzir a atividade social, do ponto de vista semiótico” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 226).

No mesmo sentido, Vieira e Resende (2016) seguem Fairclough (2003) ao afirmarem que:

Por se tratar de abordagem discursiva, pela qual se consideram *gêneros como elementos/momentos de ordens do discurso*, logo, momentos de (redes de) práticas sociais, o termo ‘gênero discursivo’ é mais adequado do que ‘gênero textual’, já que o conceito de ‘texto’ pressupõe a ideia de ‘evento discursivo’. (Vieira e Resende 2016, p. 64-65)

Neste sentido, os gêneros textuais são tidos como elementos ligados às práticas sociais, em que a compreensão dos gêneros não se dá apenas segundo “a *organização estrutural da mensagem*”, está ligada à função textual, mas de acordo com “*as maneiras pelas quais a mensagem contribui para a negociação de relações sociais entre os/as participantes do discurso*”. Por isso, gêneros discursivos pressupõem relações sociais entre pessoas e como ação sobre elas. (Vieira e Resende, 2016).

Os textos informativos narram o evento de rompimento da barragem demonstrando como o rio Doce foi apresentado após o desastre. Por outro lado, os

opinativos emitem um posicionamento claro a respeito dos fatos, declarando, abertamente, a ideologia de quem o escreveu. Os textos escolhidos para análise estão representados no gráfico a seguir, divididos em dois grupos:

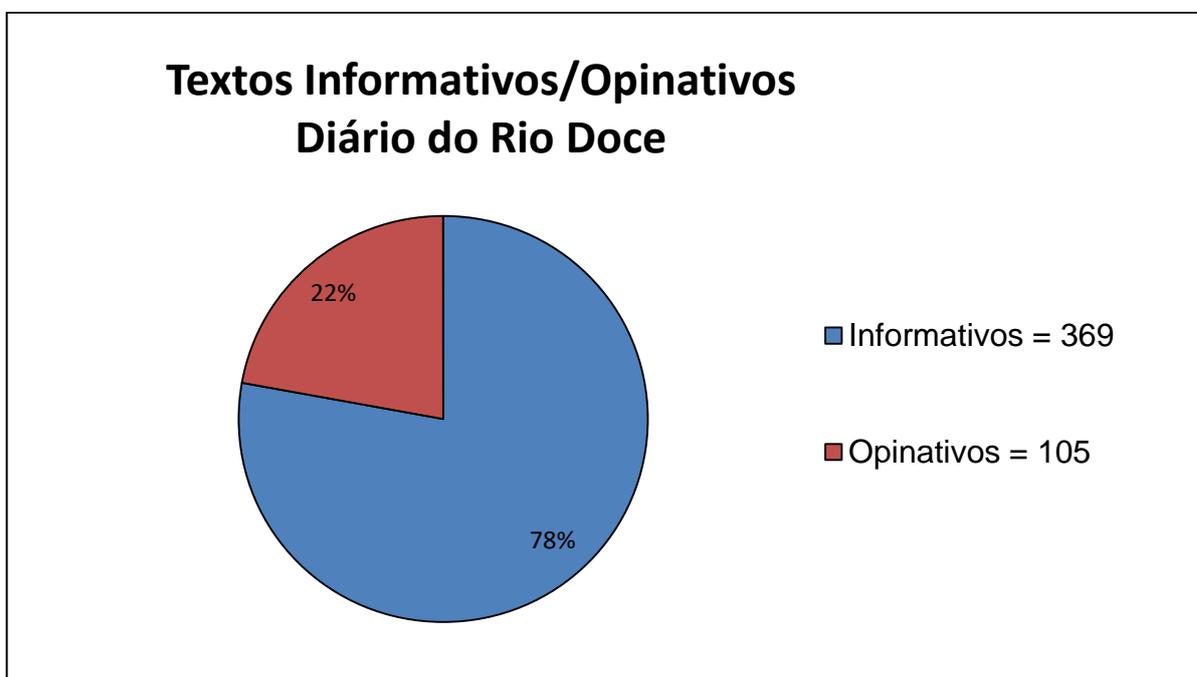


Gráfico 2 – Gêneros textuais a serem considerados no corpus deste trabalho.

Fonte: A autora (2016)

A partir das informações do gráfico 2, percebe-se que a maior parte dos gêneros textuais (escolhidos para análise) são informativos: as notícias, reportagens e notas, se apresentam em 78%. Já os textos considerados opinativos: artigo de opinião, carta, charge e editorial perfazem 22%. Percebe-se então, a tendência de publicação das notícias focadas nos acontecimentos, e não nas problemáticas, uma vez que a tendência do texto informativo é informar sem apresentar uma opinião a respeito dos fatos.

Os textos informativos muitas vezes passam a percepção de serem apenas descritivos. Entretanto, eles estão permeadas de ideologia, não sendo um dado puro como foi citado anteriormente, na concepção faircloughiana. O jornal DRD ao apresentar os fatos nesse rol de descrições ao longo do ano não se isenta dos valores e destaques atribuídos em cada notícia que foi consumida pelos seus

leitores, estes que ao terem contato com o texto, o tornou ação social, mesmo que esta implique na maioria das vezes em postura alienada²¹.

Neste sentido, Sousa (2006) salienta que “normalmente, as notícias dão conta de factos e não de ideias, falam de factos e não de problemáticas, incidem nos factos e não no comentário” (SOUSA, 2006, p. 681).

Os textos foram publicados em diversos cadernos do DRD. No dia 14 de novembro foi criado o caderno “Especial Rio Doce” que se estendeu até o dia 24 de novembro. Mesmo após a sua criação, pôde-se encontrar matérias relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão em outros cadernos. Com o passar dos dias, as matérias sobre o desastre de rompimento da barragem foram diminuindo quanto à noticiabilidade em relação a assuntos mais novos, tais como o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a operação Mar de Lama. As informações de noticiabilidade estão descritas no gráfico abaixo:

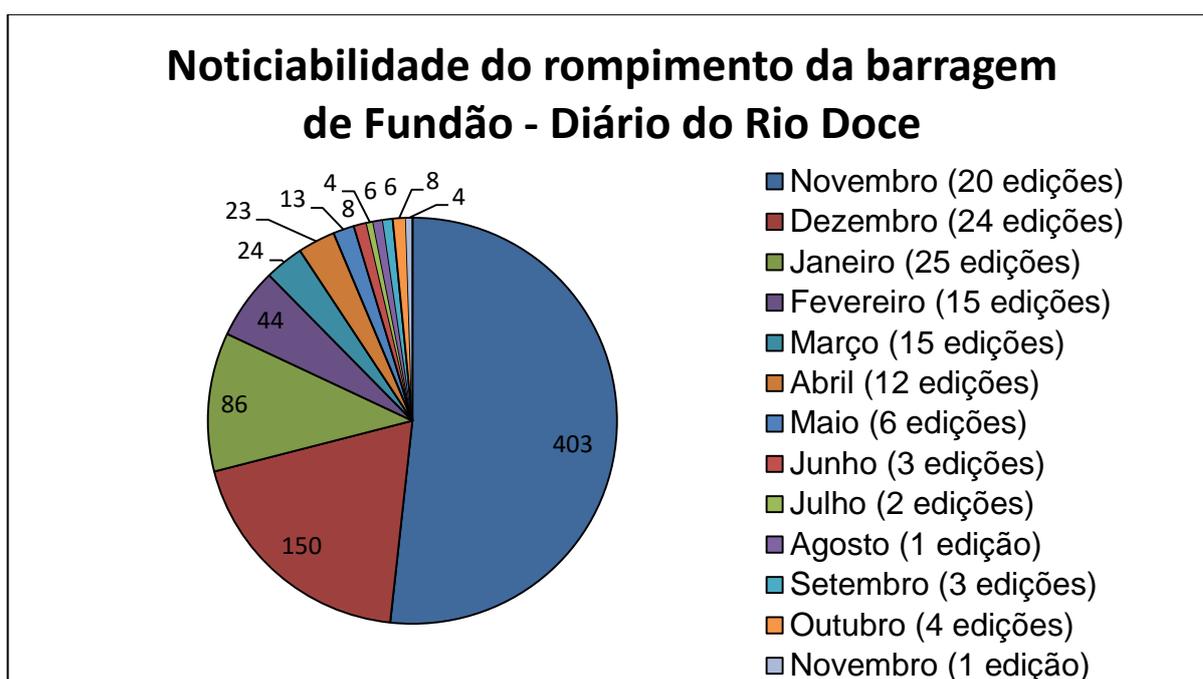


Gráfico 3 – Noticiabilidade do rompimento da barragem de Fundão no Diário do Rio Doce.
Fonte: A autora (2016)

No gráfico 3 percebeu-se que gradativamente a quantidade de edições que abordaram o tema de rompimento da barragem de Fundão foram diminuindo com o

²¹ A alienação é uma condição necessária do processo de autoconsciencialização do Espírito do absoluto ao longo da história da Natureza e da história humana, num processo gradual e dialético de esquecimento (alienação) de si. Este processo abrange a totalidade da realidade que aparece assim, aos olhos de Hegel, como auto-manifestação de uma Ideia ou de um a Razão que é como que o destino do mundo e da história (ISIDORO, 2006, p.1).

passar dos meses. É importante evidenciar que a seleção dos acontecimentos a serem noticiados em periódicos jornalísticos leva em consideração alguns critérios.

A partir de uma análise às edições do Jornal Diário do Rio Doce (DRD), percebe-se que os discursos sobre o rompimento da barragem de Fundão apresentam percepções do rio Doce enquanto território integrado nas suas quatro vertentes: jurídico-política, simbólico-culturalista, econômico-materialista e naturalista. Assim estas serão categorias consideradas para a compreensão do rio Doce enquanto território.

É fundamental destacar que a versão do jornal não é tida como única e verdadeira. Entretanto, é a versão que se escolheu para compreender de que forma o rio Doce foi considerado após o rompimento da barragem de Fundão.

As grandes coberturas de desastres ambientais não são fáceis de serem realizadas pela mídia, uma vez que o discurso pós-moderno trouxe um desejo pelo imediato, “uma apologia ao instante”. Assim, as informações sobre eventos recentes devem ser noticiadas pela mídia com o “compromisso de dar uma explicação provisória para o ocorrido até que outros elementos sejam apurados e haja uma reconstituição do fato adensada por diversos dados e depoimentos” (AMARAL e ASCÊNCIO, 2016, p. 248).

Entretanto, a cobertura jornalística de eventos ambientais não é fácil de ser construída. Bueno (2007) define o jornalismo ambiental como “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado” (BUENO, 2007, p. 35). Portanto, o jornalismo ambiental relaciona-se a um público-leitor sem muito conhecimento na área ambiental, de forma que este leitor pode interessar-se pela leitura matérias jornalísticas de vários assuntos.

O mesmo autor destaca três funções básicas para o Jornalismo Ambiental, quais sejam: 1 – Função informativa: diz respeito à demanda do público-leitor em manter-se informados sobre as questões ambientais de forma geral; 2 – Função pedagógica: relaciona-se à explanação das causas e consequências dos problemas ambientais; 3 – Função política: a mobilização do público-leitor para realizar mudanças a respeito das questões ambientais. Portanto, a complexidade das coberturas jornalísticas de desastres ambientais relaciona-se ao “compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate” (Bueno, 2007, p.36).

Por fim, acompanharemos a seguir a percurso traçado pelo DRD para demonstrar como o rio Doce apresenta-se posteriormente a este desastre ambiental. Inicialmente, será feito um panorama sobre as matérias jornalísticas que veicularam informações sobre o rio Doce pós-rompimento da barragem. Posteriormente, será escolhida uma reportagem para uma análise discursiva mais aprofundada, considerando os critérios de análise propostos por Fairclough (2003) a partir dos discursos presentes no DRD ao longo do primeiro ano de rompimento da barragem de Fundão.

4.2 O RIO DOCE PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PERSPECTIVA DO DRD

O rompimento da barragem de Fundão ocorreu no dia 5 de novembro de 2015 (quinta-feira), porém, a primeira matéria no DRD sobre este evento ocorreu na edição do dia 7 de novembro (sábado). Por este motivo, esta data foi escolhida como edição inicial até 5 de novembro de 2016, um ano após o rompimento da barragem de Fundão. Assim, o corpus documental para esta etapa compreende matérias escolhidas através de uma seleção intencional, pois visa apresentar um panorama geral do percurso utilizado pelo DRD para apresentar aos leitores o rompimento da barragem.

Escolhemos para este percurso as matérias que apresentavam o rio Doce relacionado às vertentes territoriais jurídico-política, simbólico-cultural, econômico-material e natural. Nossa hipótese, pautada em uma análise prévia da cobertura jornalística do DRD, indica que o rio é visto numa perspectiva simbólica, de apropriação, em que os moradores valadarenses possuem uma relação de afeto com o rio Doce, pois nele existem resquícios de suas memórias. Ao mesmo tempo, passam por um momento de apropriação econômica do território material, pois é daquele rio em que se tira o sustento de muitas famílias, como pescadores e agricultores. Comprovando, assim, que o território é ao mesmo tempo um recurso e um valor simbólico (HAESBAERT, 2001, p. 1771).

Visando uma contextualização do evento de rompimento da barragem de Fundão, antes de recorremos às matérias jornalísticas, faremos uma breve apresentação da mineradora Samarco e alguns dados sobre o desastre que poluiu drasticamente o rio Doce. Posteriormente, faremos uma exposição analítica das matérias jornalísticas utilizando as categorias analíticas de ADC propostas por Fairclough (2003).

A Samarco²² é uma mineradora brasileira fundada em 1977 pelas acionistas BHP Billiton Brasil Ltda. e VALE S.A. A empresa atua na extração de minério de ferro transformando-o em pelotas de minério, visando a exportação para 19 países entre as Américas, Oriente Médio, Europa e Ásia. É pioneira em transportar polpa de minério via minerodutos, totalizando 400 km de extensão entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além de contar com vários complexos de extração e usinas de pelotização, é proprietária, também, da usina hidrelétrica Muniz Freire (ES), além da participação do consórcio da usina hidrelétrica de Guilman-Amorim, em Antônio Dias e Nova Era (MG).

A extração de ferro, realizada pela Samarco e outras empresas de mineração, é uma demanda da indústria siderúrgica mundial para a produção de aço, que é uma matéria-prima para viabilização da produção de uma infinidade de bens de consumo e para a construção civil, pois a “estrutura global da sociedade humana é quase que inteiramente baseada no fluxo livre de minerais e seus produtos”. (PINHEIRO e PINHEIRO, 2015)

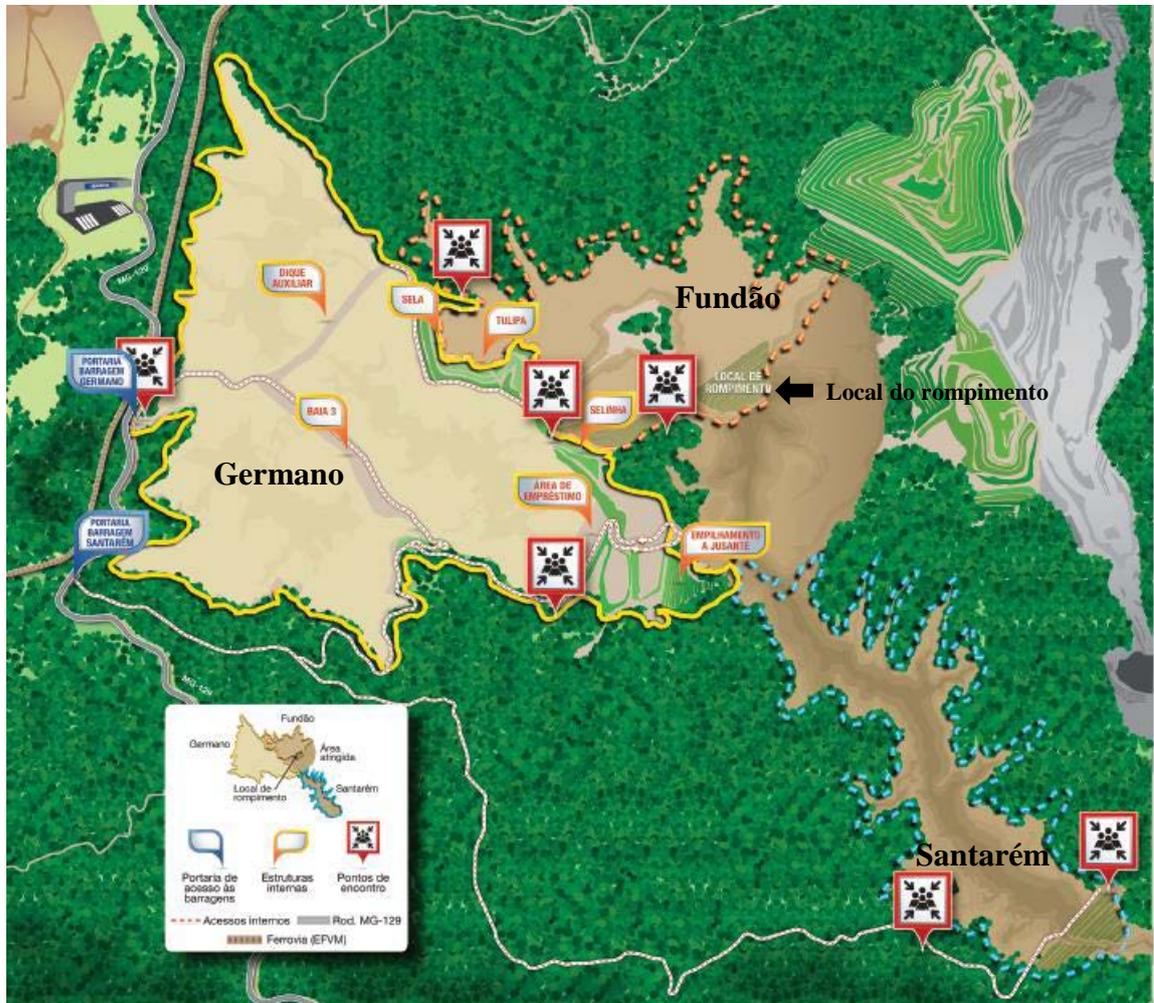
Diante da extração intensa de minério de ferro, no dia 5 de novembro de 2015 foi noticiado pela mídia o rompimento de duas barragens de propriedade da empresa Samarco que serviam para contenção de rejeitos provenientes da extração de minério: a de Fundão e Santarém. Em meio a várias informações desconstruídas, aos poucos os fatos foram sendo confirmados ou refutados. Assim, houve uma nova informação de que não mais haviam rompido duas barragens, como amplamente noticiado pelas mídias, inclusive o DRD.

Segundo informações disponibilizadas pela Samarco²³, a unidade de Germano está localizada no quadrilátero ferrífero (região centro-sul de Minas Gerais) e abriga três barragens pertencentes à mina da Alegria, sendo elas: a de Fundão

²² As informações sobre a Samarco foram retiradas do site institucional da empresa. Em várias publicações não há indicação da data. Disponível em: www.samarco.com/institucional/a-empresa/ Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

²³ Dados disponíveis em: www.samarco.com/balanco/ Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

(2008), que se rompeu, a de Santarém (1994) e a de Germano (1977), que estão sob risco por terem recebido grande quantidade de rejeitos. A figura a seguir, mostra a disposição das barragens:



Mapa 6 – Unidade de Germano

Fonte: Samarco²⁴.

A barragem de Fundão possuía um volume total de 56 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, rompeu-se sobrecarregando Germano e Santarém com aproximadamente 32 milhões de metros cúbicos. Os rejeitos atingiram o rio Gualaxo do Norte, que desagua no rio Doce. Cerca de 26,5 milhões de metros cúbicos foram depositados no percurso anterior à Usina Hidroelétrica Risoleta Neves (Candonga) e outros 5,5 seguiram o curso do rio Doce.²⁵

²⁴ Mapa disponível em <http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/o-que-e-uma-barragem.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

²⁵ Dados disponíveis em: www.samarco.com/balanco/ Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

Com o passar dos meses, confirmaram-se 18 mortes, dentre elas treze são funcionários e prestadores de serviço da empresa Samarco, que estavam trabalhando no momento em que a barragem se rompeu. As outras cinco pessoas mortas são das comunidades atingidas, além de haver um corpo desaparecido.

O desastre poluiu as águas do rio, casas e comércios foram soterrados, alterando diretamente a rotina de várias comunidades mineiras, sendo que Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu de Baixo foram destruídas e a população teve que ser realocada. As imagens abaixo, captadas via satélite, mostram a destruição no distrito de Bento Rodrigues/MG:



Figura 2 – Antes e depois do distrito de Bento Rodrigues/MG
Fonte: G1 MG (2015)

Embora a cidade de Governador Valadares/MG não tenha sido impactada como Bento Rodrigues/MG, houve muitas consequências para a população valadarense. Trabalhadores, tais como pescadores e agricultores, foram afetados economicamente, pois a poluição do rio suspendeu a pesca e tornou a água inútil para irrigar as plantações. A captação de água na cidade foi interrompida por ser realizada unicamente através do rio Doce. Além disso, sua paisagem é um marco importante para a cidade, assim, sua imagem alterada gera um impacto negativo para os moradores. Neste sentido, mostraremos, a seguir, o percurso do DRD

através dos gêneros textuais jornalísticos que abordaram o rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão.

Escolhemos para esse percurso o recorte documental a partir do dia 5 de novembro de 2015 até 5 de novembro de 2016. Entretanto, a primeira edição do DRD trazendo informações sobre o rompimento da barragem foi veiculada no dia 7 de novembro de 2015, com a seguinte manchete na capa: “RASTROS DA TRAGÉDIA CHEGARÃO A VALADARES. Rejeitos sólidos devem chegar à cidade neste domingo”, conforme Figura 3:



Figura 3 – Edição nº 18.582, 07/11/2015, Capa do jornal.
 Fonte: Arquivo digital do Jornal Diário do Rio Doce. Disponível para assinantes.

Embora a primeira matéria do Diário do Rio Doce sobre o rompimento da barragem de Fundão tenha sido destaque principal (manchete) da capa do dia 7 de novembro, no interior do jornal havia um tamanho modesto destinado ao texto. A edição contava com 12 páginas e o espaço destinado à reportagem não chega a ocupar toda a página, dividindo espaço com matérias de outro assunto. Conforme demonstrado na figura 4:



Dois morrem afogados no rio Suaçuí

EDERSON FERREIRA e PAULA MAGALI
edersonferreirar@rtd.com.br, paulamagal@rtd.com.br

Dois pessoas morreram afogadas no rio Suaçuí, em Mathias Lobato e Frei Inocêncio, na última quinta-feira. Os afogamentos aconteceram em locais distintos do rio. Segundo o Corpo de Bombeiros, o corpo de Maria de Fátima de Souza, de 19 anos, foi encontrado na manhã de ontem, após algumas buscas. Já o de Custódio Julio Moreira Cota, de 20 anos, foi resgatado na quinta-feira, ainda antes da chegada dos bombeiros.

Foto: Divulgação do CBM



TIROS — No final da noite de quinta-feira, aconteceram disparos de arma de fogo na rua Jatobá, no bairro Jardim Vera Cruz, em Valadares. A testemunha V, de 27 anos, contou à polícia que estava em casa na companhia de duas crianças, quando quatro homens com o rosto coberto entraram procurando pelo seu marido, também de 27 anos. Como este não estava na casa, os quatro indivíduos saíram, e já do lado de fora da residência fizeram quatro disparos de arma de fogo, um dos quais atingiu a motocicleta da mulher.

INCENDIO — No início da manhã de ontem, um princípio de incêndio foi registrado pelo Corpo de Bombeiros na rua 21 de Abril, no bairro São Paulo, em Valadares. Quando os bombeiros chegaram, as chamas já haviam sido controladas pelo morador da residência, com o uso de uma mangueira. O morador afirmou que as chamas tiveram início devido a sobrecarga de um estabilizador, debaixo de sua mesa de escritório. O fogo atingiu apenas um quarto de solteiro da casa. Os bombeiros fizeram o rescaldo no local.

'CARTAS MARCADAS' — Três funcionários da prefeitura de Guanhaes foram detidos, durante a operação "Cartas Marcadas", do Ministério Público Estadual, realizada ontem. Foram cumpridos vários mandados de busca e apreensão. O objetivo da operação é combater fraudes e irregularidades em processos administrativos na cidade. A ação teve o apoio da Polícia Militar.

MACONHAATRÁS DE ESCOLA — 168 porções de maconha foram encontradas escondidas atrás de uma escola em Aimorés, na quinta-feira. Os policiais chegaram ate a droga após uma denúncia anônima. Ninguém suspeito de ser o dono daerva foi localizado pela polícia.

TIRO E ACIDENTE — Um homem de 30 anos perdeu o controle do veículo que dirigia e bateu contra uma parede no bairro São Raimundo, em Valadares, na noite de quinta-feira. O acidente aconteceu após o homem ser baleado. Segundo os bombeiros, eles foram informados de que dois homens de moto se aproximaram do veículo e efetuaram vários disparos, que atingiu o homem no rosto e no pescoço. Ele foi encaminhado ao Hospital Municipal. Os suspeitos do crime não foram localizados.

ROUBO DE CELULAR — Um homem de 25 anos foi preso após roubar o celular de uma mulher de 27 anos, na rua Treze de Maio, em Valadares, na quinta-feira. Segundo a mulher, ela ainda resistiu em entregar o aparelho, mas o autor a ameaçou com uma faca. A vítima então jogou o celular no chão e fugiu. Em seguida, a polícia foi acionada e conseguiu prender o jovem, ainda com o aparelho roubado. A faca não foi localizada.

Rompimento de barragens impacta em Valadares

por FERNANDA MARTINI
fernanda@rtd.com.br

GOVERNADOR VALADARES — O rompimento das barragens do Fundão de Samarão, localizadas no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), causou na tarde dessa quinta-feira destruição no vilarejo. Mais de 600 pessoas foram afetadas pela inundação de lama, rejeitos sólidos e água utilizados no processo de mineração. Pelo menos duas pessoas morreram e cerca de 13 estão desaparecidas. Casas, carros, comércios e outros estabelecimentos foram destruídos pela enxurrada de lama. Mas a tragédia não afetou somente o distrito. A cidade de Barra Longa também foi penalizada. O rio Doce também foi atingido pelos detritos, na tarde desta sexta-feira. E a previsão é que esse material chegue a Valadares na madrugada deste domingo, conforme apontam as autoridades. O rio Doce nasce no município de Ressaquinha (MG) e desagua no Oceano

Atlântico, em Regência, em Linhares (ES). Com o rompimento das barragens, a probabilidade é que o lamaçal percorra a extensão do rio. Contudo, segundo o comandante do 5º CDB, coronel BM Manoeldo Ferreira Lima, a possibilidade de ocorrer uma enchente na cidade está descartada. "Da forma que está sendo monitorado, junto com a Defesa Civil, é difícil dizer que há risco de enchente. Os detritos vêm descendo vagarosamente pelo rio Doce, estão próximos do município de Sem Peixe. E o monitoramento diz que a chegada a Valadares é na madrugada do dia 8. Mas o que ocorre é que a Defesa Civil está verificando a possibilidade de a usina de Baguari liberar a vazão antecipadamente, porque ela está no seu limite, e liberando essa vazão o município vai ver no sábado possivelmente a água chegando ao rio Doce diferente, com um pouco mais de volume, mas sem risco de inundação", afirmou o coronel BM Manoeldo.



CASAS, CARROS, comércio e outros estabelecimentos foram destruídos pela enxurrada de lama

ABASTECIMENTO PREJUDICADO

Mas a preocupação da população é com relação ao abastecimento de água. Prefeitura informou, por meio de nota, que o Saae está em contato direto com os órgãos responsáveis e, desde já, está monitorando para cuidar do abastecimento de água para a cidade, tanto no que diz respeito à quantidade como à qualidade. Para isso, o Saae adotará um procedimento. No momento em que a água com a lama chegar, as bombas vão parar por um tempo e será colhida amostra para análise da água. Caso seja possível tratar, garantindo a qualidade sem nenhum risco, o abastecimento voltará ao normal. Se não for possível, o abas-

tecimento será suspenso. Essa tem sido o procedimento adotado por todas as outras operadoras em cidades por onde a água com lama já passou. "Com as operadoras onde as águas não entraram em contato até agora, o tratamento tem sido suficiente e não tem havido necessidade de interrupção do abastecimento", destacou a prefeitura em nota, esclarecendo que todo esse procedimento só acontecerá na madrugada de domingo, o que significa que neste sábado o abastecimento será normal. O Saae ressaltou que todos os reservatórios estão cheios, mas, por garantia, pede que todos economizem água. (F.M.)

CAUSAS PROVÁVEIS DO ACIDENTE

O Departamento Nacional de Produção Mineral, ligado ao Ministério de Minas e Energia, confirmou que houve um sismo sísmico natural de magnitude 2,5 na escala Richter na região de Mariana, em Minas Gerais. O tremor teria sido registrado uma hora antes do rompimento de duas barragens da mineradora Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, Segundo o órgão, o abalo pode ter contribuído para a tragédia, mas não é possível afirmar que foi a causa. (F.M.)

INQUÉRITOS

O Ministério Público Estadual de Minas Gerais e a Polícia Civil abriram inquérito para apurar as causas do rompimento das barragens. Segundo o promotor de Meio Ambiente Carlos Eduardo Ferreira Pinto, "nenhuma barragem se rompe por acaso, não é uma fatalidade". Segundo a PC, a investigação está sob responsabilidade do delegado Afonso Daniel Fagundes, da 2ª Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente e Contatos Agrários. De acordo com o corporação, além do delegado foram enviados para Mariana peritos da divisão especializada em Meio Ambiente e investigadores. (F.M.)

CACHORRO SALVA CRIANÇA

Em meio à tragédia um cachorro chamou a atenção. Ele foi responsável por salvar a vida de um menino de 3 anos. "O filho da minha vizinha, de 3 anos, foi salvo graças aos latidos desse cachorro, que é de um outro vizinho. Ele indicou onde o garotinho estava e o pessoal tirou a criança de dentro da lama", contou Lucinéia Euzébio.

TELEFONES ÚTEIS

PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES	3279-7400
APRÊSO	3271-3664
MUSEU	3271-6580
BIBLIOTECA	3271-2871
HOSPITAIS	
Hospital Municipal	3271-2578
Política Central (DST/AIDS, hepatites, tuberculose)	3272-2244
Hospital Samaritano	2101-6100
Maternidade S. Teresinha	3271-2200
VIG. SANITÁRIA	3271-4620
PROCON	
- Defesa do Consumidor	
Av. Brasil, 3.407 - Centro, Gov. Valadares	3276-7609
APROO	
POLÍCIA	190
DISC. DEFENSORIA	181
8º PRM	3202-7205
9º PRM	3201-0100
10º PRM	3201-6200
POLÍCIA CIVIL	3277-4000
PM - 1ª Div. de Meio Ambiente	3201-0775
PROCOMPANHIA DE POLÍCIA MULTIR. INDEPENDENTE DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO	3279-4200 / 3279-4205
IEF	3271-0606
IBAMA	3271-6502
SAMU	192
CORPO DE BOMBEIROS	118
CSMO	116
P. P. F.	3272-1500
POLÍCIA FEDERAL	321-29100
AEROPORTO (Administração)	3277-3035
AEROPORTO (Aviação)	3272-8538 / 4000-1118
EST. FERROVIÁRIA	3272-9471
HEMOMINAS	3272-5500
MG Transportes	3271-1909
FISCARIAS	3271-0800
SEMUV	3225-3187
DIQUE LIMPEZA	3275-7562
SAAE	115
(33) 3279-7001	
RECEITA FEDERAL	
HABILITAÇÃO	
Centro: Rua Isabel Pinheiro, 3.075	3221-4318
Carreta de Identidade	
UNI (Unidade de Atendimento Integrado)	3272-8200
Rua 7 de Setembro, s/n do Div. Shopping	
CPF: Banco do Brasil, CEF e Conexas	
Carteira Profissional	
Ministério do Trabalho	3271-4232
Rua Bak-Horowitz, nº 707	

ÓBITOS

NOME:	Nilton Vieira Braga
IDADE:	77 anos
NATURAL:	Pezombom (MG)
CEMITÉRIO:	Santo Antônio
DIA:	01/11 HORÁRIO: 10h
NOME:	Helson Pereira da Silva
IDADE:	59 anos
NATURAL:	Joazeiro do Norte
CEMITÉRIO:	Memorial Park
DIA:	01/11 HORÁRIO: 8h
NOME:	Maria Sabino Nepomuceno
IDADE:	83 anos
NATURAL:	Pirapora (MG)
CEMITÉRIO:	Memorial Park
DIA:	01/11 HORÁRIO: 11h
NOME:	Marcelson Alves de Sousa
IDADE:	22 anos
NATURAL:	Governador Valadares (MG)
CEMITÉRIO:	DE PAZ
DIA:	01/11 HORÁRIO: 11h

Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SERVIÇOS REGISTRAIS

Serviços registraes em regime de plantão, para atendimentos específicos para registros de óbitos, aos sábados, domingos e todos os feriados

OUTUBRO

SERVIÇO DE CISTAL DO HÉLIO GOVERNADOR VALADARES - MG
Av. Santos Dumont, 460 - Bairro de Lourdes
Em frente à Igreja de Lourdes - OFÍCIO: Cód. Residência: 3221-1137 - Celular: 8401-0864 / (31) 3603-8943 / Substitua: Mônica: 3221-2734 / 8400-4155 / Lúcia: 8870-6728 / Ana Cristina: 8409-8371 / Contatos: Cel.: 8401-9752 / Nivaldo: 3184-1168 / Hélio: 3221-1531 / Neto: 8803-4478 / Rodrigo: 9522-2045 / Adas: 9981-3820 / Sinagra: 9631-2257 / Ademilás: 8888-3311

MINAS E GERAIS

Divinópolis

LOCALIZAÇÃO: Oeste de Minas. POPULAÇÃO: 226.345 habitantes. ECONOMIA: Cidade-polo do Alto São Francisco, comércio pela qualidade de seus produtos, pela prestação de serviços de profissionais liberais e pelo comércio diversificado.

Pela estrutura apresentada na matéria da Figura 4, percebe-se se tratar de uma reportagem com o seguinte título “Rompimento de barragens impacta em Valadares”. O texto inicia-se contextualizando ao leitor sobre o ocorrido: Que as barragens de Fundão e Santarém romperam-se destruindo o distrito de Bento Rodrigues/MG, impactando também Barra Longa/MG, e que há 13 pessoas desaparecidas. Posteriormente, informa sobre o trajeto da lama: “O rio Doce também foi atingido pelos dejetos. E a previsão é de que esse material chegue a Valadares na madrugada deste domingo.” (DRD, Cidades/Serviços, p. 2B, 07/11/2015). Nota-se que as fotografias utilizadas pelo jornal são de Bento Rodrigues, uma vez que a lama ainda não havia impactado o rio Doce.

Portanto, o fato foi noticiado no DRD em função de ter uma proximidade do rompimento da barragem de Fundão com a cidade de Governador Valadares, sendo esta, a maior cidade atingida ao longo do Doce. O evento aconteceu em uma quinta-feira à tarde, e não houve nenhum espaço destinado ao assunto na edição de sexta-feira, vindo a ser noticiado no sábado, quando se tomou conhecimento de que a lama chegaria a Valadares. A partir do momento em que o fato começa a ser noticiado pelo DRD ele toma proporções de calamidade interferindo na prática discursiva jornalística local, como será demonstrado adiante.

Na primeira reportagem acima citada (Figura 4), há que ressaltar as vertentes: jurídico-política, simbólico-culturalista, econômico-materialista e naturalista (HAESBAERT, 2001). No jurídico-político foram mencionados os inquéritos em andamento desde a denúncia do Ministério Público em conjunto com a Polícia Civil alegando que “nenhuma barragem se rompe por acaso”. A vertente econômico-materialista encontra-se na afirmação de “abastecimento prejudicado”, consequência da chegada da lama e dos rejeitos da Samarco à cidade de Governador Valadares, causando prejuízo material e econômico para a população. Na vertente naturalista, ficou o registro dos impactos ambientais sobre a qualidade da água do rio, que além de prejudicar a vida aquática, também comprometeria o consumo da mesma. A vertente simbólico-culturalista, apareceu posteriormente com o decorrer das edições do DRD. Ainda no interior do texto, podem-se destacar outros trechos:

Com o rompimento das barragens, a probabilidade é que o lamaçal percorra a extensão do rio. (...) Contudo, a possibilidade de ocorrer uma enchente na cidade está descartada (...) a água chegará ao rio Doce diferente, com um pouco mais de volume, mas sem risco de inundação. (DRD, Cidades/Serviços, p. 2B, 07/11/2015).

Neste fragmento, o rio é revelado através de um território natural, por demonstrar que a poluição do rio é uma consequência negativa do rompimento da barragem. Entretanto, ameniza os problemas, uma vez que poderia ser pior se ocorresse uma enchente. Cabe ressaltar o aparecimento da categoria “Relações semânticas/gramaticais entre períodos e orações” (VIEIRA e RESENDE, 2016), por se tratar de uma oração concessiva. O intuito da utilização desse recurso era não alarmar a população para o risco de enchentes.

Em outro fragmento da reportagem assinada por Fernanda Martini, abaixo do título “ABASTECIMENTO PREJUDICADO” (Figura 4), a jornalista faz menção à preocupação da população valadarense: “Mas a preocupação da população é com relação ao abastecimento de água”. Percebe-se, no discurso da jornalista, que neste fragmento há uma presunção avaliativa a respeito da opinião da população sobre o fato noticiado, já que a prefeitura declarou que o fornecimento de água pelo SAAE seria interrompido com a chegada da lama em Governador Valadares. A jornalista deixa claro que a partir de todos os problemas provenientes do rompimento da barragem, o único que gerou preocupação para a população refere-se à água enquanto recurso para utilização humana. Entretanto não aparece nenhuma entrevista com os moradores valadarenses para respaldar o discurso da jornalista. Portanto, no fato noticiado ficou mais evidente a vertente materialista do que naturalista.

Outros discursos foram representados na reportagem, tais como, da Prefeitura de Governador Valadares: “[O SAAE] está monitorando para cuidar do abastecimento de água para a cidade”. A empresa Samarco também se pronunciou sobre o fato “[o rejeito] não apresenta nenhum elemento químico que seja danoso à saúde” (DRD, Cidades/Serviços, p. 2B, 07/11/2015). Neste trecho, há a presença de “Representação de eventos e atores sociais” (VIEIRA e RESENDE, 2016). Neste caso, os atores foram apresentados como ativos, pessoais, nomeados e específicos. Tal recurso foi utilizado como forma de manter a tranquilidade da população diante do grave fato ocorrido, e com o respaldo e credibilidade do DRD para veicular tal discurso.

Em outro trecho “A empresa ressaltou que está mobilizada para atender às pessoas afetadas”; “Destacou que a regularização para seu funcionamento estava em dia”. (DRD, Cidades/Serviços, p. 2B, 07/11/2015). Ambos os discursos pretendem dar uma satisfação de que estão aptas a dar suporte adequado à

população atingida. Estes discursos são uma tentativa de tranquilizar a população. Além disso, a mineradora deve ser digna de confiança por funcionar de acordo com a legislação e de que não há o que temer, pois os rejeitos não prejudicarão a saúde das pessoas. Entretanto, ao longo dos dias, os discursos veiculados no DRD contrapõem estas afirmativas.

O caráter ideológico desta reportagem remonta para abertura a instituições que estão no poder (Prefeitura e Samarco) se pronunciarem. Neste sentido, Van Dijk reforça que: “o objetivo da leitura de um artigo de jornal é construir um modelo particular da situação ou evento de que trata o texto, e, por meio de um tal ‘retrato’ particular da situação atual” (VAN DIJK, 1996, p. 137). Assim, nesta reportagem o “retrato” apresentado pelo DRD parte dos discursos de autoridades, logo, são pessoas que possuíam, naquele momento, o poder ideológico para garantir que todos os problemas da população fossem resolvidos.

Destaca-se também a escolha pelo vocábulo “acidente”, para nomear o rompimento da barragem. Tal escolha acabou por gerar polêmicas para a população que acompanhava o rompimento da barragem pela imprensa e nas redes sociais e principalmente para os atingidos.

A definição de “acidente” relaciona-se ao inesperado, conforme o Dicionário Aurélio “Acidente: 1. acontecimento casual, imprevisto 2. Acontecimento infeliz, casual ou não, de que resulta ferimento, dano”. O Glossário da Defesa Civil enfatiza que o termo acidente está relacionado a uma ação não planejada: “Acidente: Evento definido ou sequência de eventos fortuitos e não planejados, que dão origem a uma consequência específica e indesejada, em termos de danos humanos, materiais ou ambientais” (CASTRO, 1998, p. 11)

O “Manual de Aspectos Jurídicos das atividades da Defesa Civil” enfatiza sobre a gravidade dos eventos: “Os acidentes são caracterizados quando os danos e prejuízos consequentes são de pouca importância para a coletividade como um todo, já que, na visão individual das vítimas, qualquer desastre é de extrema importância e gravidade” (CERRI NETO, 2007, p. 15). Julga-se, ser um equívoco, para a população atingida, abordar este evento enquanto acidente porque os documentos oficiais do Governo Federal já alertavam sobre um possível risco de rompimento da barragem de Fundão. Além disso, o evento teve um impacto considerável, atingindo uma grande proporção de pessoas residentes no entorno do Doce, desde o estado de Minas Gerais ao Espírito Santo.

O objetivo deste trabalho não é de definir conceitos de eventos relacionados ao meio ambiente, cabe o destaque à citação para demonstrar o quanto as escolhas por determinadas palavras dizem sobre as ideologias presentes nos discursos. Ao analisar a reportagem enquanto prática social, em que o texto será interpretado pelos seus leitores e gerará uma influência a partir do que foi lido, percebe-se que a escolha pelo uso do substantivo “acidente” não é ingênua. Traz uma conotação mais leve, como se não houvesse culpa por parte da empresa Samarco, transmitindo uma ideologia em favor da mineradora. Assim, “gêneros voltados para informar, como a reportagem, podem ter propósitos mais estratégicos, orientados para ‘vender’ uma mercadoria, uma ideia, um valor, uma concepção particular de mundo” (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 129) Reafirmando, a capacidade de determinado texto atingir um objetivo em sua circulação social.

As especulações iniciais sobre as causas do rompimento da barragem de Fundão foram justificadas por fenômenos naturais: “um abalo sísmico natural de magnitude 2,5 na escala Richter, na região de Mariana”. Entretanto, esta justificativa não se manteve por muito tempo, pois a partir dos desdobramentos do fato, foram aparecendo outras evidências.

Em uma matéria veiculada no dia 12 de novembro demonstrava justamente o contrário, que o rompimento da barragem poderia ter sido evitado. No trecho abaixo, o jornal procurou um discurso de autoridade competente a contestar a versão da Samarco. O discurso do engenheiro e geólogo Gilson Essenfelder alerta sobre a gravidade da construção de barragens e suas possíveis consequências:

A barragem de rejeitos deveria ser tratada como usinas nucleares. Deveria haver um arcabouço de prevenção similar. (...) Os efeitos são geograficamente extensos, efeitos graves com deslocamento grande de população, como no caso de Mariana, efeitos graves sobre a fauna... Não vi mais pássaros como via antes no rio Doce. E, como uma usina atômica, os efeitos se prolongam com o tempo. Iremos virar o ano sem solução para esse problema. (...) Em primeiro lugar, um abalo sísmico de nível 2 não é suficiente para destruir uma barragem que não é estruturalmente sólida, pois não é de concreto. Uma estrutura de barragem de terra sofreria acomodação e não rompimento. O contrário é verdadeiro: pode haver abalos sísmicos fracos, gerados por acomodação de camadas resultante do peso da barragem. (...) Mas temos que repensar esse arcabouço de leis ambientais. (...) Esta é a quinta vez, se não me engano, que acontece isso no Estado de Minas Gerais. Isso me preocupa muito. A legislação e a fiscalização estão erradas. (DRD, Política e Economia, p. 3A, 12/11/2015).

O fragmento acima possui as categorias Intertextualidade e Interdiscursividade, pois dialoga com o discurso da população ribeirinha “Não vi mais pássaros como via antes no rio Doce”, constatando de qualquer leigo que observa a fauna na margem do Doce. Outro ponto está na citação do discurso técnico da geologia articulado à linguagem da engenharia em mineração, na menção de abalos sísmicos e as construções das barragens. Para deixar o texto com tom de tragicidade, o autor que é geólogo, faz um link com a física nuclear, ao recorrer da expressão de “usina atômica”.

Outra matéria, também do dia 12, trouxe informações sobre as licenças das barragens pertencentes à Samarco: Germano e Santarém “estavam com as licenças de operação vencidas desde maio de 2013 e julho de 2013, respectivamente”, e a barragem de Fundão “estava com a licença valendo até 2019” (DRD, Política e Economia, p. 3A, 12/11/2015). O jornal procurou a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, que se pronunciou, por meio de nota, informando que as barragens que estão com a licença não possuem irregularidades, uma vez que a Samarco enviou “o pedido de revalidação das licenças antes dos vencimentos, conforme determina a legislação”, podendo continuar com as atividades normais até que fosse emitido um novo laudo técnico sobre a situação das barragens. A Secretaria de Meio Ambiente teria um ano para emitir o novo laudo, prazo que venceria em maio de 2014. A secretaria justificou a demora pelo retorno em função de “uma greve no sistema estadual de meio ambiente, em 2014” (DRD, Política e Economia, p. 3A, 12/11/2015). Portanto, estas afirmações comprovam a negligência por parte do governo estadual em não garantir a fiscalização das barragens.

Ao se tratar de um evento que estava sendo investigado e, ao mesmo tempo, noticiado pelos veículos de comunicação, novas informações apareceram, bem como a correção de dados já veiculados. Inicialmente, a mídia em geral, inclusive o DRD, anunciou que havia rompido duas barragens: a de Fundão e de Santarém. Entretanto, as investigações sobre o rompimento foram esclarecendo os fatos com maior precisão e houve a informação de que apenas a de Fundão rompeu-se.

Investigações realizadas pela Polícia Federal demonstraram que os dirigentes da Samarco já sabiam desde 2011 sobre erosão na barragem de Fundão: “o alto escalão da mineradora foi informado sobre problemas com a represa, bem como articulava estratégia para lidar com a precariedade da estrutura” (DRD, Cidades e Política, p. 5, 22/06/2016). Estas informações foram retiradas de uma “troca de

mensagens pelo sistema interno de comunicação da Samarco” realizada no dia 27 de julho de 2011, às 23:58h. A transcrição da conversa entre Ricardo Vescovi (presidente da Samarco na época do rompimento da barragem) e entre diretores (não foram citados nomes) foi liberada pela PF e divulgada pelo DRD:

O diretor da Samarco na época diz: “Em Fundão apareceram umas trincas no maciço onde desviamos o eixo.” O presidente responde: “O quê? Ai, ai, ai... Fica esperto.” O diretor fala ainda que tudo está “controlado”. E o presidente pergunta sobre as características do problema “Que tipo de trinca? Só no maciço ou conecta com o interior da barragem?” O diretor responde: “Só no maciço”

[Uma semana após esta conversa houve uma nova troca de mensagens]

“O diretor pergunta ao gerente: “E Fundão, firme?” A resposta é: “Os instrumentos e monitoramento mostram pouquíssima variação e nos dá garantia de que as trincas não evoluíram e o talude está estável.” O diretor diz: “Ótimo... Vc continua resp. tec (você continua responsável técnico), fica esperto...” E o gerente ressalta que fará “uma inspeção mensal na rotina”.

(DRD, Cidades e Política, p. 5, 22/06/2016)

A transcrição acima demonstra que os dirigentes da Samarco já sabiam que havia problemas estruturais na barragem de Fundão quatro anos antes dela se romper e não foram feitas ações eficazes para conter o seu rompimento, que acabou comprometendo a barragem de Santarém: “o maciço (parte responsável por reter a água) remanescente está íntegro, apesar de parcialmente erodido (...) está com fator de segurança acima de 1,9. O fator de 1,00 significa que a estrutura está no seu limite de equilíbrio” (DRD, Especial Rio Doce, p. 5A, 18/11/2015).

Ao compararmos os dois discursos, os problemas diagnosticados nas duas barragens giram entorno do mesmo equipamento: o maciço. Monitoramentos realizados pela Samarco em 2011 garantiram que Fundão estaria estável, assim como, a mineradora garante novamente que Santarém está segura.

Em seus pronunciamentos, a Samarco argumenta, incessantemente, sobre o monitoramento constante de suas barragens. Em contrapartida, estes monitoramentos não tem demonstrado, na prática, efetividade. No dia 27 de janeiro de 2016 houve “novas movimentações de terra na barragem de Fundão, registradas na quarta-feira e que geraram instabilidade nos diques de Sela e Tulipa, estruturas da barragem de Germano” (DRD, Cidades, p. 6, 02/02/2016). Mesmo após as várias ações judiciais, os problemas continuam: “Cinco meses após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, ainda há lama descendo pelo rio Doce” (DRD,

Cidades, p. 6, 06/04/2016). Desta forma, o Ministério Público Estadual (MPE) “entrou com ação judicial para forçar a mineradora Samarco a tomar medidas para interromper imediatamente o vazamento de lama e rejeitos que vêm poluindo a bacia hidrográfica do rio Doce”. Embora o DRD não tenha noticiado os desdobramentos da ação judicial, uma reportagem do site G1 constatou, em outubro de 2016, por meio de entrevista com Suely Araújo, presidente do Ibama, que “as obras da Samarco para contenção da lama que ainda vaza da barragem de Fundão, em Mariana, estão atrasadas” (ANGELO, 2016).

As categorias analíticas avaliação e intertextualidade são encontradas nos dois fragmentos supracitados do DRD, na medida em que é feita uma constatação avaliativa que ainda havia lama dos rejeitos descendo no Doce, bem como na afirmativa do Ministério Público. Há um diálogo entre os fragmentos na mesma evidência sobre o fato ocorrido.

Todos estes fatores demonstram uma luta pelo poder entre a mineradora e os órgãos públicos, parecendo que nesta luta a essência capitalista sempre prevalecerá em detrimento da legislação, já que há várias imposições realizadas pelo Estado. Por outro lado, a mineradora apresenta um descaso na solução de problemas gerados pelo rompimento da barragem de Fundão, conforme atestado em relatório realizado pelo Ibama “A Samarco cumpriu apenas 5% das recomendações feitas pelo Ibama. Segundo o órgão, 55% não foram atendidas e 40% foram parcialmente atendidas” (ANGELO, 2016).

Esta luta pelo poder faz com que as ideologias estejam presentes nos textos jornalísticos a favor das classes sociais dominantes. As entrelinhas das matérias do DRD demonstraram os dizeres ideologicamente interpelados por informações favoráveis à Samarco, por ser considerada uma empresa que traz retorno financeiro para o país, notadamente, para o estado de Minas Gerais e, principalmente, para a cidade de Mariana/MG. Neste sentido, passa-se a criar uma dependência da empresa. Os moradores de Mariana protestaram para que as atividades da Samarco voltem funcionar. Conforme, noticiado pelo DRD:

Um ato organizado pelos movimentos “Somos todos Samarco” e “Todos juntos por Mariana”, ontem pela manhã, em Mariana, pediu a permanência da empresa na cidade. Cerca de 200 pessoas protestaram a favor da mineradora e entregaram manifesto ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal. O advogado Efraim Rocha lembrou as mortes em acidentes aéreos e questionou se as companhias deixaram de voar. (...) Sem a mineração a cidade vai acabar, vai virar deserto”, disse. O prefeito de Mariana, Duarte Júnior, destacou que a cidade “vive” da mineração. “Se nós perdermos os

tributos hoje, a cidade vai acabar. Estamos minerando há 40 anos, somos totalmente dependentes da mineração”, disse. (DRD, Especial Rio Doce, p. 5A, 22/11/15)

Portanto, os grupos privilegiados, seja pela classe social, etnia, gênero ou domínio da linguagem, detêm o poder da ideologia a ser difundida através dos textos veiculados pela mídia.

Embora as matérias anteriores tenham se restringido às questões de nível macro relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão, o DRD trouxe, também, matérias demonstrando as consequências deste acontecimento para a população valadarense, uma vez que ela foi afetada por vários motivos, tais como: interrupção da distribuição de água realizada pelo Saae durante nove dias; falta de água potável para consumo; poluição extrema do rio Doce; além de uma interminável “briga” entre vários órgãos para atestar ou reprovar a potabilidade do tratamento de água realizado pela acácia-negra.

Diante destes fatores, uma das primeiras consequências noticiadas pelo DRD com a chegada da lama foi o odor inconveniente em função do acúmulo de peixes mortos às margens do rio:

A coloração amarronzada do rio e seu mau cheiro eram evidentes. (...) O estrago não se estende apenas à coloração e ao mau cheiro da água. A equipe de reportagem do DRD presenciou peixes tentando respirar fora da água barrenta. Mas por causa da lama, muitos morreram. E esse cenário de tristeza e tragédia pode ser visto ao longo do rio Doce. E não é só a “vida” marinha que sofre com essa agressão ao meio ambiente, mas também as criações, que dependem da água para sobreviver. (DRD, Cidades e Política, p. 1B, 10/11/2015)

Este excerto demonstra que os aspectos naturais do rio foram retratados na cobertura jornalística do DRD, tais como a mortandade de peixes e outros seres e a mudança no aspecto da água do rio estão inerentes em grande parte das matérias jornalísticas, pois o rompimento da barragem de Fundão está diretamente relacionado à destruição da natureza, notadamente, à degradação do rio Doce.

Outro impacto significativo foi a interrupção da captação de água encanada, realizada pelo Saae. Desde que a lama chegou ao rio Doce em Valadares, a captação foi interrompida durante nove dias deixando os moradores sem água para tomar banho, lavar as suas roupas e limpar suas residências. Como se não bastasse a falta de água encanada, houve falta de água mineral no comércio: “A procura

aumentou 100% nos estabelecimentos comerciais. Em alguns pontos, chega a faltar galões. Pessoas estão enfrentando filas enormes ou até mesmo deixando o nome na fila de espera” (DRD, Política, p. 8A, 12/11/2015). Diante desta realidade, pessoas de várias cidades do país realizaram campanhas de arrecadação de água mineral para serem enviadas a GV.

A partir desta situação caótica, houve intervenção jurídica para a garantia de água a toda população. O juiz Lupércio Paulo Fernandes de Oliveira, da comarca de Governador Valadares, determinou, entre estas e outras ações, que a Samarco fornecesse no prazo de 72 horas “800 mil litros de água por dia para abastecer escolas, hospitais, o Corpo de Bombeiros e cota emergencial do SAAE e 50 litros por dia para cada uma das 130 mil residências de Valadares” (DRD, Cidades e Política, p. 5A, 12/11/2015), sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão.

Após a determinação do magistrado, a primeira distribuição feita pela Samarco ocorreu no dia 13 de novembro de 2015: “Cinco mil pessoas na primeira distribuição de água. A fila virou o quarteirão. Dois caminhões distribuíram 10 mil galões de 10 litros de água, um por pessoa” (DRD, Especial Rio Doce, p. 5A, 14/11/2015).

Depois de nove dias houve uma solução para a captação de água, conforme informação concebida por Fernando Pimentel, governador de MG, em coletiva de imprensa:

Depois de nove longos dias sem água, os valadarenses poderão vê-la jorrando novamente de suas torneiras a partir da próxima semana. Um laudo emitido pela Copasa garante que a água tem condições de potabilidade para ser submetida ao tratamento normal das estações que atendem a cidade. (...) A retomada da captação incluirá vários tratamentos para fazer uma espécie de retrolavagem das ETAs, as quais ainda estão com muitos resíduos. Antes de chegar ao tratamento, a água será submetida a uma reação com um elemento coagulante chamado polímero de acácia-negra. É um produto retirado de uma planta 100% orgânica e produzido no Sul do País. Ele acelera o processo de decantação e em cerca de 30 a 40 segundos já consegue separar os resíduos. (DRD, Especial Rio Doce, p. 3A, 15/11/2015)

Entretanto, o retorno à captação de água proveniente do rio Doce trouxe uma nova pauta de discussão: embora a acácia-negra consiga separar a água da lama, foram levantados questionamentos se ela seria capaz de retirar os metais pesados trazidos pelos rejeitos de minério da barragem de Fundão que por ventura estivessem misturados à água do rio Doce. À vista disso, muitos laudos técnicos

foram emitidos por diversas instituições, a pedido da Samarco e diversos órgãos governamentais. Estes laudos foram divulgados na capa de cinco edições do DRD, entre os dias 15 de novembro de 2015 a 12 de janeiro de 2016:

“Um laudo emitido pela Copasa garante que a água tem condições de potabilidade para ser submetida ao tratamento normal das estações que atendem a cidade” (DRD, Capa, 15/11/15).

“A Funed apresentou o laudo de uma análise da água bruta colhida no rio Doce. O resultado mostrou que há níveis de chumbo, mercúrio, arsênio e outros metais no rio, mas todos estão dentro dos parâmetros toleráveis pelo Conama” (DRD, Capa, 18/11/15).

“Técnicos da Funed, da Copasa e do Saae local garantiram na tarde de ontem, em entrevista coletiva à imprensa, que, segundo seus laudos atestam, a água fornecida na cidade é potável e de qualidade, embora persista o receio da população quanto a sua utilização” (DRD, Capa, 28/11/15)

“A análise feita pela UFJF-GV [a pedido do MP] concluiu que a água tratada pelo Saae está dentro dos padrões para metais pesados descritos na Portaria 2.914/2011. Já nas análises das amostras de água coletadas diretamente no rio Doce foi constatada a presença de metais pesados em níveis acima do padrão estabelecido pela Deliberação DNC Copam/CERH-MG” (DRD, Capa, 01/12/15).

O relatório sobre uma análise da água tratada feita nos municípios ao longo do rio Doce foi divulgado ontem pela mineradora Samarco. O documento diz que a água está dentro dos parâmetros de normalidade, de acordo com a Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde. (DRD, Capa, 12/01/16)

Os laudos acima mencionados demonstram a existência de metais pesados na água do rio Doce nas amostras coletadas antes de serem tratadas. Entretanto, garantem que após o tratamento ela está dentro dos padrões aceitáveis pelos órgãos reguladores. A ampla divulgação de laudos técnicos aprovando a água tratada, fez com que a distribuição de água realizada pela Samarco fosse interrompida. A empresa emitiu um comunicado, no dia 17 de janeiro de 2016, através de seu site²⁶:

Conforme decisão da Justiça Federal, que fiscalizou as análises dos órgãos competentes, a água que chega às casas dos moradores é potável e de qualidade. Diante destes resultados positivos, a distribuição de água mineral na cidade será encerrada no dia 22 de janeiro. (SAMARCO, 2015)

²⁶ Informação disponível em: www.samarco.com/2016/01/17/distribuicao-de-agua-mineral-sera-encerrada-em-governador-valadares/ Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

Esta informação foi veiculada pelo DRD no dia 20 de janeiro de 2016, com letras garrafais na capa da edição do dia 20 de janeiro de 2016: “SAMARCO ENCERRA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA SEXTA”. No interior do jornal, a matéria trouxe o pronunciamento da Procuradoria-Geral da República, enfatizando que “eles não deram ordem para que a Samarco parasse de realizar a distribuição de água mineral em Valadares.” (DRD, Cidades e Política, p. 6, 20/01/2016). Ainda segundo informações do DRD, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que “o processo que tramitava na Justiça Federal em Governador Valadares deveria tramitar em conjunto com aquele da Capital”. Portanto, os processos referentes ao rompimento da barragem de Fundão que tramitavam a nível estadual foram suspensos, de forma que todos sejam julgados a nível federal. Entretanto, esta alteração não autoriza a interrupção no fornecimento de água mineral.

Contudo, após a suspensão de distribuição de água pela Samarco, novos laudos apareceram nas páginas do DRD contestando a potabilidade da água distribuída pelo SAAE aos valadarenses:

“[o grupo GIAIA] divulgou relatório preliminar com a análise da qualidade da água do rio Doce e de sedimentos na área afetada pela lama. Foram registrados índices de manganês, arsênio e chumbo muito acima do permitido. Porém, um relatório divulgado esta semana pelo CPRM e pela ANA atesta que o rio Doce não está contaminado. Os respectivos órgãos mostram que a água do Doce pode ser devidamente tratada pelas companhias de saneamento” (DRD, Capa, 23/01/16).

“um laudo técnico [elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com universidades e outras organizações da sociedade civil] mostra que a água do rio Doce e de seus afluentes está imprópria para consumo humano e de animais. Foram coletadas 29 amostras de lama e água para análise em laboratório ao longo de 29 municípios. Dos 18 pontos analisados em campo, 16 apresentaram o IQA (Índice de Qualidade da Água) péssimo e dois regulares” (DRD, Cidades e Política, p. 3, 05/02/16).

“A Fenam divulgou o resultado das análises da água do rio Doce. Segundo a entidade, o resultado laboratorial das amostras apontou níveis acima dos aceitáveis de metais pesados. Foram encontrados alumínio, ferro e mercúrio, entre outros. As amostras foram colhidas no rio Doce no dia 16 de dezembro. A preocupação também é com a saúde pública” (DRD, Capa, 28/02/16).

“Peixes do rio Doce estão contaminados por metais pesados, revela uma pesquisa, ainda em andamento, desenvolvida pelo ICMBio. Em algumas áreas do Espírito Santo, foram detectados níveis de materiais tóxicos até 140 vezes acima do limite estabelecido pela Resolução 42 da Anvisa” (DRD, Capa, 03/04/16).

“O laudo apresentado pelo MP tem como base amostras recolhidas em 13 locais da cidade. O órgão assegura que o nível de alumínio está acima do permitido e que o metal presente na água bruta não é eliminado durante o tratamento. Segundo o MP, a água poderia causar doenças degenerativas e neurológicas a longo prazo, como o mal de Alzheimer e mal de Parkinson, osteoporose, alterações neurocomportamentais, incluindo a encefalopatia, esclerose lateral amiotrófica e demência dialítica. População pede fim de impasse” (DRD, Cidades/Esporte, p. 5, 13/08/2016).

Portanto, percebe-se que os laudos se divergem a respeito da potabilidade da água, deixando, assim, os cidadãos ainda mais confusos em função das contradições encontradas pelo mesmo órgão: O Ministério Público no dia 01 de dezembro de 2015 atestou, através de laudo da UFJF que a água estava dentro dos padrões. Entretanto, o próprio MP em agosto de 2016 provou, através de laudo emitido pelo laboratório Visão Ambiental Ltda., que os índices estão muito acima do recomendado, mesmo após o tratamento realizado pelo Saae. Ainda na mesma reportagem a prefeitura pronunciou-se dizendo que deve ter havido um equívoco na análise encomendada pelo MP e que “A água tratada pelo Saae está dentro dos parâmetros exigidos pelo Ministério da Saúde. Quero que toda a população se sinta segura. A água é de qualidade” (DRD, Cidades/Esporte, p. 5, 13/08/2016).

Embora o DRD tenha utilizado em grande parte de suas matérias questões de cunho jurídico-políticas foi possível encontrar, também, uma apropriação simbólico-cultural sobre o rio Doce, em que as pessoas o consideram enquanto território vivido. No trecho destacado a seguir, apresentam-se memórias afetuosas em relação ao rio. Indivíduos da sociedade encontram-se sensibilizados ao deparar-se com um rio em situação desoladora:

“É difícil não se emocionar com a situação do nosso rio. Estive à margem do rio Doce e a cena que presenciei não sai da minha cabeça: os peixes tentando respirar e se debatendo tentando sobreviver. É triste. Nosso rio está completamente destruído. Acredito que a recuperação vai levar anos; não sei se estarei viva para conferir o rio voltar a ser doce”, afirma a artista plástica Clores Lage. (DRD, Cultura e Variedades, p. 7A, 13/11/2015)

Os dizeres acima apresentam aspectos do território simbólico-cultural, uma vez que a entrevistada demonstra as relações de pertencimento que possui com o rio através da apropriação do território vivido. Clores Lage utiliza os pronomes possessivos “meu” e “nosso” referindo-se ao rio Doce, demonstrando o pertencimento àquele território e que a situação atual do rio gera tristeza. Em outros momentos, o DRD traz a memória do rio materializando-se, também, em forma de poemas:

“Tragédia de Mariana: Tsunâmi à Brasileira” (Manoel de Santa Maria)

Meu rio Doce querido/
 onde eu nadava a brincar na
 infância apetecida!/ Meu rio,
 fonte de vida, vê hoje a vida
 minguar! (...)
 (DRD, Cultura e Variedades, p. 7, 16/02/16)

“Meu coração é um balde despejado” (Paula Greco)

*(...) Hoje, como os fantasmas dos que já não existem mais
 invocam a dor da perda, invoco o rio que um dia viveu
 em mim e não encontro nada!
 Está morto! Sua vida soterrada sob a lama. Minhas
 memórias, minhas risadas, minhas aventuras, meus
 medos, meus brinquedos que um dia foram levados
 pela água, soterrados sob a dor da perda, da impotência,
 da frustração.
 Dirão que ele já agonizava, dirão que seus dias estavam
 contados, dirão que era uma questão de tempo.
 Eu digo que ele foi assassinado, não como quem
 abrevia a dor de um doente terminal, mas com a crueldade
 de quem ceifa a vida, roubando o oxigênio que
 permite a cada ser, até então vivo, respirar (...)*
 (DRD, Cultura e Variedades, p. 7A, 13/11/2015)

O rompimento da barragem de Fundão trouxe consigo manifestações demonstrando a insatisfação da população com o desastre. As reivindicações perpassam pelas quatro vertentes territoriais uma vez que os protestos são formas de materialização de atos políticos. O fato de haver uma manifestação realizada pela população em geral e, principalmente, pelos índios demonstra uma preocupação com a recuperação do rio Doce, além disso, os indígenas possuem uma ligação direta com o Watu (rio Doce). Demonstrando o caráter político, e em segundo plano, a dominação do território em sua perspectiva cultural.

Uma manifestação reivindicando providências relacionadas ao desabastecimento de água na cidade fechou a ferrovia Vitória-Minas na passagem de nível no bairro Sítio das Flores [em Governador Valadares]. A linha férrea, que é controlada pela Vale, foi obstruída com centenas de pneus. Com um cartaz que trazia escrito: “SOS Rio Doce - Valadares sem água, Vale sem minério”, os manifestantes clamavam por água. (DRD, Capa 13/11/15)

Desde as 16 horas de sexta-feira [13/11/15], índios da aldeia crenaque interditam a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena. O protesto é devido aos graves problemas no rio Doce, após o rompimento das barragens em Mariana. DRD, Capa, 15/11/15

Em Valadares, uma das cidades mais afetadas pela lama de rejeitos de minério, haverá um protesto para cobrar das autoridades a aceleração dos reparos prometidos e não cumpridos. (DRD, Capa 05/11/16)

As interdições da linha férrea da Vale (uma das acionistas da Samarco) é uma forma, indireta, de pressionar a Samarco para resolver os problemas provenientes do rompimento da barragem: a recuperação do Doce e a normalização da captação de água. O DRD noticiou no dia 18/11/15 que os índios crenaque liberaram a rodovia, após cinco dias de manifestações, e não foi noticiado o dia em que os manifestantes em Valadares liberaram a ferrovia.

Percebe-se que ocorreram manifestações alguns dias após o rompimento da barragem, bem como, no dia 5 de novembro de 2016, dia em que marca um ano do desastre. Ao comparar as chamadas da capa do jornal, é possível perceber que as reivindicações depois de um ano são parecidas com as do ano anterior. Mesmo um ano após o rompimento, não foram realizadas muitas ações pela mineradora Samarco.

A edição final do corpus analisado do DRD (5 de novembro de 2016) destinou três reportagens para falar sobre a data que marca um ano do rompimento da barragem de Fundão. A capa trouxe como manchete destaque informações sobre a prova do Enem que ocorria nos dias 5 e 6 de novembro. A manchete sobre o rompimento da barragem ficou em segundo plano.



Figura 5 – Edição nº 18.880, 05/11/2016, Capa do jornal.
Fonte: Arquivo digital do DRD. Disponível para assinantes.

No interior do jornal, na página 5, foram destinadas três matérias sobre o aniversário de um ano do rompimento da barragem de Fundão. A primeira matéria trouxe informações sobre o protesto realizado em Valadares cobrando ações de recuperação do rio Doce. Na segunda enfatizaram-se as questões jurídicos-políticas sobre a ineficiência da empresa em realizar as ações pra revitalização do rio Doce. Finalmente, a última matéria refere-se à versão da empresa em se retratar sobre as ações que estão sendo realizadas para prevenção de um novo desastre. Conforme os trechos principais destacados a seguir:

1ª matéria – Título: **“Valadarenses protestam neste sábado”**

A manifestação é promovida pela Associação Valadarense de Defesa do Meio Ambiente (Avadma) (...) e convida todos os moradores a participarem da manifestação, em protesto contra a demora nas ações de recuperação dos estragos causados pela mineradora Samarco. No convite Rosamélia pede que os manifestantes utilizem todas as formas para cobrar maior agilidade nos reparos prometidos pela empresa. (DRD, Política, p. 3, 05/11/2016)

2ª matéria – Título: **“Ibama multa Samarco em R\$ 500 mil por dia até cumprir contenção de risco”**

“A mineradora Samarco, controlada pela Vale e a BHPBilliton, recebeu uma nova multa do Ibama, por descumprir algumas medidas de prevenção e de contenção em casos de dano ambiental. A autuação de R\$ 500 mil por dia foi oficializada no dia 1º de novembro e já está em execução. O órgão ambiental deu prazo de 20 dias para que a empresa apresente recurso contra a multa.” (DRD, Política, p. 3, 05/11/2016)

3ª matéria – Título: **“Obras tentam garantir firmeza de estruturas da mineradora”**

Sobre o sistema de diques, a empresa declarou que iniciou, no fim de setembro, a instalação do Dique S4, estrutura complementar ao sistema principal de retenção de sedimentos. “No total, além do S4 (em obras) o sistema contempla os diques S1, S2 e S3. O dique S3, no momento passa por obras de alteamento para ampliar em 800 mil metros cúbicos a sua capacidade. Adicionalmente, a Samarco está construindo a barragem de Nova Santarém. As obras se encontram em estágio avançado e serão concluídas até o final de dezembro.” (DRD, Política, p. 3, 05/11/2016)

O jornal trouxe perspectivas diferentes sobre o rompimento da barragem: a voz da população que tem a consciência da lentidão e falta de resolução dos problemas por parte da Samarco. A segunda voz, é a do poder público representado pelo órgão federal Ibama. É perceptível que o Estado também tem o conhecimento de todos os atrasos da mineradora em cumprir as ações, tanto que “A Samarco foi notificada 68 vezes e recebeu sete autos de infração do Ibama desde o dia 5 de novembro de 2015. (...) As multas aplicadas pelo órgão ambiental já ultrapassam

R\$300 milhões” (DRD, Política, p. 3, 05/11/2016). Entretanto, não se percebe uma eficiência por parte do Estado em impor que as ações e o pagamento das multas sejam realizados.

A última versão, a mais otimista, é o comentário da empresa sobre as ações que tem realizado. A mineradora não faz menção às ações de revitalização do rio Doce e nem as ações sociais direcionadas aos atingidos pela barragem. Embora sejam exaltadas as ações de contenção dos diques, há uma demora da Samarco em realizar estas obras, pois promete que elas estejam prontas um ano e um mês após o rompimento da barragem. As ações foram tão morosas que acabaram gerando multas e protestos da população para cobrar maior eficiência da Samarco.

Ao fim deste percurso de apresentação analítica das matérias noticiadas pelo DRD sobre o rompimento da barragem de Fundão, percebe-se que há relatos de descontentamento pela degradação do rio Doce, além de serem narradas várias consequências para as populações ribeirinhas. Notadamente, verifica-se uma insatisfação dos valadarenses sobre a potabilidade da água tratada pelo Saae. Ela é consumida pelos moradores sem que saibam quais serão as consequências para a saúde. Além disso, percebem-se as constantes ineficiências por parte do Estado em garantir a recuperação do rio. Estes fatores levam-nos a perceber o quanto o rio apresenta-se diferente pós-rompimento da barragem.

A mudança na forma como o rio é demonstrado pela cobertura jornalística do DRD sobre o rompimento da barragem de Fundão apresenta uma complexidade, por tratarem de múltiplas facetas sobre este evento. Assim, o rio é percebido enquanto multifacetado a partir das vertentes territoriais, conforme demonstrado na reportagem a seguir escolhida para análise.

4.3 AS VERTENTES TERRITORIAIS NA REPORTAGEM DO DRD: O RIO DOCE COMO UM CONTINUUM

O rompimento da barragem Fundão em Mariana/MG ocorrido na tarde do dia 5 de novembro de 2015 foi considerado um dos desastres ambientais de maior magnitude no Brasil, embora não tenha sido o primeiro na história de Minas Gerais, uma vez que o estado é imponente no que diz respeito à extração de recursos minerais. (LAMIM-GUEDES, 2010)

O primeiro registro de rompimentos de barragens em Minas Gerais foi no ano de 1986 na Mina de Fernandinho em Itabirito, deixando setes pessoas mortas. Em 2001, um segundo rompimento de barragens foi registrado em Macacos, na região metropolitana de Belo Horizonte, deixando cinco mortos. Em 2003, na cidade de Cataguases, na zona da Mata mineira, houve um derramamento de rejeitos provenientes da produção de celulose. Em 2007, na cidade de Mirai, também na Zona da Mata, uma barragem da mineradora Rio Pomba Cataguases se rompeu. Em 2014, foram registrados dois rompimentos na cidade de Itabirito: o desabamento da Mina do Pico, de propriedade da Vale deixou um morto e o rompimento na barragem da Herculano Mineração deixou três pessoas mortas (OLIVEIRA, 2015).

Estes eventos, na maior parte, geraram perda de vidas humanas, e em todos houve perda da biodiversidade, além de populações realocadas sem poder pegar os seus pertences (OLIVEIRA, 2015). Neste sentido os altos índices de rompimentos de barragens (sete rompimentos de barragens nos últimos 30 anos) são fatores que acabam por influenciar a rotina dos moradores, bem como, trazer danos irreversíveis à natureza.

Assim, o território mineiro é marcado pela luta de poderes entre os indivíduos e as instituições sociais, atribuindo-lhe um caráter relacional entre sociedade e natureza (MUNIZ, 2011). O mesmo autor completa, ainda, que “as grandes barragens são objetos técnicos que territorializam o poder do Estado ou de grupos privados no espaço, que passa a ter uso social em diversas possibilidades” (MUNIZ, 2011, p. 2). Embora as extrações de recursos sejam uma demanda da própria sociedade, muitas vezes estes empreendimentos estão relacionados a fatores

jurídico-políticos e econômicos demarcados por grupos hegemônicos, que acabam por segregar a sociedade, tanto no sentido físico quanto simbólico, contribuindo para a mudança da territorialidade dos sujeitos com o seu território.

Neste sentido, o rompimento da barragem de Fundão, ao inundar o distrito de Bento Rodrigues/MG com rejeitos de mineração configura-se como uma dominação do território que já era habitado historicamente e espacialmente por comunidades anteriormente à prática de extração de recursos, que se reterritorializa em função da lógica capitalista, conforme salienta Carvalho (2006, p. 20) “desapropriam-se uns para que se dê a apropriação por outros”, de forma que os aspectos econômicos prevalecem:

A barragem e o local estabelecem uma dicotomia sujeito/objeto na medida em que conflitam temporalidades. O moderno e o pré-moderno colocam barragens e lavadeiras, barragens e pescadores, em um tipo de oposição que transcende o aspecto laboral. Há afetividades envolvidas na elaboração dessas identidades pré-modernas com o rio, afetividades que são impactadas quando o rio é encapsulado e não se mostra mais como era para permitir a inclusão de outros interesses. Há um domínio da razão sobre a afetividade (VALÊNCIO e GONÇALVES, 2006, p. 219).

Embora o município de Governador Valadares/MG não tenha sofrido com perdas humanas em relação ao rompimento da barragem de Fundão, como ocorreu em Bento Rodrigues, a territorialidade dos sujeitos valadarenses com o rio Doce foi ameaçada. Os interesses econômicos se sobrepuseram à conservação da natureza e da identificação dos sujeitos com o rio Doce: ele não mais é vislumbrado positivamente, a sujeira dos rejeitos minerários impactou na imagem do Pico da Ibituruna em simbiose com o rio, paisagem importante na configuração de Valadares.

Além disso, os valadarenses tiveram problemas em relação ao fornecimento de água encanada bem como gastos extras com a compra de água mineral. A biodiversidade em todo o rio Doce sofreu impactos do território natural: peixes foram vistos agonizando pela perda de oxigenação por causa do aumento da turbidez da água do rio Doce misturado aos rejeitos de minério.

Neste sentido, o rompimento da barragem de Fundão interferiu no modo de vida (territorialidades) da população de Governador Valadares/MG. Por isso, este evento pode ser visto como um “problema social parcialmente discursivo” tentando

perceber de que forma “o texto age sobre o mundo e sobre seus/suas leitores/as” (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 119).

Para compreender o rio Doce enquanto território será realizada uma análise textual/discursiva de uma reportagem utilizando a Análise de Discurso Crítica como método, conforme as categorias propostas por Vieira e Resende (2016) apud Fairclough (2003) apresentadas no Anexo A. Entretanto, não é usual utilizar todas as categorias em um único texto. A quantidade selecionada depende de vários fatores, tais como objetivo da análise, natureza do trabalho analítico, extensão do texto. Geralmente a escolha das categorias está relacionada ao que se pretende investigar: ação, representação e/ou identificação (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 118). Neste sentido, escolheremos as categorias analíticas que nos proporcione identificar como o rio aparece nas matérias. Enfatizaremos, portanto, o processo de representação do rio Doce após rompimento da barragem de Fundão.

As categorias de análise do discurso propostas por Fairclough (2003) visam analisar os textos em sua prática social: os discursos. As escolhas do léxico para compor a organização textual interferem na produção/recepção de textos orais/escritos. Logo, o discurso é caracterizado por uma mensagem ideológica capaz de transpor uma visão de mundo. Portanto, as categorias analíticas em ADC são formas de analisar textos buscando mapear conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista os seus efeitos sociais. (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 114-115).

Os gêneros textuais jornalísticos são vários, conforme demonstrado no item “4.1 Os gêneros textuais da esfera jornalística”. Entretanto, há uma recorrência no que diz respeito à distinção entre notícia e reportagem. Embora pertençam à categoria dos textos informativos, as estruturas são parecidas. Melo (2003) salienta que a diferença entre estes gêneros relaciona-se à progressão dos acontecimentos. A notícia associa-se a novidade, um assunto recém-acontecido, já a reportagem, é um relato mais abrangente e aprofundado sobre o fato, tem o intuito de apresentar seus desdobramentos, causas e consequências “A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social” (MELO, 2003, p. 65).

Quanto à estrutura, Lage (2000) salienta que a reportagem tem uma estrutura menos rígida do que a notícia, pois “varia com o veículo, o público, o assunto. Podem-se dispor as informações por ordem decrescente de importância, mas

também narrar a história, como um conto ou fragmento de romance” (LAGE, 2000, p. 47). Desta forma, a reportagem não obedece, obrigatoriamente, ao lead noticioso (que responde às perguntas: O quê? Quem? Quando? Onde? Quando?), além da possibilidade de apropriar-se do uso da primeira pessoa e elementos literários para a composição do gênero.

Portanto, o primeiro gênero textual escolhido para a análise pode ser considerado uma reportagem por atender aos critérios acima mencionados por Melo (2003) e Lage (2000) para a definição deste gênero. A reportagem escolhida foi veiculada no DRD do dia 12 de novembro de 2015, na página 6A no caderno Cidades e Serviços. É mister destacar que a reportagem integra os textos informativos, entretanto este tipo textual é abordado, neste trabalho, arraigado de ideologias. Há a preocupação da mídia jornalística em dizer que o jornalismo informativo tem o compromisso único de passar informações. Entretanto, acreditamos que este posicionamento é uma ilusão.

O segundo gênero textual escolhido é uma charge veiculada no dia 22 de novembro de 2015, na página 2A, caderno Política/Opinião. A charge está inserida dentre os textos de formato opinativo, os quais ficam explícitos o posicionamento crítico defendido pelo jornal.

O primeiro texto, a reportagem (Figura 6), apresenta-se como um *continuum*, através de um território multifacetado, em que o rio Doce é projetado nas quatro vertentes territoriais: natural, econômico-material, simbólico-cultural e jurídico-político, conforme indicações nas cores verde, amarelo, rosa e cinza, respectivamente. Estas indicações serão melhor trabalhadas neste tópico com auxílio das categorias analíticas em ADC, conforme Anexo A.

PESCA NO RIO DOCE ESTÁ INTERROMPIDA POR TEMPO INDETERMINADO

por LORENA BITTENCOURT
lorena@drd.com.br

FOTO: Antônio Cota



GOVERNADOR VALADARES —

Devido à grande quantidade de lama e rejeitos sólidos no rio Doce, consequência do rompimento das barragens de duas mineradoras do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, as atividades de pesca no rio estão interrompidas por tempo indeterminado. O que antes tinha refletida em sua água a imagem da Ibituruna, agora compõe um cenário desolador, com peixes e animais aquáticos mortos em suas margens.

Para quem vive da pesca, a situação é angustiante. Às margens do rio é possível encontrar muitos pescadores inconformados com a tragédia, a qual, para a maioria deles, poderia ter sido evitada. "Mataram um rio que tentamos preservar há anos, ajudando a fiscalizar, e não estragar", disse o presidente da Colônia de Pescadores Z-19 do Leste Mineiro, Rodolfo Zulske.

Assim como outros pescadores da cidade, Rodolfo vive da pesca e conta que está muito triste em saber que o rio não voltará a ser o mesmo. Olhando para a imensidão de lama, ele diz que hoje o rio Doce é uma verdadeira caixa d'água suja e vazia de biodiversidade. "Depois dessa tragédia, ele

O QUE antes tinha refletida em sua água a imagem da Ibituruna, agora compõe um cenário desolador, com peixes mortos

não voltará a ser o mesmo tão cedo. Infelizmente, nós sabemos que não teremos mais o rio para pescar, não vai ter mais atividade de pesca nenhuma. Estamos procurando os órgãos competentes para ver o que pode ser feito de imediato. Sabemos que será um trabalho longo de melhoria para o rio voltar a ter capacidade de pesca novamente; vai demorar muitos anos. E nesse intervalo, o pescador profissional vai fazer o quê? Quem irá suprir nossas necessidades?", questiona.

O presidente da Colônia de Pescadores ressalta que está documentando tudo corretamente e cobrando do poder público ações para que tanto a Samarco quanto a Vale tomem providências. "Quando se destrói alguma coisa é preciso reconstruir. E nós queremos a reconstrução do rio Doce para que a prática da pesca volte a ser atuada. Nós não queremos só receber a multa, queremos repor o que foi destruído."

Geraldo Dias Lessa
Lins Tótaro é

membro da associação dos Pescadores e Amigos do Rio Doce (Apard) e conta que a catástrofe aconteceu justamente no período da piracema, época em que as atividades de pesca são interrompidas para que haja a reprodução dos peixes. "Se você chegar hoje na beira do rio, vai ver muitos alevinos sendo sufocados pela falta de oxigenação da água devido ao excesso de barro. Eles vão para as margens do rio porque são mais limpas. Este ano foi o ápice da pesca, saíram muito dourado, tilápia, matrinhã, piauí e, com essa tragédia, só Deus sabe quando veremos esses peixes por aqui novamente", lamenta.

SOLIDARIEDADE

Sensibilizado com a situação do rio Doce, o autônomo Fausto Pereira tem praticado um ato nobre. Desde a manhã de ontem o amante da pesca vem batalhando para tentar salvar os peixes que se debatem na água para sobreviver. "Muitos pensam que somos predadores de peixes, mas nós amamos preservar a natureza. Infelizmente, o que aconteceu na cidade ninguém esperava. Mas estamos dispostos a ajudar." Fausto resgatou alguns peixes que ainda estavam vivos às margens do rio e levou para a Lagoa do Santo Agostinho.

Figura 6 – O texto informativo e as vertentes territoriais

Fonte: DRD, Cidades e Serviços, p. 6A, 12/11/2015

LEGENDA	
Cada cor destacada no texto equivale a uma vertente, são elas:	
	Natural
	Econômico-material
	Simbólico-cultural
	Jurídico-político

A reportagem em questão pode ser considerada um texto multimodal, uma vez que há a utilização da linguagem verbal (oral/escrita) e não verbal. Assim, a multimodalidade pode ser definida como "a designação para definir a combinação desses diferentes modos semióticos na construção do artefato ou evento comunicativo" (VIEIRA e SILVESTRE, 2015)

A cultura ocidental habitualmente valorizava apenas os textos escritos. Sobretudo, os jornais impressos eram monocromáticos, à tinta preta, privilegiando a palavra impressa. Os espaços ocupados por desenhos e fotografias não eram bem vistos pelo leitor, pois as figuras relacionavam-se ao mau planejamento da página (CARMAGNANI, 2008).

Ainda hoje a linguagem verbal é privilegiada em relação a não verbal. Entretanto, os recursos não verbais contribuem para ajudar a fazer uma leitura do que se pretende veicular através da linguagem verbal, conforme salienta Dionísio (2011):

Todos os recursos utilizados na construção dos gêneros textuais exercem uma função retórica na construção de sentido dos textos. Cada vez mais se observa a combinação de material visual com a escrita; vivemos, sem dúvida, numa sociedade cada vez mais visual. Representação e imagens não são meramente formas de expressão para divulgação de informações, ou representações naturais, mas são, acima de tudo, textos especialmente construídos que revelam as nossas relações com a sociedade e com o que a sociedade representa. (DIONISIO, 2011, p. 159-160)

Neste sentido, a fotografia trazida pelo DRD para ilustrar a reportagem intitulada “Pesca no rio Doce está interrompida por tempo indeterminado” (DRD, Cidades e Serviços, p. 6A, 12/11/2015) é um elemento a ser analisado em consonância com o texto escrito. O título submete às questões econômicas e jurídicas da impossibilidade da pesca, uma vez que os pescadores terão as suas atividades interrompidas em função do rompimento da barragem de Fundão que poluiu drasticamente o rio Doce. Embora o título sirva para apresentar a ideia principal do texto jornalístico, a expectativa do leitor em encontrar apenas informações sobre fatores econômicos relativos aos pescadores é quebrada, uma vez que a fotografia traz dois componentes indenitários para os valadarenses: o Pico da Ibituruna e rio Doce. O fator simbólico pode ser reforçado pela descrição da legenda: “**O QUE** antes tinha refletida em sua água a imagem da Ibituruna, agora compõe um cenário desolador, com peixes mortos” (DRD, Cidades e Serviços, p. 6A, 12/11/2015). Assim, a fotografia, nos traz dois elementos territoriais: o simbólico e o natural.

O texto jornalístico é comumente apresentado a partir de uma linguagem mista. Desta forma, a linguagem não verbal traz a imagem da Ibituruna com o rio Doce lamacento, com um peixe morto e sujo de barro pendurado por uma ripa de

pau. A imagem, portanto, chama a atenção para a vertente simbólica e natural para interpelar os leitores. A legenda reforça o quanto a composição do rio Doce refletindo a Ibituruna faz parte da identidade dos valadarenses “O que antes tinha refletida em sua água a imagem da Ibituruna, agora compõe um cenário desolador, com peixes mortos”

A reportagem apresenta algumas marcas textuais/discursivas da ADC, tais como: estrutura genérica (gêneros reportagem e entrevista), presunção (no que tange o discurso valorativo do sentimento dos pescadores em relação ao rio destruído), avaliação (na constatação de que o rio não voltará ser o mesmo). Essas categorias se articulam de forma peculiar com as quatro vertentes territoriais, estas que foram ilustradas por meio da marcação de cores e sua legenda. Evidenciando-se assim, o *continuum* simbólico e funcional presente ao longo do texto. A veiculação desse texto pelo jornal DRD gera impacto no seu público de leitores, desde o sentimento identitário já discutido anteriormente.

As Relações semânticas/ gramaticais entre os períodos e orações, estão presentes no texto por meio de uma cadeia de causa, razão e consequência. Fica explícito que a causa está no rompimento da Barragem, a razão passa pela responsabilidade de quem causou o desastre ambiental, no caso a Samarco. Por sua vez, a consequência está na poluição com rejeitos de mineração no rio por tempo indeterminado.

Os nomes das mineradoras responsáveis pelo desastre ambiental do rio Doce (Samarco e BHP Billinton) não foram citados no *lead* da reportagem, como se esta informação não fosse importante. O editorial preferiu introduzir a reportagem com o termo “duas mineradoras do distrito de Bento Rodrigues” ao invés da utilização de substantivos próprios. De certo modo, o editorial omite a informação, embora ao longo do seu desenvolvimento faça a citação deste dado de modo indireto através da fala de um ator social (o pescador) que nomeia os responsáveis pelo acontecimento discutido. Entretanto, esta informação aparece quase ao final, na quarta coluna da reportagem.

O fato de não citar no lead as informações cruciais induz os leitores que leem o início da reportagem em busca das informações principais. No campo da propagação da informação e das ideologias há o objetivo de persuadir os leitores a uma posição ideológica dominante. Portanto, o fato do veículo de comunicação omitir o nome das mineradoras deixou perceber sua tentativa em vender uma

informação, ora beneficiando as empresas que aparecem em suas reportagens (de forma ativa ou passiva) e em outros momentos dando vozes aos atores sociais para que possam expressar seu modo de ver os mesmos acontecimentos.

A reportagem nos remete a intertextualidade com os demais discursos do DRD apresentados no item “4.1 Os gêneros textuais da esfera jornalística”. Neste sentido, Fairclough (2016, p. 139-140) salienta “os textos e enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão ‘respondendo’ e por textos subsequentes que eles antecipam”. Nas matérias apresentadas no tópico 4.1 há várias vozes empregadas: da Samarco, da prefeitura, de autoridades da esfera jurídica e da sociedade civil.

O pescador entrevistado, Rodolfo Zulske, presidente da Colônia de Pescadores Z-19 do Leste Mineiro, utiliza-se do modo gramatical interrogativo para indagar as possíveis soluções para o pescador profissional “O pescador profissional vai fazer o quê? Quem irá suprir nossas necessidades?”

No discurso, o presidente da Colônia de Pescadores demonstra sua indignação pela pesca estar suspensa e os pescadores sem respostas de quando poderão voltar às suas atividades trabalhistas. Assim, o rio aparece como um recurso para os trabalhadores que dele tiram seu sustento. Embora Rodolfo esteja indignado com a situação do rio, utiliza-se da impessoalidade. Em “mataram um rio”, o sujeito pode ser classificado como indeterminado, a oração está apassivada, por isso, neste discurso o pescador opta pela neutralidade em não atribuir culpa a quem matou o rio Doce. O verbo “matar” está conjugado na terceira pessoa do plural, no pretérito perfeito do indicativo. Embora esta conjugação indique que a ação foi completamente concluída no passado, as consequências podem ser confirmadas ao longo de um tempo indeterminado pelo uso dos verbos em sua forma nominal, conjugados no infinitivo: “preservar”, “fiscalizar”, “estragar”, “demorar”, “reconstruir”, nesta forma, o verbo apresenta-se sem conjugação, não vinculado a um tempo específico.

Na reportagem há discursos diversos, em que três atores sociais têm suas falas representadas em discurso direto: do pescador profissional (Rodolfo Zulske), do pescador amador (Geraldo Dias), um amante da pesca (Fausto Pereira), além da narrativa da jornalista Lorena Bittencourt. A utilização do discurso direto pode estar relacionada a “eximir o enunciador de qualquer responsabilidade” (MAINGUENEAU, 2016, p. 181). Assim, o período “Mataram um rio que tentamos preservar há anos”

remete a uma fala de Rodolfo Zulske, e não necessariamente a opinião do editorial do jornal.

No discurso do pescador Rodolfo há uma insegurança em saber quais serão as consequências, em longo prazo, para os pescadores e o próprio rio Doce. Na reportagem há uma representação de tempos e espaços distintos: aquele em que a vista da Ibituruna era refletida no rio Doce e que hoje tem sua composição alterada.

A seguir, será apresentada a charge escolhida para ilustrar os textos opinativos. Sobre este gênero, Sousa e Souza (2016, p. 2), destacam:

A charge exige que o leitor tenha conhecimento destes fatos e obriga-o a estabelecer relações intertextuais com outros gêneros para então construir significados ou extrair sentidos. Por vezes, a charge sugere que o leitor faça reflexões ou assuma uma postura crítica diante da sociedade. Em outras palavras, é um convite à análise da situação vigente, seja ela de caráter político, social ou econômico (SOUSA e SOUZA, 2016, p. 2).

Portanto, a charge é um gênero textual que exige uma leitura do contexto a que determinado fato está inserido, ou seja, a prática social é determinante para a interpretação crítica. O assunto abordado neste gênero deve ser atual e de relevância no momento em que é veiculada, caso seja publicada em tempos distantes da popularização de determinado tema, pode perder o seu significado.



Figura 7 - O texto opinativo e as vertentes territoriais

Fonte: DRD, Política/Opinião, p. 2A, 22/11/2015.

Pode-se observar que a charge expõe uma situação atual, uma vez que foi veiculada às vésperas do rompimento da barragem de Fundão. Para compreender as entrelinhas, é preciso estar a par sobre este desastre, mas também, ter conhecimento de que no momento em que a barragem rompeu-se estava ocorrendo o momento de piracema.

Assim, a charge pode ser interpretada pela prática social do discurso, pois traz uma reflexão sob a forma de um aviso que não há mais piracema, o que causa o impacto no viés do sentimento identitário que cada valadarense tem em relação ao seu rio, devido aos prejuízos ambientais por tempo indeterminado relacionado aos rejeitos de minério depositados no Doce, causando assim a morte da sua vida aquática.

O texto multimodal apresenta a intertextualidade na medida em que dialoga com os outros textos sobre a temática do rompimento da barragem de Fundão. Outro ponto a destacar é o problema da mortandade dos peixes e consequentemente do rio pelos próximos anos, conforme discutido na reportagem

(Figura 6) e em outros textos evidenciados ao longo do tópico 4.2. Neste momento a voz dos atores sociais que correspondem à sociedade valadarenses estão excluídas do discurso, pois “por motivos de força maior”, remete somente a voz das empresas que permitiram o rompimento da barragem e elas passam a determinar o que se fará em relação ao rio, num claro molde autoritário e ideológico.

A expressão “força maior” remete-se às correntes jurídicas e está relacionada a “caso fortuito”, conforme o Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, artigo 393. Entre as teorias do Direito, há autores na defesa destas expressões enquanto sinônimas. Entretanto, o real motivo para não ter mais peixes e conseqüentemente piracema nos próximos anos está no rompimento da barragem de rejeitos de minério das empresas Samarco e BHP que não foi devidamente fiscalizada pelos órgãos ambientais competentes. A compreensão da charge sugere que o rompimento da barragem de Fundão apresentado como “força maior”, retire a responsabilidade das mineradoras em arcarem com as conseqüências provenientes deste acontecimento, sendo possível, eximi-la da responsabilidade civil, mesmo que parcialmente.

A charge em análise destaca o continuum funcional em detrimento do simbólico, devido a força que o primeiro exerce em seu cunho ideológico sobre a sociedade. Por isso, o texto opinativo (Figura 7) influenciará abertamente o leitor a determinada ideia, ao passo que o texto informativo (Figura 6) veicula o conteúdo ideológico em suas entrelinhas.

Os desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão também foram discutidos em artigos de opinião, nestes o jornal DRD faz o registro que “as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores por não representarem necessariamente a opinião do jornal” (DRD, Especial rio Doce, p. 6A, 22/11/2015). Ao fazer esse registro o DRD se assume como ator social e que seu discurso tem uma opinião defendida, evidenciando que os fatos jornalísticos não são dados puros e sim ideológicos, nesse caso não há espaço para a afirmação de imparcialidade em relação aos fatos relatados na durante a prática discursiva, como salientou Fairclough (2016).

Embora o DRD tente se abster das ideologias transmitidas pelos artigos opinativos, seria incoerente que eles fossem publicados se não houvesse interesse do editorial do jornal, a não ser por força de mandado judicial que o obrigaria a veiculação de tal artigo.

As Figuras 6 e 7 exemplificam o continuum simbólico presente na reportagem ao dar voz ao sentimento expresso pelos atores sociais. Por outro lado, na charge, há a ausência do caráter simbólico, embora um rio apareça com suas águas escuras tornando-se impessoal por não retratar fatores identitários relacionados a Governador Valadares, como, por exemplo, a ilustração do Pico da Ibituruna. Por estar no DRD, a charge permite a inferência do leitor de que se trata do rio Doce. Neste sentido, pode-se destacar que a prática social do discurso é realizada, uma vez que o cultural está subentendido nas imagens. Por fim, o funcional é predominante em ambos os gêneros devido ao seu caráter jurídico-político, econômico, material imbuído de ideologia.

Portanto, a análise realizada sobre o rompimento da barragem de Fundão, sobretudo, às consequências deste evento para o rio Doce, remetem às vertentes territoriais em um *continuum*. Entretanto, nota-se que os aspectos simbólicos e funcionais aparecem nos discursos analisados com a marca de conteúdo ideológico e representações do rio Doce de forma negativa. O rio enquanto território integrado está permeado pelas vertentes propostas por Haesbaert, estas que não se tecem de forma separada nos discursos sobre o Doce.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este trabalho remontando-se à nossa questão de investigação que consiste em analisar de que forma o rio Doce foi considerado nos discursos da cobertura jornalística do Diário do Rio Doce. Para responder ao objetivo geral proposto, foi necessário recorrer a uma análise interdisciplinar aos discursos do DRD.

Preliminarmente, interpretamos o fato de o rio Doce ter sido noticiado pelo DRD obedecendo aos critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2005b). Neste sentido, concluímos que os fatores propostos pelo autor são validados nesta cobertura jornalística. Destacamos que o fator proximidade foi decisivo na escolha do editorial do jornal em veicular informações sobre o desastre. Uma vez que a notícia do rompimento da barragem apareceu no jornal somente quando se tomou conhecimento de que o rio Doce teria sido invadido pelos rejeitos de minérios, e que Governador Valadares seria impactada.

Por outro lado, o fator tempo demonstrou ser um elemento importante na veiculação de informações. Com o passar do tempo, as matérias jornalísticas em relação ao rompimento da barragem, sobretudo às referências sobre o rio Doce foram diminuindo. O assunto deixou de ser atual e as páginas do jornal foram sendo substituídas por outros fatos noticiados, tendo, assim, certo silêncio do jornal em relação ao desastre ambiental do Doce.

Na maioria das vezes em que o evento foi noticiado nos gêneros textuais jornalísticos do DRD, não retomavam o contexto ao qual explicaria a gravidade dos fatos, não se comprometendo pelo discurso ora apresentado. O evento, temporalmente, foi se tornando distante das páginas do jornal, entretanto, as consequências ainda persistem. Houve momentos, inclusive, que a causadora do rompimento teve a oportunidade concedida pelo jornal para fazer sua publicidade em relação ao ocorrido, esta abertura do DRD comprova que a Samarco não investiria em publicidade caso o DRD não compartilhasse da mesma ideologia.

Em segunda instância, utilizamos a Análise de Discurso Crítica preconizada por Norman Fairclough (2003; 2016) por entendermos que os discursos são fatores

da vida cotidiana. As matérias jornalísticas são constituídas de práticas discursivas, que circulam, regionalmente, em Governador Valadares.

Embora uma das características da ADC seja a de transformação social, não foi possível perceber um engajamento da mídia impressa local em veicular informações sobre o rio Doce com o intuito de focar nas problemáticas relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão. Grande parte das matérias foram de cunho informativo, no qual o jornal se abstém de opinar sobre o ocorrido. A queda significativa da abordagem sobre o rompimento da barragem de Fundão demonstra que o editorial do jornal decide silenciar-se.

A ADC Faircloughiana, enquanto teoria e metodologia de análise de dados, nos proporcionou observar como o rio Doce é noticiado a partir de um território multifacetado entre o funcional e o simbólico, no entanto, prevaleceu a abordagem funcional. Assim, os aspectos simbólicos, em relação ao rio Doce após rompimento da barragem, aparecem mais discretamente na cobertura jornalística. Foram encontrados discursos sobre o rio Doce em que moradores valadarenses e índios se relacionam com o rio devido ao apego sentimental; de pescadores e agricultores que além de considerarem o rio enquanto um território simbólico, também o consideraram enquanto fonte de sobrevivência, em um viés materialista.

Em outros momentos pôde-se constatar a visão naturalista a respeito do rio, quando mencionados o quão prejudicial o desastre representou para a natureza: mortandade de peixes e seres que vivem no rio, das árvores arrancadas em sua margem, alteração na coloração, cheiro e turbidez de suas águas. No entanto, estes fatos noticiados não tinham caráter de ineditismo para a população uma vez que estavam visualizando estes fatos às margens do rio que banha toda a cidade de Governador Valadares.

Em função de todos esses problemas, a vertente jurídico-política aparece enquanto cobranças das autoridades políticas ações mais eficazes contra a mineradora Samarco para revitalização do Doce. Além disso, os discursos estão permeados com insatisfação da realidade do rio pós-rompimento da barragem de Fundão. Uma vez que constatamos que poucas medidas foram realizadas por parte da mineradora Samarco para revitalização do rio Doce, embora algumas poucas ações isoladas já tenham sido realizadas pela mineradora.

Dada a complexidade do rompimento da barragem de Fundão, a visão territorial do *continuum* simbólico e funcional está diretamente relacionada aos

discursos veiculados pelo DRD. A interdisciplinaridade entre Estudos Territoriais e Linguísticos nos proporcionou traçar um plano discursivo territorial deste evento. As categorias territoriais foram materializadas através dos gêneros jornalísticos do jornal.

Portanto, os discursos midiáticos do DRD apresentaram, de uma forma geral, as categorias territoriais como imbricadas umas às outras. Sendo possível, perceber o território, aqui considerado na perspectiva de Rogério Haesbaert (2001), como um continuum entre o material e o simbólico, confirmando a hipótese deste trabalho.

Em conclusão, a questão central discutida nesta dissertação foi a percepção do rio Doce a partir dos discursos jornalísticos do Diário do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão. Salientamos que o recorte escolhido para o *corpus* deste trabalho é uma das várias percepções aceitáveis sobre um evento que tomou grandes proporções, influenciando drasticamente a natureza e a vida dos seres que dependem do rio Doce. Desta forma se faz necessário analisarmos os textos do cotidiano de forma crítica

Assim, finalizamos este trabalho seguindo Fairclough (2003; 2016) para destacar a importância da Análise Crítica dos textos de circulação social, uma vez que estes são formas materializadas de influenciar o pensamento e as ações. Consequentemente, a Análise de Discurso Crítica Faircloughiana tem um papel fundamental na transformação social. No que tange ao *corpus* deste trabalho, cabe refletirmos sobre o papel das matérias jornalísticas ao representar o rio Doce: ele foi apresentado com uma imagem simbólica e funcional negativa após o rompimento da barragem de Fundão. Que estes discursos sirvam para que a sociedade civil não tenha que conviver novamente com as consequências de um novo desastre ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABI. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **Associação Brasileira de Imprensa**, 2013. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 16 outubro 2016.
- ABREU, J. L. N. Ciência, saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Univale, 2010. p. 95-118.
- ALBUQUERQUE, M. Piloto faz expedição no Rio Doce após a lama, em Regência, no ES. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/09/piloto-faz-expedicao-no-rio-doce-apos-lama-em-regencia-no-es.html>>. Acesso em: 20 janeiro 2017.
- AMARAL, M. F.; ASCÊNCIO, C. L. Palavras que dão volta ao mundo: A personalização das catástrofes na mídia. **Chasqui**, n. 130, p. 243-258, Março 2016.
- ANA. **Encarte especial sobre a Bacia do Rio Doce**: Rompimento da barragem em Mariana/MG. Brasília: [s.n.], 2016.
- ANGELO, P. Ibama diz que obras de contenção da lama em Mariana estão atrasadas. **G1 MG**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/10/ibama-diz-que-obras-de-contencao-da-lama-em-mariana-estao-atrasadas.html>>. Acesso em: 10 janeiro 2017.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, VN **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 2006. Disponível em: <[http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM.pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DA_LINGUAGEM.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- BARROS, D. L. P. D. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e contrução do sentido**. 2ª. ed. Campinas: [s.n.], 2005.
- BITTAR, Eduardo CB. O direito na pós-modernidade:(e reflexões frankfurtianas). Forense Universitária, 2009.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 3ª. ed. Campinas: Unicamp, 2012.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Promulgada em 5 de outubro de**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 fevereiro 2017.
- BUENO, Wilson. **Jornalismo ambiental**: explorando além do conceito. In: Desenvolvimento e meio ambiente, UFPR, n.15, p. 33-44, jan/jun 2007.

CAMPOS, A. **Rio Doce 500 anos**. Governador Valadares: Nacional, 2002.

CAPRIGLIONE, . Empresa da Vale cuida da cena do crime, exclui imprensa e povo. **GGN: O Jornal de todos os Brasis**, 2015. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/empresa-da-vale-cuida-da-cena-do-crime-exclui-imprensa-e-povo-por-laura-capriglione>>. Acesso em: 19 dezembro 2016.

CARMAGNANI, A. M. G. Multimodalidade e Mídia. **Anais do II Simpósio de Análise Crítica do Discurso**, São Paulo, Dezembro 2008. 1-13.

CARVALHO, O. A. Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas. **(Dissertação de Mestrado) UFRGS/PPGEA**, Porto Alegre, 2006.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de defesa civil: Estudos de riscos e medicina de desastres**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, p. 191. 1998.

CAVALCANTI, F. Mapa das conexões regionais. **Centro-Oeste Brasil**, 2011. Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/Carros/efvm/trem-Vitoria-Belo-Horizonte-mapa-trilhos.shtml>>. Acesso em: 8 dezembro 2016.

CBH-DOCE. A Bacia. **CBH-Doce**, 2014. Disponível em: <<http://www.cbhdoce.org.br/a-bacia/>>. Acesso em: 29 Julho 2016.

CERRI NETO, M. **Aspectos jurídicos das atividades de defesa civil**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, p. 69. 2007.

CESAR, N. **Mídia Impressa & Eletrônica: o guia rápido para a criação de anúncios para TV, jornal, revista, outdoor e internet**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

CHALHUB, S. **Funções da Linguagem**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de MORAES. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAVES, H. L. A. Operacionalização da Análise do Discurso na investigação social: um exemplo de percurso metodológico. **5º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa**, Porto, 2016. 490-497.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia Cultural: um balanço. **Revista GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 20, n. 3, p. 005-024, 2011.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, ano, v. 1, p. 7-26, 1999. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/16/14>>Acesso em: 15 mar. 2017.

COELHO, F. R. T.; PINTO, F. D. A. Noticiabilidade e acontecimento: uma análise do impacto da tragédia de Mariana/MG nas capas do jornal Diário do Rio Doce. **TCC (Graduação em Comunicação Social) Universidade Vale do Rio Doce**, Governador Valadares, 2016. 16p.

COELHO, M. A. T. **Rio Doce**: A espantosa evolução de um vale. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-122.

CUNHA, K. S. A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo dos estudos sobre educação. **Estudos Políticos**, São Paulo, v. 7, p. 257-276, 2013.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D. **Território e Territorialidade**: abordagens conceituais. Natal: UFRN, 2008.

DIONISIO, Â. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola, 2011.

DUNGA, D. Diário do Rio Doce completa 58 anos. **Diário do Rio Doce**, 2016. Disponível em: <<http://www.drd.com.br/news.asp?id=50089800098220710000>>. Acesso em: 14 Agosto 2016.

ESPINDOLA, H. **Associação Comercial**: sessenta anos de história. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, H. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

ESPINDOLA, H. S. A navegação do Rio Doce: 1800-1850. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 50-72, 2007.

ESPINDOLA, H. S. Esse rio do ferro e da floresta tem nome de Doce: poder, capital e apropriação da natureza, Mariana, 2012.

ESPINDOLA, H. S. et al. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. **Território, Sociedade e Modernidade**. Governador Valadares: Univale, 2010. p. 19-58.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. **Revista Teias** v. 11, n. 22, p. 225-234, maio/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24124/17102>> Acesso em: 10 mar. 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n2 , p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel MAGALHÃES. 2ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: Didática e prática de ensino. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 9-17, Abril 2015.

FELIPE-SILVA, Fernanda de Melo; ESPINDOLA, H. S.; GENOVEZ, Patrícia Falco. **Memórias da disputa pela terra em Governador Valadares sob os olhares de três atores distintos: pai, mãe e filha**. X Encontro Nacional de História Oral, Recife, abr. 2010

RBG - Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2016.

FERREIRA FILHO, J. B. SENTIDOS DE UM TERRITÓRIO: o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio. **Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) Universidade Vale do Rio Doce**, Governador Valadares, 2011. 213p.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 6ª. ed. São Paulo: Ática, 1998.

G1 MG. Imagens mostram antes e depois de área das barragens em Mariana. **G1**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/imagens-mostram-antes-e-depois-de-area-das-barragens-em-mariana.html>>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

GENOVEZ, P. F.; VILARINO, M. T. B.; SUBERPI, R. Populações ribeirinhas e o processo de urbanização: o horizonte histórico das enchentes em Governador Valadares a partir do Jornal Diário do Rio Doce. **XVIII Encontro Regional (ANPUH-mg)**, Mariana, 24-27 Julho 2012. 1-12.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer In: BARTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo. **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador : EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012. p. 47-66.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do Encontros Nacionais da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2001. 1769-1777.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **I Seminário Nacional sobre Múltiplas territorialidades**, Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

HAESBAERT, R. Limites do espaço-tempo: A retomada de um debate. **RBG - Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2016.

HASEBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. In: Etc..., espaço, tempo e crítica. N° 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007. P. 39-52.

IEPHA. Iepha/MG apresenta: Pico do Ibituruna - Governador Valadares. **Iepha**, 2009. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/668-iephamg-apresenta-pico-do-ibituruna-governadorvaladares>>. Acesso em: 8 fevereiro 2017.

ISIDORO, Inês Sofia. Alienação em Marx. **FBAUL**, 2006. Disponível em: <<http://aquele.do.sapo.pt/fbaul/4040alienacao.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

KATUTA, Â. M. Geografia, linguagens e mídia impressa. In: KATUTA, A. M., et al. **Geografia e Mídia Impressa**. Londrina: Moriá, 2009. p. 37-60.

LAGE, N. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2000.

LAMIM-GUEDES, V. Uma análise histórico-ambiental da região de Ouro Preto pelo relato de naturalistas viajantes do século XIX. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 97-114, 2010.

LIMA, E. Minas e Rio dominam Copa Brasil de Canoagem. **DRD**, 2014. Disponível em: <<http://www.drd.com.br/news.asp?id=50088100030712629556>>. Acesso em: 8 fevereiro 2017.

MAGALHÃES, C. M. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MAGALHÃES, I. Teoria Crítica do Discurso e Texto. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 113-131, 2004.

MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. **Delta**, São Paulo, v. 21, p. 1-9, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 6ª edição ampliada, 2ª reimpressão. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MARCONDES, S. **Brasil, amor à primeira vista!** São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação: Ideias, conceitos e métodos**. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

MELO, J. M. D. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MELO, J. M. D. **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008.

MELO, J. M. D. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan-abr 2016.

MELO, J. M. et al. Gêneros e Formatos na Comunicação Massiva Periodística: Um estudo do jornal "Folha de S. Paulo" e da revista "Veja". **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, 1998. 1-23.

MELO, V. L. M. D. O. Gestão das Paisagens de Rios Urbanos: O Rio Capibaribe na Cidade do Recife/Pe/Brasil. **Simpósio "El acceso al agua en América: historia, actualidad y perspectivas"**, México, Julho 2009. 1-14.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. - São Paulo : Cortez ; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

MOURA, Neide. **Rumo a pós-modernidade: A virada linguística na geografia**. Virada linguística? Revista Geografar, Curitiba, v.3, n.1, p.01-15, jan.-jun. 2008.

MUNIZ, E. D. O. Comportas abertas para o risco: o território dos que vivem à sombra de uma barragem. **Geografia**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2011.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 2 v

OLIVEIRA, A. M. As principais correntes teóricas da linguística e os estudos gramaticais. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 9, n. 17, 2º semestre 2013.

OLIVEIRA, M. R. D. Linguística textual. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 193-204.

OLIVEIRA, N. Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens. **O Tempo**, 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/minas-j%C3%A1-sofreu-com-outras-rompimentos-de-barragens-1.1159501>>. Acesso em: 10 fevereiro 2017.

ORLANDI, E. A Análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil. **Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre, 2003. 18p.

ORTIZ, R. Estudos Culturais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 119-127, Junho 2004.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. As representações identitárias de gênero no humor sexista. In: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília (Orgs.). **Discursos, identidades e letramentos**: abordagens da Análise de Discurso Crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PAES, C. et al. Rompimento de barragem da Samarco, em Mariana, completa um mês. **G1.com**, 2016. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>>. Acesso em: 6 dezembro 2016.

PEDRO, E. R. **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

PINHEIRO, K. S. F.; PINHEIRO, L. M. F. **Introdução à mineração**. São Luis: UemaNet, 2015.

PINTO, Juliana Vilela. **As representações do fenômeno migratório na mídia impressa valadarense**. Governador Valadares, 2011, 217f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, Brasil.

PIRH DOCE. **Plano integrado de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e planos de ações para as unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no âmbito da Bacia do Rio Doce**. [S.l.]: [s.n.], v. I, 2010.

RESENDE, V. D. M.; RAMALHO, V. C. V. S. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V. D. M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: Implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RIBEIRO, W. Rio Doce não alcança mais o mar na foz de Regência, em Linhares. **G1 ES**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/rio-doce-nao-alcanca-mais-o-mar-na-foz-de-regencia-em-linhares.html>>. Acesso em: 05 maio 2016.

SAMARCO. Rompimento da barragem de Fundão. **Samarco**, 2016. Disponível em: <<http://www.samarco.com/balanco/>>. Acesso em: 6 dezembro 2016.

SAQUET, M. A. Os tempos e territórios da colonização italiana. **Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista**, Presidente Prudente, 2002.

SAQUET, M. A. Proposições para Estudos Territoriais. **GEOgrafia**, Paraná, v. 15, p. 71-85, 2006.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**, Campinas, v. vol. XIX, n. 21, p. 5-15, jan/jun 2011.

SECOM. Prefeitura decreta Estado de Calamidade Pública. **Prefeitura de Governador Valadares**, 2015. Disponível em: <http://www.valadares.mg.gov.br/Materia_especifica/22634/Prefeitura-decreta-Estado-de-Calamidade-Publica>. Acesso em: 7 dezembro 2016.

SILVA, D. E. G. D. Percursos teóricos e metodológicos em análise do discurso: uma pequena introdução. In: SILVA, D. E. G. D.; VIEIRA, J. A. **Análise do discurso: Percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Plano, 2002. p. 7-19.

SILVA, M. N. S. Território: Uma visão teórico-conceitual. **InterEspaço**, Grajaú/MA, jan-jun 2015. 49-76.

SOARES, R. **Memórias de uma cidade**. Governador Valadares: [s.n.], 1999.

SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª revista e ampliada. ed. Porto: Letras Contemporânea, 2006.

SOUSA, J. P. A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: Uma perspectiva ibérica. In: MELO, J. M. **Mídia, Ecologia e Sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008. p. 65-112.

SOUZA, D. Rio Doce, em Governador Valadares, atinge volume mais baixo da história. **G1 Vale de Minas Gerais**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2015/10/rio-doce-em-governador-valadares-atinge-volume-mais-baixo-da-historia.html>>. Acesso em: 05 maio 2016.

SOUSA, Alexandre Melo; SOUZA, Gleiciane Nunes. Charge: análise e aplicabilidade do gênero no processo de leitura e produção textual. **Tropos: Comunicação, sociedade e cultura**, v. 5, n. 1, 2016.

STEAINS, W. J. O Valle do Rio Doce. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1888. 213-226.

TAHARA, M. **Contato imediato com mídia**. 8ª. ed. São Paulo: Global, 2004.

TEIXEIRA, F. L. **Miscelâneas do Chico**: Fatos narrados numa caminhada pelas ruas da princesa. Governador Valadares: Arco Íris, 2016.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira BRANDÃO. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura modema**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2ª. ed. Florianópolis: Insular, v. I, 2005a.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional/. Florianópolis: Insular, v. II, 2005b.

VALÊNCIO, N. F. L. D. S.; GONÇALVES, J. C. Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização? **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**, n. 25, p. 203-222, outubro 2006.

VAN DIJK, T. A. **La noticia como discurso**: Comprensión, estructura y producción de la información. 1ª. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, Discurso e Interação**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

VIEIRA, J. A. As abordagens críticas e não-críticas em análise do discurso. In: SILVA, D. E. G. D.; VIEIRA, J. A. **Análise do discurso**: percursos teóricos e metodológicos. Brasília: Plano, 2002. p. 143-164.

VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. **Introdução à multimodalidade**: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica e Semiótica Social. Brasília: [s.n.], 2015.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. D. M. **Análise de Discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. 2ª. ed. Campinas: Pontes, v. I, 2016.

VILLAR, M. D. S. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

WANDERLY, L. J. et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: Aspectos econômicos, políticos e sócioambientais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 30-35, jul/set 2016.

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Linguística**. Tradução de Marcos BAGNO. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXO(S)

ANEXO A – PERCURSO METODOLÓGICO DE ANÁLISE DISCURSIVA

Aspectos discursivos/textuais	Perguntas sobre o texto em análise
1 Estrutura genérica	<p>O texto se situa em uma cadeia de gêneros?</p> <p>O texto é caracterizado por uma mistura de gêneros?</p> <p>Que gêneros o texto articula (em termos de atividade, relações sociais, tecnologias de comunicação)?</p>
2 Intertextualidade	<p>De outros textos/ vozes relevantes, quais são incluídos?</p> <p>Quais são significativamente excluídos?</p> <p>Como outras vozes são incluídas? São atribuídas?</p> <p>Se sim, especificamente ou não especificamente?</p> <p>As vozes atribuídas são relatadas diretamente (citação) ou indiretamente?</p> <p>Como outras vozes são tecidas em relação à voz do/a autor/a e em relação umas com as outras?</p>
3 Presunção	<p>Que presunções existenciais, proposicionais ou valorativas são feitas?</p> <p>É o caso de se ver algumas presunções como ideológicas?</p>
4 Relações semânticas/ gramaticais entre períodos e orações	<p>Quais são as relações semânticas predominantes entre períodos e orações (causa – razão, consequência, propósito; condicional; temporal; aditiva; elaborativa; contrastiva/concessiva)?</p> <p>Há relações semânticas em nível mais alto entre partes maiores do texto (por exemplo, problema/solução)?</p> <p>As relações gramaticais entre orações são predominantemente paratáticas, hipotáticas ou encaixadas?</p> <p>Há relações particularmente significativas de equivalência e diferença construídas no texto?</p>
5 Trocas, funções da fala, modo	<p>Quais são os tipos predominantes de troca (troca de atividade ou de conhecimento) e funções da fala</p>

gramatical	<p>(afirmação, pergunta, demanda, oferta)?</p> <p>Que tipos de afirmação há (afirmações de fato, previsões hipotéticas, avaliações)?</p> <p>Há relações ‘metafóricas’ entre trocas, funções da fala ou tipos de afirmação (por exemplo, demandas que aparecem como afirmações, avaliações que aparecem como afirmações factuais)?</p> <p>Qual é o modo gramatical predominante (declarativo, interrogativo, imperativo)?</p>
6 Interdiscursividade	<p>Que discursos são articulados no texto e como são articulados?</p> <p>Há uma mistura significativa de discursos?</p> <p>Quais são os traços que caracterizam os discursos articulados (relações semânticas entre palavras, colocações, metáforas, presunções, traços gramaticais)?</p>
7 Representação de eventos/atores sociais	<p>Que elementos dos eventos sociais representados são incluídos ou excluídos? Que elementos incluídos são mais salientes?</p> <p>Quão abstrata ou concretamente os eventos são representados?</p> <p>Como os processos são representados? Quais são os tipos de processo predominantes (material, mental, verbal, relacional, existencial)?</p> <p>Há instâncias de metáfora gramatical na representação de processos?</p> <p>Como atores sociais são representados (ativado/passivado, pessoal/impessoal, nomeado/classificado, específico/genérico)?</p> <p>Como tempo, espaço e a relação entre ‘tempos/espaços’ são representados?</p>
8 Identificação	<p>Que estilos são articulados no texto? Como são articulados?</p> <p>Há mistura significativa de estilos?</p>

	Quais são os traços que caracterizam os estilos articulados ('linguagem corporal', pronúncia e outros traços fonológicos, vocabulário, metáfora, modalidade, avaliação)?
9 Modalidade	<p>Como os autores se comprometem em termos de verdade (modalidades epistêmicas)? Em termos de obrigação e necessidade (modalidades deônticas)?</p> <p>Em que extensão as modalidades são categóricas (afirmação, negação etc.)? Em que extensão são modalizadas (com marcadores explícitos de modalidade)?</p> <p>Que níveis de comprometimento observam-se (alto, médio, baixo) quando há marcadores explícitos de modalidade?</p> <p>Quais são os marcadores de modalização (verbos modais, advérbios modais etc.)?</p>
10 Avaliação	<p>Com que valores (em termos do que é desejável ou indesejável) o/a autor/a se compromete?</p> <p>Como valores são realizados – como afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, afirmações com processos mentais afetivos, valores presumidos?</p>

Fonte: Vieira e Resende (2016, p. 116-118) apud Fairclough (2003, p. 191-194).